

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

ALAN TOCANTINS FERNANDES

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE BRASILEIRA
NA MISSÃO DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI**

CÁCERES-MT

2023

ALAN TOCANTINS FERNANDES

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE BRASILEIRA
NA MISSÃO DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta.

CÁCERES-MT

2023

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

F363o FERNANDES, Alan Tocantins.
O Processo de Constituição Discursiva da Identidade Brasileira na Missão de Paz da Organização das Nações Unidas no Haiti / Alan Tocantins Fernandes - Cáceres, 2023.
145 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.
Orientador: Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

1. Discurso. 2. Posição-Sujeito. 3. Ideologia. 4. Memória. 5. Minustah. I. Alan Tocantins Fernandes. II. O Processo de Constituição Discursiva da Identidade Brasileira na Missão de Paz da Organização das Nações Unidas no Haiti: .

CDU 821.134.3

ALAN TOCANTINS FERNANDES

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE BRASILEIRA
NA MISSÃO DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Flavio Roberto Gomes Benites
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Nilce Maria Da Silva
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Debora Raquel Hettwer Massmann
Avaliadora Externa –UFAL

Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi
Avaliadora Externa – UNICAMP

APROVADA EM: ____/____/____

À memória de José Fernandes, meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me acompanharam e apoiaram na realização deste trabalho, mas em especial:

à Ana Luiza Artiaga, minha orientadora, pelas palavras, conversas, leitura atenta, ensinamentos e direcionamento;

aos professores que constituíram a banca, pela atenção dedicada e pelas leituras críticas que fizeram desta tese;

ao corpo técnico-administrativo do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT pelo apoio e à instituição como um todo pelo acolhimento;

ao meu companheiro James Moura, pelo carinho, parceria e compreensão;

à minha mãe, dona Judith, pela torcida e amor sem fim.

RESUMO

Esta tese se inscreve na linha de pesquisa “Estudo de Processos Discursivos” do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGL/UNEMAT. Filiamo-nos à teoria da Análise de Discurso proposta e desenvolvida por Michel Pêcheux, na França e aos desdobramentos teóricos no Brasil, pelos trabalhos de Eni Orlandi e seus colaboradores. Com este trabalho, buscamos compreender o modo de funcionamento da linguagem sobre o processo de constituição e/ou manutenção da identidade nacional pelos discursos sobre a presença do Brasil, no que foi denominado Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O *corpus* foi delimitado a partir de recortes de discursos (institucionais ou não) que circularam entre os anos de 2004 e 2017 – período de duração da missão –, disponíveis em publicações do governo brasileiro (impresas e *online*), bem como recortes jornalísticos de textos da imprensa nacional e internacional sobre a presença brasileira no Haiti. Esses registros constituem o nosso objeto de leituras e análises em que discutimos as noções teóricas de sujeito, memória discursiva, condições de produção, inter/intradiscurso, formação discursiva e formação imaginária. Partimos do pressuposto de que há, pelo discurso, uma construção, (re)afirmação e/ou manutenção identitária que se sustenta, no discurso, pela formação imaginária, do Brasil, como um país pacífico e solidário, na missão. Analisamos como este imaginário funciona, na linguagem, em relação à memória discursiva e o papel desta memória no processo discursivo de identificação da produção da identidade nacional, em distintas condições de produção do discurso. Os resultados da análise do *corpus* mostraram, pela língua, base dos processos discursivos, que os discursos, em sua maioria, se constroem na (re)afirmação e reiteração de um imaginário sobre a identidade brasileira. Pelo discurso, observamos a projeção imaginária do Brasil como país pacífico e solidário, sustentada, discursivamente, por diferentes posições-sujeito atravessados por distintas formações discursivas. Nestes atravessamentos, o sujeito e o sentido se constituem no interior dessas formações discursivas, ao passo em que se estabelecem relações próprias de sentido, produzindo, pelo discurso, o efeito de homogeneidade imaginária do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Posição-sujeito. Ideologia. Memória. Identidade. MINUSTAH.

ABSTRACT

This thesis is part of the line of research “Study of Discursive Processes” of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics, at the State University of Mato Grosso - PPGL/UNEMAT. We adhere to the theory of French Discourse Analysis proposed and developed by Michel Pêcheux and to the theoretical developments elaborated in Brazil, particularly with the works of Eni Orlandi. With this work, we seek to understand how language works in relation to the constitution and/or maintenance of national identity in the irruption of discourses about the presence of Brazil in what was called the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). The *corpus* was delimited from discourses (institutional or not) that circulated between 2004 and 2017 – the duration of the mission –, available in Brazilian government publications (printed and online), as well as journalistic clippings of texts of the national and international press about the Brazilian presence in Haiti. This material constitutes our object of analyzes in which we discuss the theoretical notions of subject, discursive memory, conditions of production, inter/intradiscourse, discursive formation and imaginary formation. We start from the assumption that there is, through discourse, an identity construction, affirmation and/or imposition that is discursively sustained by the imaginary formation of Brazil, as a peaceful and solidary country, in the mission. We analyzed how this imaginary works in relation to discursive memory and the role of this memory in the discursive process of identifying the production of national identity, in different conditions of discourse production. The results of the *corpus* analysis showed, through language, the basis of the discursive processes, that the discourses, for the most part, are constructed in the (re)affirmation and reiteration of an imaginary about the Brazilian identity. Through discourse, we observe the imaginary projection of Brazil as a peaceful and solidary country, discursively supported by different subject positions crossed by different discursive formations. In these crossings, the subject and the meaning are constituted within these discursive formations, while their own relations of meaning are established, producing, through the discourse, the effect of imaginary homogeneity of the discourse.

KEYWORDS: Discourse. Subject-position. Ideology. Memory. Identity. MINUSTAH.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
CAPÍTULO I – DISPOSITIVO TEÓRICO	14
1.2. Entre teoria, descrição e interpretação	17
1.3. Sujeito e subjetividade	18
1.4. O outro	23
1.5. Ideologia: no movimento da linguagem	23
1.6. Análise de discurso: construções e desdobramentos	26
1.7. Discurso de identidade e cultura nacional	35
1.8. O discurso na formação social	39
1.9. Nação: uma perspectiva discursiva	39
CAPÍTULO II - MOVIMENTO HISTÓRICO DA LÍNGUA	43
2.1. A segurança coletiva de acordo com as nações unidas	43
2.2. A Carta da ONU	46
2.3. As operações de paz	46
2.4. Trajetória do Brasil na Organização das Nações Unidas	53
2.4.1. O Brasil e as missões de paz	55
2.4.2. O Brasil na MINUSTAH	60
2.4.3. Solidariedade: um efeito universalizante de reconhecimento	66
CAPÍTULO III – CIÊNCIA DO DISCURSO E MOVIMENTO ANALÍTICO	75
3.1. O discurso institucional: modos de circulação da identidade	76
3.2. A figura do porta-voz	81
3.3. Formas de representação do sujeito institucional	88
3.4. Relações de sentido na criação da diferença	96
3.5. O movimento do discurso das tradições pacíficas	100
3.6. A memória oficial no discurso de paz	108
CAPÍTULO IV – IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	112
4.1. O discurso na marcação de um lugar identitário	113
4.2. <i>Pax brasiliensis</i> : representações de um imaginário político	118
4.3. Contraposição: a constituição dos sentidos nas relações de força	124
4.4. A questão do silêncio e do apagamento	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Penso onde não sou, logo sou onde não penso.

(Jacques-Marie Émile Lacan)

A presente tese surge de uma inquietação acerca do funcionamento dos discursos no processo de constituição de uma identidade nacional. Há tempos, observamos a cristalização de alguns elementos que caracterizam o povo brasileiro como solidário, simpático, acolhedor, tolerante, ordeiro, pacífico. Aos poucos, estas denominações se naturalizam, mas permanecem inquietantes (além de inspiradoras) a nosso ver. São representações atribuídas ao povo brasileiro, muitas vezes por nós mesmos, mas também compartilhadas com/por outras nações, a respeito de quem somos, quem podemos ou desejamos ser.

As formas de manifestações identitárias são diversas, mas o que elas têm em comum é o fato de serem marcadas pela nossa história, nosso sistema cultural, instituições e mecanismos de poder. Porém, temos observado, nos últimos tempos, o surgimento de discussões a respeito da construção de uma nova consciência nacional, além de uma concepção do jeito de ser brasileiro e sua identidade que, em nosso juízo, está sempre em construção e em conflito.

Nossa compreensão é a de que uma identidade nacional se constitui, essencialmente, de um abundante legado de memória, usos e dizeres do passado que se valem da história para a sua constituição e/ou manutenção, sempre repleta de discursos que carregam signos de identificação – um espaço reconhecível e compartilhado. A noção de identidade, tão cara a nós, brasileiros, é uma construção discursiva, uma representação de quem somos. Neste processo, encontramos relações de poder, em que alguns sentidos acabam prevalecendo sobre outras fontes de sentido.

Aprendemos que a “experiência brasileira” é marcada pelo colonialismo, passado e presente, e seus diversos antagonismos: casa grande e senzala, centro e periferia, dependência e autonomia etc. A trajetória brasileira não parece seguir uma linha cronológica, mas um entrelaçamento entre presente e passado na nossa formação socioeconômica, cultural, comportamental e política. Em meio a estas tensões, encontramos lugares de condensação de um imaginário social – a nossa identidade –, e o discurso da MINUSTAH, a nosso ver, traz, fortemente, uma relação de identidade imaginária sobre o Brasil.

É importante dizer que esta foi a inquietação que nos trouxe a esta tese. Se a identidade é uma criação da linguagem, nos interessa observar o funcionamento do papel do discurso na reiteração, (re)afirmação e/ou manutenção da identidade nacional diante da própria sociedade brasileira, bem como da comunidade internacional. Sob uma ótica de que a construção social da identidade acontece sempre em uma condição de relações de poder, resolvemos, então, investigar os discursos que versam sobre a possível constituição identitária, observada na realização linguística, em enunciados sobre a participação do Brasil no que foi denominado a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) entre 2004 e 2017.

No mundo pós-Guerra Fria, a democracia e o desenvolvimento têm se pronunciado por meio de reformas institucionais de normatização e de disciplina, usando instrumentos reguladores e de avaliação de desempenho dos “novos Estados” que auxiliam as mudanças sociais e a segurança internacional. Organizações internacionais desempenham um papel fundamental nestes processos e na mobilização ideológica e recursos para normatizar os sistemas políticos e a arena internacional. A pacificação, a manutenção da paz e a democratização são processos prescritos por esses atos de normatização, mas são também atos de resistência entre os Estados e as sociedades em crise. Neste cenário de intensas mudanças sociopolíticas, relações de forças se simbolizam e sentidos tomam direções definidas pelas organizações sociais que se inscrevem historicamente e se impõem no âmbito internacional, como é o caso das Organização das Nações Unidas (ONU). Entendemos que, na complexidade das relações internacionais permeiam discursos, textos que dizem sobre o político e percepções de realidades, que implicam – acontecimentos que se projetam pela linguagem. O discurso, como objeto sócio-histórico, legitima ações, cria, restaura, mantém (ou destrói) um *status quo*, além de nutrir representações de identidade nacional. É com base nestas reflexões que damos início a esta tese.

Para a nossa análise, filiamo-nos ao domínio teórico da Análise de Discurso materialista, proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux e dos desdobramentos teóricos desenvolvidos no Brasil, por Eni P. Orlandi, entre tantos outros pesquisadores, em um campo de estudo que se configura como “um campo de confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2007a, p. 16) para buscar compreender nos processos de produção do discurso, o sentido, a linguagem, a história (a historicidade do material a ser investigado), a sociedade, o modo de funcionamento da ideologia nestes processos discursivos. Buscamos refletir, por meio do discurso no âmbito da MINUSTAH, sobre o processo de constituição da identidade brasileira, isto é, articulações ou sustentações discursivas de constituição identitária

nacional produzidas tanto nos discursos oficiais do governo, quanto nos discursos midiáticos que se materializaram e circularam em canais oficiais e pela mídia ao longo dos 13 anos em que participou e comandou a missão no país caribenho. Perguntamos de que maneira essa imagem foi (re)produzida, recebida e/ou transformada durante o período. Por se tratarem de discursos oficiais e midiáticos, nos atentamos para as diferentes materialidades discursivas, sobretudo, para o modo de funcionamento do discurso.

A abordagem teórica da Análise de Discurso permite-nos refletir sobre a materialidade simbólica e discutir o processo de constituição da identidade nacional brasileira no âmbito da MINUSTAH. Neste sentido, o discurso pró-MINUSTAH está em nosso foco devido à sua primazia no espaço político e midiático do enunciável.

Tomamos como *corpus* registros oficiais do governo brasileiro: discursos e entrevistas de presidentes da República, ministros e secretários-gerais das Relações Exteriores e da Defesa; publicações oficiais do governo brasileiro e de organizações nacionais e internacionais no que tange à participação do Brasil na MINUSTAH. Os registros oficiais são de domínio público e estão disponíveis em sites do governo brasileiro como o do Ministério da Defesa, na Sala de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores e fundações públicas a ele vinculadas, como a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), que tem a finalidade de informar a sociedade civil sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Buscamos também fazer o levantamento e análise do funcionamento de discursos jornalístico-político através de textos da imprensa nacional e internacional por meio de jornais¹ disponíveis *online*, para que possamos compreender os processos discursivos inseridos na produção de sentidos daquela população com relação à presença do contingente brasileiro em seu país.

Este trabalho não consiste em fazer um levantamento exaustivo dos discursos sobre a participação do Brasil na MINUSTAH. Entendemos que, para as nossas análises, não seria necessário tal acúmulo quantitativo para depreendermos as regularidades discursivas que nos interessavam. Concordamos com Mariani (1998, p. 53), quando ela diz que, na Análise de

¹ *Le Nouvelliste* – Tradicional jornal (versão *online*) com sede na capital Port-au-Prince desde 1898. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/>>.

AlterPress – Rede alternativa de informação. Agência haitiana lançada no final de 2001 pelo *Groupe Medialternatif*. Disponível em <<https://www.alterpresse.org/>>.

Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>

The Economist. Disponível em: <<https://www.economist.com/>>

BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/>>

Discurso, “é a noção de fato discursivo que traz consequências para a análise, pois permite que se trabalhe com as noções de processo de produção de linguagem e acontecimento”.

Para constituir o nosso *corpus*, foram feitos recortes – unidades discursivas – de textos sobre os quais se incidiu a análise. Orlandi (1984, p. 14) entende por unidade discursiva “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”, ou um “fragmento da situação discursiva”, que pode variar segundo os tipos de discurso, as configurações das condições de produção, o objetivo e o alcance da análise (*idem*).

A partir de nossos objetivos, nos valem, teoricamente, também do termo sequências discursivas (SD) que, segundo Courtine (2009, p. 55), as sequências discursivas são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p. 55), que consideramos ser o suficiente para viabilizar a apreensão das formulações discursivas, como proposto por Mariani (1998). Destacamos que consideraremos SDs apenas os discursos que tratem da presença do Brasil nas missões de paz, sobretudo na MINUSTAH, ou seja, que tragam consequências para a nossa análise.

Formulamos algumas reflexões sobre o que buscamos investigar neste trabalho. O primeiro ponto, fundamental, a ser observado em nosso estudo é o modo de funcionamento da linguagem que versa sobre a posição do Brasil no Haiti no recorte temporal de 2004-2017. Entendemos que pela linguagem, enquanto acontecimento, podemos observar, pelo discurso, o processo de constituição imaginária e/ou o modo em que se sustenta a imagem que se criou do Brasil enquanto nação. Examinamos a constituição do sujeito – posição privilegiada no discurso, porém marcado pela incompletude –, suas configurações, diversidade, e consideramos a linguagem o lugar próprio da constituição da subjetividade.

Reflexões outras, na esfera das relações internacionais, incidem sobre: *i*) as condições de produção de linguagem naquele momento histórico, ou como define Orlandi (2012, p. 10), “formulação que se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam corpo”; *ii*) as formações imaginárias no discurso durante a atuação do Brasil na MINUSTAH, ou seja, representações vinculadas a lugares sociais e ideológicos, que os elementos (A e B) fazem de si e do objeto do discurso nos processos discursivos, como nos mostra Pêcheux (2014a).

Trabalharemos no entremeio da descrição e interpretação do discurso para investigarmos também quais sentidos são predominantes e/ou silenciados. Discutiremos, pelas análises, o efeito de transparência da linguagem, a ideologia, e como esta última se manifesta

na língua. Desse modo, buscamos compreender pelo funcionamento da linguagem, como o discurso produz efeito de sentidos considerando, nesse movimento, as condições de produção do discurso.

Estas e outras questões, tão caras à teoria da Análise de Discurso, estarão em pauta no decorrer deste estudo. No primeiro capítulo, apresentaremos o recorte teórico que conduzirá a tese. No segundo capítulo, mostraremos o movimento sócio-histórico que nos trouxe até o nosso objeto preciso de estudo: o discurso político na MINUSTAH. No terceiro capítulo, examinaremos o funcionamento discursivo do nosso *corpus* e, no quarto capítulo, das análises, investigaremos a representação do imaginário político-social brasileiro funcionando no interior das práticas discursivas acerca da missão no Haiti.

CAPÍTULO I – DISPOSITIVO TEÓRICO

Estabeleceremos neste capítulo o recorte teórico que costura o fio condutor desta tese. Para isso, faremos uma exposição das bases teóricas que sustentam nossa análise e apresentaremos os conceitos que serão mobilizados nos estudos de processos discursivos que ocorrem no âmbito do discurso da MINUSTAH. Como já antecipamos no capítulo anterior, este trabalho se filia à corrente teórica francesa da Análise de Discurso, um quadro teórico que une o linguístico ao sócio-histórico e que tem em seu cerne o discurso e a ideologia. Os principais conceitos desta vertente da Análise de Discurso foram elaborados sob a influência de dois outros teóricos: Foucault e suas noções de discurso e formação discursiva; Althusser e seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado e a noção de formação ideológica.

As proposições teórico-analíticas que conduzirão esta tese buscam compreender o modo de funcionamento da linguagem, do discurso, “*a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico*”, como propõe Orlandi (2007a). Observamos o discurso em movimento, sua maneira de significar e produzir sentido considerando seus processos e suas condições de produção – um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade, envolvendo o sujeito (e suas contradições), sua posição social – i.e., sua posição em relação ao modo de produção –, sua ideologia e posição na esfera específica em que o discurso é praticado.

Refletimos, neste estudo, sobre a relação que se estabelece entre a língua e os sujeitos que, duplamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente, produzem o dizer. Tratamos o discurso como um objeto sócio-histórico em constante confronto entre o simbólico e o político. Temos na prática discursiva, a possibilidade de desestabilização da base linguística e, conseqüentemente, a produção de novos sentidos, conforme aponta Mariani (1998). Lemos em Pêcheux (2015) que os enunciados são suscetíveis de se tornarem outros, ou seja, de se deslocarem discursivamente em seus sentidos e é nesse deslocamento que se discute a interpretação, a ideologia e a historicidade. É nesse espaço de linguagem que buscaremos trabalhar a Análise de Discurso.

Delimitamos neste capítulo o nosso campo de análise ao percorrermos nosso recorte teórico, explorando os princípios e procedimentos analíticos que nos auxiliarão a compreender e refletir sobre a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia. Enfim, sobre o modo de funcionamento do discurso.

1.1. Uma disciplina de entremeio

Nosso objeto de estudo é o discurso institucional no âmbito da MINUSTAH. Ao analisarmos o discurso, a teoria se impõe, já que na vertente da Análise de Discurso à qual nos filiamos, ela teoriza a interpretação. Desse modo, essa teoria visa, antes, a compreensão sobre o como o objeto simbólico é passível de interpretação, produz sentido. Nosso objeto-discurso existe, portanto, a partir de uma perspectiva, um ponto de vista, o que nos remete ao pensamento de Saussure (2006, p. 15), quando ele afirma que “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.”

Nas intervenções internacionais – e.g., a MINUSTAH, nosso objeto de estudo – relações de força se simbolizam e sentidos tomam direções definidas pelas organizações sociais que se inscrevem e se impõem historicamente. Nestas relações permeiam discursos, formas textuais do político e percepções de realidade. Encontramos, neste cenário, diferentes condições de produção discursiva, atravessadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico em que espaços de memória² são retomados. As condições em que os discursos são produzidos constituem este funcionamento linguístico e “representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso” como nos mostra Orlandi (1987, p. 117). Cabe, aqui, direcionarmos-nos às teses fundamentais de Pêcheux, quando formula, teoricamente, pela Análise de Discurso, sobre as condições de produção aos conceitos de “lugar” em uma formação social, e como as representações, as formações imaginárias, surgem desses “lugares”:

Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem ser efetivamente concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de condições de produção (PÊCHEUX, 2014a, p. 78).

Ainda:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 2014a, p. 81-82).

² A memória de que se ocupa a Análise de Discurso se materializa no discurso pelos esquecimentos – os sujeitos não se dão conta de que seus dizeres já foram produzidos em outro lugar e por outro(s) sujeito(s).

Rastreado a trilha teórica constituída por Pêcheux, Orlandi (1987, p. 26) nos mostra que o sentido do discurso produzido se constitui de/por interlocutores, da situação, das condições de produção: “quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade” – faz parte da significação. Em toda formação social, diz a autora ao retomar Pêcheux, mecanismos de projeção estabelecem a relação entre situações concretas e suas representações no interior do discurso.

Para Mittmann (1999, p. 271):

Nessas condições de produção deve-se levar em conta não apenas o contexto mais imediato, ou seja, a situação de interlocução, mas também as condições históricas, o que significa dizer posições ideológicas com as quais o sujeito enunciativo se identifica, bem como a relação com outros discursos.

Nesta visão, esses lugares (sociais e ideológicos) se atrelam às imagens ou representações que elementos do discurso fazem não somente de si, mas do objeto do discurso nos processos discursivos. Para Pêcheux (2014a, p. 82), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”. O autor propõe um esquema (ver terceiro capítulo) no qual os lugares (*A* e *B*) atravessam o processo do discursivo.

O discurso materializa o contato entre o histórico, o ideológico e o linguístico e configura a relação da língua e a ideologia. O histórico, ao se significar sobre/na linguagem e operar no plano da ideologia, reverbera novos acontecimentos.

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado (PÊCHEUX, 2014a, p. 76).

Definido por Pêcheux (2015a, p. 17) como *acontecimento discursivo*, este “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” se projeta pela linguagem e remete ao sócio-histórico, é ao mesmo tempo perfeitamente transparente e profundamente opaco (*idem*, p.19). Neste entendimento, um acontecimento é um elemento histórico exterior e descontínuo, “susceptível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 2020, p. 45). No acontecimento discursivo os enunciados

se repetem³, ou ressignificam, graças a uma estrutura do processo discursivo afetando o sujeito, quanto uma memória discursiva (interdiscurso), que garantem a existência anterior do enunciado, o qual é atualizado pela formulação do sujeito (intradiscurso) interpelado ideologicamente.

Apoiamo-nos nestes pressupostos pècheuxianos para refletirmos sobre as relações entre a língua, o sujeito e a ideologia, materializados no discurso que, nessa concepção, passa a ser discurso quando pensados em suas condições de produção. A materialidade discursiva torna-se o espaço de leitura em que trabalharemos com fim de explicitar os processos de significação do texto e compreender como este produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (ORLANDI, 2012).

Examinamos a linguagem em funcionamento no processo de produção de sentidos em um recorte sócio-histórico – a missão de paz no Haiti –, constituinte das condições de produção do discurso no qual buscamos caracterizar as regularidades no confronto dos sentidos heterogêneos, na conjugação das posições enunciativas com a história, na tensão entre o mesmo e o diferente, entre o “*eu*” e o “*outro*”, no jogo entre o estabilizado (o dizível e já dito) e o equívoco (espaço da falha, dos *deslimes* e indistincões), como observado em Orlandi (2012).

1.2. Entre teoria, descrição e interpretação

Este estudo pauta-se na abordagem teórica da Análise de Discurso, na qual não existe um modelo que se aplique automaticamente a qualquer discurso, como nos mostra Indursky (1992, p. 40). Logo, a decisão metodológica a ser empregada na análise de um discurso específico implica o recorte e a análise em si. Isto porque a prática discursiva materialista está em constante transformação, afetadas pela emergência de novos acontecimentos discursivos que reorganizam as redes de filiações de sentidos e exigem compreensões que vão sendo elaboradas ao longo dos trajetos analíticos (LAGAZZI, 2015).

Ao tomarmos as seqüências discursivas como materialidade de interpretação e análises estabelecemos um lugar na incompletude do texto (ORLANDI, 2012), e mostramos que não há um caminho definido para a análise. Nos importa identificar e selecionar, nos movimentos das leituras, as marcas linguísticas do funcionamento discursivo em análise (i.e., palavras, formas

³ Em Courtine e Marandin (1981, p.28) vimos que “Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso.”

sintáticas), seus modos de funcionamentos, as condições de produção, a interpretação pelas análises.

Organizamos nossos recortes por domínios discursivos. Após o recorte do *corpus*, são trazidas as análises. Direcionados pela materialidade discursiva, os recortes seguem a configuração das condições de produção (linguagem e situação). Nesta perspectiva materialista, a linguagem está, como afirma Lagazzi (2012, p. 136) na “incompletude constitutiva e a história em sua contradição fundante.”

Nossa posição, como analista, está em compreender a língua, o batimento entre a descrição e a interpretação, sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido, pelo gesto de interpretação é suscetível de tornar-se outro (ORLANDI, 2012). Não pensamos o outro apenas linguageiro, mas o outro nas sociedades e na história (PÊCHEUX, 2014b), por haver aí uma relação que nos possibilita *interpretar*, ou seja, compreender os processos de significação que trabalham o texto e como este produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (ORLANDI, 2021).

A forma como a Análise de Discurso considera a noção de metodologia será tratada no capítulo 3, onde explicaremos como produzimos nosso recorte – a unidade discursiva para a análise. Por ora, exploraremos algumas outras noções caras à teoria da Análise de Discurso.

1.3. Sujeito e subjetividade

O percurso que desenvolvemos neste capítulo inicia-se com desdobramentos teóricos feitos sobre as noções de sujeito e subjetividade. Observamos os fatos discursivos que determinam o sujeito, como este se apresenta e as configurações assumidas por ele. A linha teórica em que nos inscrevemos – cuja concepção dentro da Análise de Discurso é atravessada pela Linguística (a não-transparência da linguagem), pela Teoria Marxista (ideologia) quanto pela Psicanálise (inconsciente), como apontado por Orlandi (2007a) –, propõe ainda a discussão e o deslocamento⁴ da noção de sujeito, constituído a partir da sua relação com o outro e nunca fonte única do sentido.

⁴ O deslocamento da noção de sujeito – disputado pelo consciente e inconsciente – só se manifestou na fase mais recente (terceira) da Análise de Discurso, apresentada por Pêcheux sob forte influência da psicanálise lacaniana. Aqui, o sujeito não é mais visto somente como posição ou função, tampouco capaz de declarar consciência sobre suas falas.

Ao observarmos a constituição do sujeito e a questão da subjetividade, nos propomos a compreender o processo, o ato, no nível do simbólico, de *produzir* um discurso e não tanto o *produto* em si. Perpassamos, deste modo, o conceito de Benveniste (1991, p. 286) sobre a subjetividade: “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, “o status linguístico da pessoa.” Em nossa abordagem teórica da Análise de Discurso, no entanto, este sujeito torna-se essencialmente histórico por estar marcado espacial e temporalmente, mas também um sujeito ideológico, já que seu dizer é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Nesse pressuposto, o discurso do sujeito se situa em relação ao discurso do outro, dividindo seu espaço discursivo, se constituindo dele, descentralizando-se.

O sujeito não é um indivíduo identificável ou reconhecido empiricamente, mas atravessado pelo imaginário para se inserir e andarilhar em diferentes redes discursivas. É, portanto, por meio da linguagem que o sujeito se relaciona com a realidade, podendo significar e significar-se pelo simbólico na história. Recorremos a Haroche (1992), em que o sujeito não é livre, mas “falado”, dependente, dominado. Para a autora, a dependência do sujeito ao texto, sua determinação pelo texto, estão asseguradas, seja qual for o conteúdo deste texto.

O sujeito, conforme Haroche, não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. Pêcheux (2014b) afirma que o discurso produzido por um sujeito, além de se encontrar em um lugar determinado na estrutura de uma formação social, sempre pressupõe um interlocutor.

É a partir de um lugar social que o sujeito diz o que diz. E é a construção discursiva que se dá neste lugar enunciativo que buscamos investigar nesta tese. Indursky (2003) nos lembra que a construção desse lugar enunciativo está fortemente relacionada tanto com as formações imaginárias que subentendem a constituição discursiva desse sujeito como as diferentes configurações que assume ao representar-se. Já Orlandi (2007b) explicita que é nas formações imaginárias que os mecanismos de funcionamento do discurso repousam. Ela pontua que são as imagens dos sujeitos – resultados de projeções – que funcionam no discurso e faz uma distinção entre lugar e posição do sujeito no discurso:

Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito) (ORLANDI, 2007b, p. 40).

Althusser (1970) pensa sobre a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência – as relações de produção e de classe. Ele acrescenta:

Um indivíduo crê em Deus, ou no Dever, ou na Justiça etc. Esta crença releva (para todos os que vivem numa representação ideológica da ideologia, que reduz a ideologia a ideias dotadas por definição de existência espiritual) das ideias desse mesmo indivíduo, portanto dele, como sujeito possuindo uma consciência na qual estão contidas as ideias da sua crença. Através do dispositivo “conceitual” perfeitamente ideológico assim estabelecido (um sujeito dotado de uma consciência em que forma livremente, ou reconhece livremente, as ideias em que crê), o comportamento (material) do dito sujeito decorre naturalmente (ALTHUSSER, 1970, p. 85-86).

Na terceira fase da Análise de Discurso, Pêcheux (2014a) propõe um redirecionamento à prática analítica ao se debruçar sobre a articulação entre a ideologia e o inconsciente – o lugar desconhecido de onde emana o discurso do outro e em relação ao qual o sujeito se define. Ambos os conceitos são fundamentais na teoria da ideologia e do sujeito no marxismo emprestado de Althusser.

Ao produzir seu discurso, o sujeito se ocupa de determinadas posições ideológicas que demarcam os limites para sua onipotência – uma figura que decide livremente o seu discurso. O sujeito é socialmente construído e sua interpelação se articula ao efeito de pré-construído – os saberes que preexistem ao discurso de um sujeito, como nos diz Indursky (2003). Para ela, o sujeito é afetado pelo esquecimento⁵ ao se apropriar destes saberes e os reproduzem como se fossem seus, quando na verdade estes saberes

“[...] representam já-ditos que foram produzidos em outros, discursos, em outros lugares [...] o sujeito lineariza esses saberes, os enunciados, em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na repetibilidade (INDURSKY, 2003, p. 102)

Pensar o sujeito do discurso é, portanto, “evitar repetir sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen⁶’” (MALDIDIER, 2017).

Na Análise de Discurso, não trabalhamos com o sujeito empírico e nem com uma divisão entre os espaços empírico e discursivo. Consideramos as determinações sócio-histórico-

⁵ O termo “esquecimento” de Pêcheux (2014b) é uma acepção psicológica em que ele tenta pensar a ilusão constitutiva do efeito sujeito – i.e. a ilusão para o sujeito em estar na fonte do sentido. O sujeito se esquece que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior.

⁶ Efeito Münchhausen: Em Pêcheux (2014a), é o efeito de auto surgimento, auto consequência do sujeito nas formações sociais e refere-se à crença ilusória do sujeito de que são a origem do que dizem.

ideológicas às quais o sujeito se expõe quando se inscreve no discurso. Há, no entanto, um paradoxo entre uma subjetividade livre e uma outra assujeitada a uma ordem superior determinada pelas condições de produção e complacente com sua sujeição. Pêcheux (2014b) trata de uma subjetividade não subjetivista. Nela, o indivíduo não é senhor de si e nem é o sujeito constituído de maneira totalmente limitada pela ordem do discurso.

Conforme Orlandi (2007b) o sujeito é sujeito da linguagem, lugar de interpretação, de significação, que se constrói historicamente. Para ela, “diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar” (Orlandi, 2007a, p. 45). Em outro estudo, Orlandi (2012, p. 22) sustenta que é “pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá.” Mariani (1998) complementa ao explicar que no dizer o sujeito está sempre significando (ou interpretando a “realidade”), retomando e renovando os processos de significação constitutivo de sua historicidade.

Para Pêcheux (2014b), sentido e sujeito são produzidos na história – são determinados, marcados espacial e temporalmente. Ele explica que a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito; não lateralmente, mas no interior da própria “tese central”, na figura da interpelação. Sobre isso, Orlandi (2007a, p. 53) observa que o sentido e o sujeito poderiam ser o mesmo, no entanto não o são. Em sua visão, eles “derivam para outros sentidos, para outras posições” e que “a deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com as outras”. Orlandi inclui:

Entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. O equívoco, o *non-sens*, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação (ORLANDI, 2007a, p. 53).

Em *Semântica e Discurso*, na sua analogia sobre o inconsciente e a ideologia, Pêcheux (2014b) diz que estes têm em comum a capacidade de dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento produzindo um tecido de evidências “subjetivas” (do sujeito como único e insubstituível). Para Orlandi (1999), esta analogia permite aproximar a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) e o mecanismo de interpelação-identificação que paradoxalmente produz o assujeitamento, mascarando-o. Este

efeito de evidência, segundo a autora, se aproxima de uma outra: a do sentido⁷ (a ilusão da literalidade).

Ao ocupar uma posição enunciativa, o sujeito faz a língua entrar em funcionamento, o que nos faz refletir sobre a noção de “subjatividade” proposta por Benveniste (1991) e definida por ele como a capacidade do locutor de se propor como “sujeito”. Em sua visão pragmática sobre o discurso, o autor defende que, para ocorrer a enunciação, a linguagem precisa se converter em discurso, o que se dá pela inscrição do sujeito na língua, no gesto de ocupar a categoria de pessoa. Neste viés, o fundamento da subjatividade está no exercício da língua. A temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjatividade inerente ao próprio exercício da linguagem. Sobre isso, Benveniste nos diz:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa *eu* [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo com *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu* [...] (BENVENISTE, 1991, p. 288, grifo do autor)

Logo, temos que o sujeito de Benveniste é um *eu* único, homogêneo e de uma subjatividade egocêntrica, que concerne ao homem que se apropria da língua no ato da enunciação, na representação do sujeito ao usar a língua. Não é, portanto, de uma ordem psicológica. Em nossa abordagem, tomamos apoio na influência da psicanálise lacaniana e nos distanciamos da imposição da máquina discursiva sobre os discursos, que privilegia o mesmo em detrimento do outro. Ao contrário, nos filiamos à noção do outro, do desconhecido, como constitutivo do sujeito, à correlação produtiva entre o assujeitamento e a identificação ideológica, ao sujeito descentrado, dividido entre o consciente e o inconsciente, se movimentando entre os dois níveis, nunca completamente consciente do seu dizer. Conheçamos um pouco mais sobre o papel do outro na constituição do sujeito a seguir.

⁷ Evidência de sentido para Orlandi diz respeito ao sentido que se torna dominante e adquire o estatuto de literalidade em determinadas condições de produção (ORLANDI, 1987).

1.4. O outro

Como temos visto até aqui, o sujeito não é o centro e origem de sentido. É socialmente direcionado, projetado espacial e temporalmente, e seu discurso se edifica em relação ao discurso do *outro*. Frisamos que este “outro” não está apenas no intradiscurso, nas formulações do sujeito ao seu destinatário. Ele se encontra também na esfera interdiscursiva, na memória do dizível, no repetível, no pré-construído, em discursos outros, historicamente constituídos. É esse movimento da linguagem que nos move em discutir o modo de funcionamento do discurso da MINUSTAH.

Desse modo, pensar o outro como constitutivo é pensar na heterogeneidade constitutiva, e como suas formas alteram a unicidade aparente do fio do discurso, inscrevendo aí o “outro” (ORLANDI, 2008). Deste modo, as formas constroem uma representação ilusória da enunciação e por elas, “o sujeito se apresenta como tendo domínio do que é seu e do que é do outro, no ‘seu’ dizer” (*ibid.* p. 46).

Retomamos a percepção de Pêcheux (1997), que identifica no discurso e dentro de uma formação social, a representação de indivíduos constituída a partir de formações imaginárias, com o propósito de apontar o lugar que destinador e o destinatário atribuem a si mesmo e ao outro – isto é, a imagem que se faz do seu próprio lugar e do lugar do outro. A existência do “outro” na determinação da identidade do “eu” é fundamental. Dentro do discurso, o “outro” é resultado do mesmo processo de produção do “eu”, ou como Pêcheux (1997, p. 313) pontua, “a existência do outro está subordinada ao primado do mesmo.”

1.5. Ideologia: no movimento da linguagem

Começamos nossa discussão sobre ideologia trazendo o trabalho de Althusser que, apesar de não se interessar especificamente pelos estudos da linguagem, teve inegável influência sobre Pêcheux em suas reflexões sobre o discurso, principalmente sobre as relações entre a ideologia e a língua.

Em sua renomada publicação na revista *La Pensée* em 1970 (“*Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*”), Althusser faz uma releitura de Marx e demonstra como a ideologia produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes (MALDIDIER, 2014)

Na ótica das condições de produção pela classe dominante burguesa, era possível pensar a materialidade das ideologias operando no funcionamento das instituições (MALDIDIER, 2017). Por este viés, as condições reais de existência dos indivíduos não estão representadas na ideologia em si, mas na relação que estes estabelecem com essas condições de existência. A ideologia serve para colocar o sujeito nesta relação imaginária:

[...] vejamos o que se passa nos «indivíduos» que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc.), cuja deformação imaginária depende da relação imaginária destes indivíduos com as suas condições de existência, isto é, em última instância, com as relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material (ALTHUSSER, 1970, p. 85, grifo do autor).

Na relação imaginária, a “ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, tese que se resume no título de um dos capítulos de sua obra (*op. cit.*, p. 93). É através do sujeito e no sujeito que a ideologia poderá existir, operando nos rituais materiais do cotidiano dos indivíduos, interpelando-os. Ao ser interpelado, ideologicamente, o sujeito é conduzido, sem perceber, com a impressão de estar exercendo sua livre vontade, ocupando assim o seu lugar na formação social:

Como todas as evidências, aí compreendidas as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (logo aí compreendidas as evidências da “transparência” da linguagem), esta evidência de que eu e você somos sujeitos – e que isto não cause problemas – é um efeito ideológico elementar, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1970, p. 95, grifos do autor)

Para Althusser, a existência material da ideologia se realiza nos aparelhos de Estado e em suas práticas (e.g. religiosa, moral, jurídica, política, estética, entre outras), sempre garantidas pela admissão à ideologia dominante. Esses “aparelhos ideológicos do Estado” vão garantir esta reprodução contínua das condições materiais, das políticas de exploração e das relações de classe, forçando a classe dominada a submeter-se a tais condições.

Numa visão marxista, as formações sociais perpassam pela economia (relações de produção), pela política (relações de classe – as lutas de classe, o Direito e o Estado) e pela ideologia ou formas de consciência social (ALTHUSSER, 1967). Deste modo, o nível ideológico representa uma realidade objetiva – independente da subjetividade dos indivíduos que estão a ela submetidos, embora se refira a estes indivíduos – indispensável à existência de uma formação social. Atividades ideológicas (religiosa, moral, filosófica, nossos juízos, atitudes etc.) se sustentam pela nossa adesão, consciente ou não, a um conjunto de

representações, isto é, “um sistema orientado e falseado, um sistema dominado por uma falsa concepção do mundo ou do domínio dos objetos considerados” (*idem*, 1967, p. 34).

As reflexões de Althusser foram decisivas para o engajamento de Pêcheux na perspectiva linguística e, por consequência, no ponto de encontro da língua com a ideologia, pontua Mالدیدیر (2017). Por acreditar não ser suficiente uma Linguística fundamentada somente sobre bases estruturalistas, Pêcheux se alinha ao pensamento althusseriano ao propor uma existência material para a ideologia.

Mالدیدیر (*idem*) frisa que, antes de se revestir de sua expressão definitiva, a ideologia para Pêcheux era vista como algo que transitava entre a singularidade individual e a universalidade. Em uma maior proximidade com o pensamento althusseriano, Pêcheux passa a perceber o discurso pela sua relação de forças sociais, realizado por meio de um aparelho ideológico. Trata-se de um conjunto complexo sustentando atitudes e representações que, nesta visão, estão associadas às posições de classe em constante confronto. Posições políticas e ideológicas que sustentam alianças entre si, mas também oposição e/ou autoridade.

Pêcheux passa, portanto, a pensar a contradição que se dá na luta de classes constitutivas da sociedade, assim como as instituições, a história, os processos de produção de sentido e a ideologia. Somado ao surgimento da noção de pré-construído (HENRY, 2013), introduzida na Análise de Discurso, tem-se a fundação onde Pêcheux edifica sua teoria do discurso – um lugar teórico para o qual componentes linguísticos e socioideológicos se convergem.

Ao instituir a Análise de Discurso, Pêcheux propõe uma ruptura epistemológica nos estudos do discurso. Ele traz questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito em que o discursivo deve ser compreendido como um dos aspectos materiais do que se denomina “materialidade ideológica” (PÊCHEUX, 2014a). Orlandi (2012) corrobora este pensamento ao entender o discurso como materialidade específica da ideologia e a língua como materialidade específica do discurso. Para ela, no discurso a língua e a ideologia se atravessam.

Para Gadet e Pêcheux (2015, p. 98), “o alcance da discursividade é inerente a processos ideológicos”. As formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas determinando o que pode ou não ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura – i.e., uma posição dentro de um aparelho ideológico, inscrita na relação de classes. Para Pêcheux (1996), o fio norteador da transformação das relações de produção reside na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos, novas relações de desigualdade,

de subordinação. São esses movimentos de distintas formações discursivas que observaremos, pelo discurso da MINUSTAH, em nossas análises.

Ao pensarmos as relações ideológicas do discurso, compreendemos suas relações extradiscursivas, resultantes de relações com outras práticas (discursivas ou não), que podem proporcionar elementos constituintes de novas formações discursivas, dentro de novas relações ideológicas, ou ainda fornecer elementos outros que foram retomados e/ou reapropriados sob novas formações discursivas.

As formações ideológicas, como as dos discursos institucionais, são, portanto, determinantes para a formação discursiva, provocando uma defasagem, como levantado por Pêcheux (2014b), entre uma formação discursiva e outra, em que a primeira serve de matéria-prima representacional para a segunda. Isto nos leva à produção do sentido numa relação parafrástica, tão cara aos estudos do discurso, e que se insere em nossas análises.

1.6. Análise de discurso: construções e desdobramentos

A Análise de Discurso materialista à qual nos filiamos se configura como um campo de confluência (ORLANDI, 2007a) de três regiões de conhecimento, a saber: o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais, que inclui a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. Esses elementos estão permeados por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente. Observaremos estas áreas a seguir e como elas possibilitaram a elaboração do dispositivo teórico-metodológico que nos permite compreender o funcionamento da linguagem e o modo como o que se diz é dito.

Na concepção marxista, a ideologia é um instrumento de dominação de classe, em que a classe dominante, por ter acesso aos meios da produção material, tem submissos a ela, todos aqueles que não possuem esses meios de produção – é a força espiritual da sociedade:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

É notório que este pensamento é uma crítica ao sistema capitalista e às posições da burguesia pelo que ela produz ideologicamente, camuflando a exploração de classe numa dada formação social. Apesar de consideradas, hoje, reducionistas, por tratar especificamente da função materialista da ideologia na reprodução das relações sociais de produção, as teorias marxistas clássicas serviram de fomento para outras teorias caras para a Análise de Discurso.

Para Maldidier (2014) o ímpeto militante nas empreitadas de Pêcheux e seu sentimento de uma urgência teórico-política fez com que a Análise de Discurso ganhasse consistência e explica que

[...] marxismo e linguística presidem o nascimento da Análise de Discurso na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70. Muito naturalmente o projeto se inscreve num objetivo político: a arma científica da linguística oferece meios novos para a abordagem política (MALDIDIER, 2014 [1994], p. 20).

Lembremos, no entanto, do que nos diz Orlandi (2012) sobre sua constituição da Análise de Discurso: que ela nasce da articulação de três regiões de conhecimento: o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística – não de uma maneira servil, mas trabalhando a noção de discurso sem se reduzir ao objeto da Linguística, sem se absorver pela Teoria Marxista e nem corresponder ao que teoriza a Psicanálise.

Um outro elemento para compor o quadro epistemológico da Análise de Discurso é a teoria freud-laciana⁸ sobre o inconsciente, o que decorre implicações importantes para a noção de sujeito e sua relação com a linguagem e o inconsciente. Não nos aprofundaremos nas teorias da psicanálise, mas nos importa destacar a contribuição destas teorias, sobretudo, as de Lacan, para uma nova abordagem do sujeito que contraria o paradigma cartesiano de que este sujeito é senhor e origem de si mesmo, dotado de razão e consciência, e cujo centro essencial do *eu* constitui a base para a definição identitária.

Em Lacan, com o sujeito descentrado, o objeto de identificação passa a ser o objeto, e não mais o *eu* central. Lacan trouxe o assujeitamento do eu ao Outro – “O” maiúsculo para designar o sujeito inconsciente), e este processo de fragmentação do sujeito lacaniano foi, sem dúvida, uma grande contribuição para a Análise de Discurso. O indivíduo é afetado pelo inconsciente lacaniano e, conseqüentemente, interpelado em sujeito pela ideologia de forma

⁸ A descoberta do inconsciente por Freud teve um impacto no conceito de sujeito, já que sua condição de entidade homogênea é questionada pela visão freudiana do sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente.

fragmentária, tornando este discurso “heterogeneamente constituído” (AUTHIER-REVUZ, 1990). Para a psicanálise, o que importa é o sujeito feito pelo discurso, e não o sujeito que faz o discurso.

Partindo da noção de sujeito, Paul Henry (2013, p. 182) afirma que este é “ao mesmo tempo sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. São noções caras para o nosso trabalho, visto que buscamos observar possíveis processos de constituição identitária.

Junto com o Marxismo, a Psicanálise foi parte da conceituação proposta por Pêcheux em sua elaboração teórica sobre a noção de sujeito, decorrendo daí os limites para a onipotência do sujeito, o que resultou na sua *descentração* (INDURSKY, 1992). Tais definições do sujeito importam à Análise de Discurso por sabermos que ele não decide sobre os sentidos do seu discurso, mas por ocupar um lugar social e enunciar dentro de um processo histórico que lhe permite dizer uma coisa e não outra.

Ao examinarmos o discurso, buscamos compreender a língua como um acontecimento e nessa união, “a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” Orlandi (2007a, p. 19). Orlandi (*op.cit.*) explica que, neste processo, a noção de homem se desloca para a noção de sujeito, cujo descentramento se dá ao ser afetado tanto pela língua quanto pela história sem se dar conta disso. Deste modo, o sujeito discursivo funciona tanto pelo inconsciente quanto pela ideologia.

A Linguística surge no século XX, em meio a um movimento crítico aos estudos históricos do século anterior, para investigar a sistematicidade da língua (seu objeto). Ao conferir cientificidade aos seus estudos, a Linguística passa a se impor com relação às ciências humanas. O pensamento da língua se enriquece e, pelo conceito de estrutura e por ser uma ciência da linguagem, a Linguística vem garantir solidez científica à Análise de Discurso.

Orlandi (2007a, p. 19) esclarece que a Linguística “constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem”, o que é uma importante asserção para a Análise de Discurso por expor a não univocidade da relação entre a linguagem, o pensamento e o mundo. Neste movimento, as análises vão além das frases, pois temos uma teoria que contempla tanto os mecanismos sintáticos quanto os processos de enunciação.

O trabalho de Pêcheux trouxe rupturas importantes ao defender, por exemplo, a importância fundamental das condições sócio-históricas na constituição das significações de

um texto (MALDIDIER, 2017). Ele concebe os fenômenos linguísticos como um funcionamento não inteiramente linguístico e que só podem ser definidos se consideramos os protagonistas e o objeto do discurso, um conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 2014a).

Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2015), Pêcheux propõe que a pesquisa linguística trabalhe nas fronteiras da consistência da representação lógica do estável e não estável:

O objeto da linguística (a própria língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2015, p. 51).

Este, portanto, é um jogo de dependência de um conjunto de valores oscilantes pois seguem uma filiação de ordem histórica e, portanto, não homogênea.

O discurso é definido como efeito de sentidos entre locutores. Sobre esta noção fundadora de discurso, Pêcheux (2014a) explica que, na interlocução, não há meramente uma transmissão de informação entre locutor e alocutário, mas de efeito de sentido entre as duas posições, na estrutura de uma formação social. Interlocutores deixam de ser indivíduos e se tornam lugares historicamente determinados. Deste modo, ao pensarmos os efeitos de sentido, pensamos na relação que se estabelece entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitem que ele seja produzido e gere determinados efeitos e não outros.

Pelos pressupostos teóricos, aqui, pensados, entendemos que a língua tem seu modo de funcionamento. Enquanto prática discursiva, o discurso trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único, um efeito de homogeneidade (ORLANDI, 2012). A noção de efeito aí refere-se ao imaginário e à ideologia presente na constituição do sujeito, sua inscrição a um sentido e do sentido como dito. Pêcheux (2014a) destaca a produção de sentido como parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, quando este, sob o efeito do interdiscurso (trataremos deste conceito mais adiante), é produzido como causa de si próprio na forma-sujeito⁹ do discurso. Filiam-se sentidos a outros já existentes

⁹ Denominação criada por Pêcheux para indicar o sujeito afetado pela ideologia.

(sustentação ideológica); é o efeito imaginário (PÊCHEUX, 2014a) garantido pela memória social.

Tais considerações sobre o sujeito, portanto, servem para fundamentar a noção de sentido compreendidas pelo viés da Análise de Discurso: uma dependência ao já-dito de modo que o efeito de sentido sempre aparece como uma evidência. Isto reforça a necessidade da ideologia na relação com a produção de sentidos:

Compreender o que é efeito de sentido, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições do sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos, mas se produzem com eles (ORLANDI, 2007b, p. 21).

Devemos tratar os “efeitos de sentido”, tal como propõe Orlandi (*idem*), como algo que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações e entre diferentes sentidos – o equívoco, o sem-sentido, o sentido “outro”, o investimento em “um” sentido e também no silêncio (abordaremos o papel do *silêncio* mais adiante).

Compreender a relação entre os processos discursivos e a língua é essencial para compreendermos o imaginário, que é o que discutiremos a partir dos recortes do nosso *corpus*, nesta tese. Em seus estudos seminais sobre o processo discursivo, Pêcheux (2014a) observa que sua constituição se dá sobre um discurso prévio e faz emergir a concepção de discurso como um efeito de sentidos entre dois pontos A e B, e não necessariamente uma transmissão de informações entre A e B. Isto faz com que A e B designem “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (*idem*, p. 81). O que está em funcionamento nos processos discursivos são formações imaginárias que estabelecem o lugar de A e B, as atribuições de cada um a si e ao outro, bem como a imagem que estes protagonistas fazem de si e do outro – projeções, cujas regras estabelecem relações no discurso e intervêm nas suas condições de produção.

Trata-se de um conceito teórico que muito contribui para o nosso gesto de interpretação, do discurso sobre o Brasil na MINUSTAH, uma vez que as relações são de sentidos e entre estas posições, no caso o Brasil e o Haiti, há, necessariamente, as formações imaginárias pelo funcionamento da linguagem.

Assim, torna-se fundamental para esta tese, em que o discurso político, pronunciado a partir das condições de produção (PÊCHEUX, 2014a), se instala no interior das relações de forças presentes entre os elementos antagonistas de uma dada esfera de ação, regendo o imaginário social, a construção de sentidos e os processos de significação – sustentados ideologicamente por esse imaginário.

Orlandi (2007a) também traz a noção de relação de forças, sustentadas no poder dos diferentes lugares, para explicar o funcionamento das formações imaginárias:

[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição (ORLANDI, 2007a, p. 40).

Dentro de uma conjuntura sócio-histórica, esses mecanismos de funcionamento do discurso denominados formações imaginárias produzem imagens tanto dos sujeitos quanto dos objetos do discurso. Trazemos novamente Orlandi (2007a), que explica o jogo imaginário em que as imagens constituem diferentes posições: a imagem do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que lhe fale assim?) e também do objeto (do que estou falando, do que ele me fala?). Orlandi acrescenta:

É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2007a, p. 40).

A noção de formações imaginárias é essencial às nossas questões analíticas, visto que investigamos o funcionamento do discurso político em que o sujeito locutor (um presidente da república, um ministro, um general do exército etc.) não será tratado empiricamente, mas enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias, a imagem que se faz deste em uma determinada posição-sujeito nas circunstâncias da enunciação, espaços de atualização da memória. Em outras palavras, nas *condições de produção*, cujo conceito é caudatário do trabalho althusseriano sobre as ideologias. Enquanto proporcionava uma reflexão sobre a materialidade das ideologias operando dentro das instituições, Althusser propunha sua teoria da interpelação do sujeito, expondo os instrumentos ideológicos atuando sobre a sociedade como

lugares de confronto de posições político-ideológicas, observados sob uma perspectiva da reprodução das condições de produção pela classe dominante burguesa.

Pêcheux sustenta que

[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 2014, p.78).

Em uma sociedade, em um distinto período histórico, sentidos são produzidos, textualizados, pela linguagem, e isto tem a ver com as condições de produção. A condição de produção é determinante, à análise, para a compreensão do discurso e que, segundo Orlandi (2007a) são fundamentalmente a situação e o sujeito, acionados pela memória e determinados historicamente (a produção de acontecimentos). Nesta proposta, as condições de produção permitem pensar pela materialidade dos discursos (as posições ideológicas a formação do imaginário), a noção de formação discursiva, da qual trataremos mais adiante, ao observarmos o funcionamento do discurso político da MINUSTAH.

Pêcheux (2014a) hipotetiza que nos processos discursivos aparecem as representações desses lugares materializados, seja linguisticamente ou historicamente, ligando assim a linguagem e a exterioridade. Desse modo, a noção de condição de produção nos é cara, uma vez que o discurso político, neste caso, a missão de paz perpassa, necessariamente, por uma distinta condição de produção que converge a posição política e ideológica do país. Tais questões trataremos nas análises.

É papel da Análise de Discurso desenredar o funcionamento do discurso em suas determinações históricas pela ideologia (ORLANDI, 2008) – a ideologia vista não como conteúdo, mas como prática, um funcionamento discursivo. No processo de confluência de diferentes regiões de conhecimento (o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso) permeia a teoria de ordem psicanalítica, afetado pelo inconsciente. Logo, conceitos originais de língua, história, inconsciente e ideologia ganham novas dimensões nas malhas do discurso.

Nesta disposição, a noção de *formação discursiva* — formulada por Foucault (2008) e ressignificada por Pêcheux no campo da Análise de Discurso — nos é igualmente cara, pois é nela que o sentido se inscreve e é nela que se organizam as demais noções necessárias para a constituição deste referencial teórico. É também na formação discursiva dominante que o

indivíduo se interpela em sujeito, sobredeterminado pelos pré-construídos, no que Pêcheux (2014a) define como efeito *Münchschausen*.

Uma formação discursiva é constituída pelo que lhe é exterior, portanto por algo que é informúlável pois é o que a determina – o pré-construído, a “matéria prima” da formação discursiva (MALDIDIER, 2017). Não deve ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação – espaço imaginário que permite os deslocamentos do sujeito no interior do reformulável.

Foucault (2008, p. 133) define formação discursiva como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Entendemos que é pela formação discursiva que a linguagem se articula com a ideologia para produzir seus efeitos. Maldidier (2017, p. 57) nos lembra que a palavra “formação”, na ótica de Pêcheux, pertencida à terminologia marxista – no paradigma “formação social” ou “formação ideológica”. Nesta visão, o conceito de “formação discursiva” é muito mais rigoroso do que, por exemplo, o de “prática discursiva”. Articulada pela ideologia, a formação discursiva é totalmente pega pela história.

Em Pêcheux (2015), vemos que uma formação discursiva é o que pode e deve ser dito em uma formação ideológica definida, ou seja, a partir de uma posição de classe no seio de uma conjuntura dada. Ao se inscrever na formação discursiva, o dizer do sujeito (identificado no interior da formação discursiva) faz sentido – um ato simbólico de intervenção no mundo (ORLANDI, 2007a). Este sentido surge pelo efeito de evidência, porém sua materialidade depende das formações ideológicas, e é sobre estas que se questiona o efeito da transparência da língua, isto é, a materialidade ideológica que acomoda uma ou várias outras formações discursivas de maneira interligada.

Em nossa análise, no próximo capítulo, seguiremos o tecido discursivo no espaço da MINUSTAH a fim de compreendermos os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos. Ou seja, buscaremos entender os modos de constituição e funcionamento da historicidade ao analisarmos sua construção no processo discursivo. Pontuamos a história organizada nas relações de poder e no confronto dos sentidos, mas buscamos também compreender os diversos modos de relação entre a linguagem, a história,

isto é, a historicidade do material a ser investigado, a sociedade e a ideologia nos processos discursivos. É nesta relação de forças, na constituição, confronto e manutenção dos sentidos, em uma dada formação social, que a exterioridade produz o discurso enquanto memória (e ruptura) do dizer. *Interdiscurso*.

Definido por Orlandi (2007b) como memória discursiva, o interdiscurso é o lugar pelo qual os saberes circulam. É a exterioridade que determina o que pode ser dito em uma determinada formação discursiva. O interdiscurso é ao mesmo tempo o pré-construído e um processo de sustentação (PÊCHEUX, 2014b). São coisas já ditas antes em outros lugares, sentidos já produzidos historicamente que tornam possível o dizer. Esta formulação teórica sobre o conceito de formação discursiva, o interdiscurso e o intradiscorso, nos faz refletir sobre a materialidade discursiva de nossos excertos, em que há um atravessamento de outros dizeres que sustentam uma determinada posição política, no dizer *x* e não *y*, em uma determinada condição de produção, o que nos remete às condições de produção, às relações e exercícios no Haiti.

Maldidier (2017) afirma que “o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição.” Sobre isso, Orlandi (2007b) menciona o jogo da língua que se historiciza, marcado pela ideologia e posições relativas ao poder, atingindo os sujeitos apesar de suas vontades:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem por ele [...] O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentes (ORLANDI, 2007b, p. 32).

Nesta tese, observamos formas discursivas de representação do político por meio de registros oficiais, documentos históricos e artigos de imprensa, tratados como discursos documentais do *corpus* constituído. Compreender essas condições históricas trazem contribuições importantes para a observação das relações de poder e de sentidos que se construíram a propósito da MINUSTAH. Lembremos que nesta visão, no entanto, é só no imaginário que todas estas versões, digressões, formulações, partem de um texto “original”. Nesse sentido, o texto “original” é uma ficção, ou melhor, é uma função da historicidade, num processo retroativo (ORLANDI, 2007b).

Pela Análise de Discurso, entendemos que há determinação histórica no processo de constituição do sentido. Portanto, ele não pode ser qualquer sentido, nem designado previamente, como essência das palavras. Entra, aqui, a historicidade (a exterioridade), para afirmar o descentramento do sujeito – uma relação, portanto, fundamental. Deste modo, torna-se de suma importância o processo sócio-histórico de constituição do discurso; neste caso, o discurso da MINUSTAH.

1.7. Discurso de identidade e cultura nacional

Identities não podem ser construídas sem as diferenças. No caso da identidade nacional, foco do nosso estudo, seu âmago ideológico se dá por referência ao que lhe é externo. Chauí (2000) explica que, se no plano individual, esse núcleo essencial é a personalidade de alguém, enquanto que no plano social é o lugar ocupado na divisão do trabalho, a inserção social de classe. Para a autora (*idem*, p. 21), “a ‘identidade nacional’ precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social.” Nesta visão, ideias de “consciência individual”, “consciência social” e “consciência nacional”, bem como seus conflitos e tensões, são invocadas no processo de constituição de uma identidade nacional.

De um ponto de vista pêcheuxtiano (2015), pelo estudo do discurso, instabilidades promovidas por conflitos e tensões são responsáveis pela constituição da estrutura discursiva. É nesse quadro de materialidade histórico-linguística que buscamos observar as percepções de realidade através do discurso – i.e. as percepções dos líderes do contingente brasileiro na MINUSTAH, tanto na construção do seu “*nós*”, como em seu posicionamento diante das situações de conflito.

O Brasil é reconhecido como atuante defensor da paz e da cooperação entre os povos. Em seu artigo 4º, a Constituição Federal de 1988 elenca os princípios que regem as relações internacionais do Brasil:

I. Independência nacional; II. prevalência dos direitos humanos; III. autodeterminação dos povos; IV. não-intervenção; V. igualdade entre os Estados; VI. defesa da paz; VII. **solução pacífica dos conflitos**; VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX. cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X. concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Além da presença dos valores e tradições nacionais entre os incisos deste parágrafo único, os princípios da solução pacífica estão também expressos no preâmbulo da mesma Constituição:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma *sociedade fraterna*, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a *solução pacífica* das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

A Constituição Federal, enquanto discurso jurídico, tem seu modo de instituir a regularidade que, no dizer de Motta (2009), “impõe uma divisão ao postular o direito e o dever nas relações sociais”. Em análise do discurso constitucional, Motta (*op.cit.*) observa que, na formulação, o pronome pessoal “Nós” significa, de certo modo, pelo funcionamento da linguagem, o espaço da democracia instituído pelo Estado e a sociedade como representatividade política na construção de sentidos de coletividade. O registro no preâmbulo atesta a relevância dada pela sociedade brasileira à solução pacífica das controvérsias na ordem internacional – um dos norteadores identitários da política externa brasileira.

A política de identidade é, essencialmente, uma política da criação da diferença, pois, como afirma Benhabib (1996, p. 3), “toda busca por identidade inclui se diferenciar do que não é”. Em outras palavras, entender o que é ser brasileiro também significa entender o que não é. Em relação a quem os líderes de missões de paz (enunciadores) se diferem quando falam sobre o que é ser brasileiro? Identidades são construídas por narrativas, as quais os brasileiros fazem de si mesmos. Existe, portanto, um modo central que foi constituído pela negação de outros, ao negar outras coisas “não brasileiras”.

As identidades estão em constante transformação e (re)construção – são adaptadas a novas realidades que surgem. Recorremos à Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Nesta transformação e (re)construção de identidades, o imaginário desempenha um papel importante. A concepção da comunidade imaginária brasileira, por exemplo, é assumida com facilidade e disseminada pelo mundo pelo perfil pacifista de sua sociedade – enfoque este já mantido desde o primeiro engajamento em operações de manutenção de paz exigidas pela ONU, em 1956.

As identidades (nacionais, coletivas e individuais) são fluidas e fragmentadas, podendo ser discursivamente (re)negociadas, de acordo com os cenários sociopolíticos. Orlandi (2008) pontua que a identidade é um movimento, tanto no seu modo de funcionamento como em sua historicidade. Do mesmo modo, identidades nacionais discursivas não devem ser percebidas como estáticas, mas sim como entidades, dinâmicas, vulneráveis e ambivalentes.

Desse modo, elementos distintos na construção discursiva de uma identidade nacional não são livres de inconsistências e contradições. Wodak *et al* (2009, p. 16) notam que “indivíduos, assim como grupos coletivos, como as nações, são híbridos de identidade em muitos aspectos e, portanto, a ideia de uma identidade ‘homogênea e pura’, seja individual ou coletiva, é uma ficção enganosa e ilusória”, construída no imaginário.

Nesse entendimento, nos firmamos no pressuposto de que não existe uma identidade nacional em sua essência, mas diferentes identidades construídas discursivamente de acordo com as condições de produção. Como processo constituinte do sujeito, a identidade é indissociável das condições de produção. É o resultado de uma intercambialidade contínua entre uma comunidade e o espaço – físico, social e histórico – por ela ocupado.

É neste processo sócio-histórico que as posições ideológicas vão produzir seus efeitos de sentido. Destacamos a relevância da construção discursiva e suas condições de produção para entender a identidade como parte de um processo, bem como refletir sobre as relações entre identidade e alteridade – a incidência do discurso do outro em um dado discurso, cruzando fronteiras de formações discursivas levando consigo uma série de efeitos discursivos e ideológicos. Estas reflexões remetem bem aos discursos nos quais observamos o modo de funcionamento da linguagem, neste caso, o Brasil em missão de paz no Haiti. Diremos de intercambialidade de saberes e fazeres que se constituem no processo de identidade de forma distintiva entre as nações. Nessa concepção, a construção identitária é tratada como igualmente constituída por meio da alteridade que o processo discursivo imprime nos sujeitos que ali se significam.

Em uma abordagem pelo viés da análise crítica de discurso, Wodak *et al* (2009) sustentam que identidades nacionais são construídas e reproduzidas através do discurso. Para os autores, as construções discursivas de identidades nacionais enfatizam principalmente a singularidade nacional e a uniformidade intranacional, mas tendem a ignorar a diferença intranacional, criando assim discursos de “similaridade”, da mesma forma que as diferenças possíveis de outras nações são frequentemente construídas simultaneamente por meio de discursos de “diferença”.

Discursos de identidade nacional abrangem a construção de uma condição de produção em um território comum, a construção de uma cultura comum. Sobre isso, Orlandi (2008) observa, pelo aporte teórico da Análise de Discurso, que a noção de cultura – um produto, na perspectiva ocidental – se remete a um sentido de limites, de algo intrínseco de uma nação que se pergunta continuamente no que consiste seu caráter específico ao passo que busca “consolidar sem cessar suas fronteiras políticas e espirituais” (*idem*, p. 54).

No que tange à identidade nacional brasileira, não buscamos, aqui, defini-la, mas compreender os sentidos atribuídos àqueles que a constituem. Buscamos identificar os sentidos que (re)significam esta identidade, constituindo outros sentidos para o imaginário a partir do já-dito, e como esta concepção se movimenta tanto na exclusão como na fixação de certos sentidos. Nessa reflexão, parece-nos lícito apontar que é impreciso procurar uma “essência” nacional brasileira, em uma perspectiva ontológica. Sustentamos uma forma de viver relativamente comum, uma identidade cultural, porém, historicamente mutável.

Em seu trabalho sobre o *Discurso Fundador*, Orlandi (2003) trata de questões que incidem sobre o conceito de identidade e suas relações na construção de uma identidade nacional que, para a autora, devem ser entendidas em sua historicidade. A relação desse discurso com a noção de identidade se dá na medida em que produz determinados sentidos que ligam a formação do país à formação de uma ordem do discurso, surgindo daí uma identidade. Orlandi reflete sobre a construção do nosso imaginário social na relação com a linguagem e os sentidos, o que nos permite fazer parte de uma história, uma nação, uma formação social. Nesta construção, sentidos emergem da ruptura com outros já instalados, estabelecendo uma nova ordem, um novo sítio de significância, instituindo uma outra memória, criando uma nova tradição.

Assim, não havendo uma identidade única, o que se tem é um inventário de possibilidades não só para a(s) forma(s) pelas quais o Brasil se apresenta, mas também como ele apresenta o “outro”, pelo discurso. Ou seja, uma projeção imaginária.

1.8. O discurso na formação social

A formação social está associada à formação ideológica, materializada nas relações sociais e firmadas em práticas exigidas pelo modo de produção que a domina – sobretudo na construção das condições de produção. Em outras palavras, a forma-sujeito que o indivíduo assume na interpelação ideológica é determinada historicamente pelo modelo de formação social, levando em consideração os modos de produção que dominam o desenvolvimento da vida social, política e intelectual (MARX apud MALDIDIER, NORMAND & ROBIN, 1976 [2014, p. 87]). Segundo os autores,

[...] uma formação social ou uma formação econômica e social concreta [...] é constituída pela imbricação de diversos modos de produção, ou da coexistência de formas, de sua interconexão, e da dominância de certas formas dentre elas; que o modo de produção seja pensado em termo “de essência” da formação econômica e social, em termos de abstrato real ou tipo geral, invariante da *base econômica* (combinação específica das forças produtivas e das relações de produção) ou em termos de base econômica e de superestrutura. (*op. cit.*, grifos dos autores).

Podemos entender a formação social como relações (práticas exigidas pelo modo de produção dominante) que compõem uma comunidade em um dado momento na história. Estas relações são posições ideológicas e políticas que possuem laços de aliança, de antagonismo ou de dominação.

Em nossa formação capitalista atual, por exemplo, o sujeito assume a forma de sujeito-jurídico que é ao mesmo tempo autônomo, emancipado e independente, porém subordinado às leis do Estado que o regem além, claro, das relações de produção dominante e do complexo conjunto de representações e atitudes (as formações ideológicas) ligadas às posições de classe em conflito.

1.9. Nação: uma perspectiva discursiva

O Brasil enquanto nação se posiciona discursivamente com uma atitude pautada em um sentido de solidariedade e é percebida globalmente com certa familiaridade e cordialidade. Isto nos remete ao clássico conceito de “comunidade imaginada” defendido por Benedict Anderson (2008) de que toda nação é imaginada e de que esta imaginação é fator-chave para se construir o conceito de nação como forma de identidade coletiva. Novas políticas para o reconhecimento de formas de identidade coletiva surgem a cada momento. Não livres, vale

lembrar, de oposições e antagonismos. Porém, unificadas, de certa forma, pelo “exercício da força cultural” (HALL, 1996, p. 617).

Anderson (2008) caracteriza nações – assim como todas as outras comunidades maiores – também como comunidades imaginadas. Ele apoia a visão de que as comunidades “devem ser distinguidas umas das outras não pela sua autenticidade, mas pela maneira como são imaginadas.” O autor explica que

[...] até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão (ANDERSON, 2008, p. 15).

Hall (1996) descreve as nações não apenas como formações políticas, mas também como sistemas de representações culturais pelas quais uma comunidade (imaginada) é interpretada. Hall vê as nações como comunidades simbólicas em que pessoas não são meramente seus cidadãos, mas participantes ativos da ideia de nação representada em sua cultura nacional. Sobre isso, acrescenta:

Uma cultura nacional é um *discurso* — uma maneira de construir significados que influencia e organiza tanto nossas ações quanto nossa concepção de nós mesmos [...] culturas constroem identidades produzindo significados sobre “a nação” com que podemos *identificar*; estes estão contidos nas histórias que são contadas sobre ela (a nação), memórias que conectam seu presente com seu passado, e imaginários que são construídos dela (HALL, 1996, p. 613, grifos do autor)

Para Wodak *et al* (2009), a questão de como essa comunidade imaginária alcança as mentes daqueles que dela estão convencidos reside no fato de que ela é construída e veiculada no discurso, principalmente nas narrativas da cultura nacional. Isto reforça que a identidade nacional é, portanto, o produto do discurso – trazido, (re)produzido e disseminado, cada vez com mais frequência, por atores em espaços institucionais que oferecem não somente a adesão à nação (a política, o Estado), mas também a identificação com a cultura nacional.

Pode-se dizer, no entanto, que esse imaginário seja algo permanentemente colonizado. Para a tese de Anderson (*op.cit.*), as comunidades imaginárias seguem formas modulares disponibilizadas pelos países desenvolvidos da Europa e das Américas, e também da Rússia. Nesta visão, não seria a construção identitária do Brasil, entre outras coisas, a de um consumidor vitalício de um fenômeno pós-colonial chamado nacionalismo – levado da Europa para o resto do mundo?

Chatterjee (2000, p. 229) nos lembra que “os resultados mais poderosos e mais criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em uma identidade, mas em uma diferença em relação às formas modulares da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno.” O autor ironiza a experiência do nacionalismo anticolonial como se fosse uma caricatura de si próprio.

Chauí (2000) se apoia na periodização proposta no estudo sobre a invenção histórica do Estado-nação de Hobsbawm (1983), para observar as mudanças ocorridas nas definições do termo nação desde o seu aparecimento no vocabulário político nos meados do século XIX – época do surgimento do Estado moderno da “era das revoluções” e, por consequência, da necessidade do consentimento prático dos cidadãos para políticas fiscais e ações militares. A autora pontua que o termo “nação” era inicialmente vinculado ao território, passando para uma articulação com a língua, religião e raça, para finalmente enfatizar uma consciência nacional, ou um conjunto de lealdade políticas. Foi, portanto, uma tentativa de incluir todos habitantes do território no espaço da administração estatal com lealdade ao sistema dirigente, haja vista “a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade” (CHAUÍ, 2000, p. 13-14).

Orlandi (2008a) observa, pelo aporte teórico da Análise de Discurso, que o que distingue as nações do Ocidente é a noção de “cultura”, subordinada à noção de “civilização”. Ao transferirmos este movimento para as malhas do discurso colonialista, surge uma contradição:

Nós, submetidos aos desígnios (dever ser) da civilização ocidental, somos seres culturais, sobretudo quando resistimos em nossas diferenças, mas para isso perdemos a possibilidade de termos uma história. Já que é pela parcela que nos cabe a civilização ocidental que somos contados em uma história (a da colonização) (ORLANDI, 2008a, p. 54).

Nas condições de produção do discurso colonialista, no jogo entre formas de discurso, não somos o outro constitutivo, posição ocupada pelo europeu, “que nos constrói como seu ‘outro’, mas ao mesmo tempo nos apaga” (ORLANDI, *idem.*).

O conceito de nação, como vemos, é por si uma noção difícil de (re)definir, possivelmente por conta de discursos já sedimentados, unívocos, datados, que nos remetem ao senso comum e que nos dão a ilusão de que já é algo sabido, testado, verificado e legitimado – o mesmo pode se dizer sobre a noção de identidade, geralmente vista como pura, homogênea.

No entanto, ao tentarmos ressignificar o que é nação nos deparamos com equívocos, ambiguidades e contradições.

Questões como a de identidade e nação, assim como a construção identitária e a construção do outro, pelo discurso, continuarão presentes no decorrer desta tese, bem como o papel do discurso na constituição do imaginário sobre a identidade nacional brasileira pelo discurso da MINUSTAH. Acreditamos ser possível problematizar o processo discursivo acerca dessa identidade nacional e este é, essencialmente, o objetivo desta tese.

CAPÍTULO II - MOVIMENTO HISTÓRICO DA LÍNGUA

Neste capítulo, nos propomos a construir um percurso que propicie ao leitor à compreensão do papel da ONU e seus membros na manutenção da segurança e da paz mundial através da promoção dos direitos humanos e na colaboração para o desenvolvimento econômico e o progresso social. Ao mesmo tempo, teremos a oportunidade de questionar estas noções tão fundamentais para as Nações Unidas. Entendemos ser este um espaço, discursivamente valioso e produtivo, que nos permitirá observar (des)construções e possíveis rupturas como processos próprios de interpretação.

Analisaremos a importância e a evolução destas operações desde sua criação, no fim da década de 1940. Na sequência, observaremos a postura brasileira diante dessas demandas, os desafios e principais perspectivas de um país em busca de reconhecimento e projeção internacional. Buscaremos ainda expor algum padrão progressivo e/ou evolutivo da integração brasileira às operações. Para efeito desta tese, serão adotadas as expressões “operações (de manutenção) de paz” e “missões de paz” ao longo do trabalho¹⁰.

2.1. A segurança coletiva de acordo com as nações unidas

Para dar início às nossas reflexões, consideremos primeiramente a importância da relação entre os direitos dos Estados (soberania) e os direitos fundamentais dos indivíduos (Direitos Humanos) para a ONU, assim como a defesa desses direitos, como já preconiza a Carta das Nações Unidas¹¹, assinada em São Francisco em 1945 e cujos trechos serão analisados no decorrer desta tese. O apoio e a busca pela paz entre as nações, o progresso e a justiça social, e a criação de condições para que o direito internacional seja vigente no mundo, como um todo, são prioridades constitutivas da organização, também dispostas no Capítulo I (“*Propósitos e Princípios*”) da Carta¹² (grifos nossos):

¹⁰ Há uma imprecisão e falta de consenso entre analistas, organizações internacionais e Estados, sobre como devem ser chamadas essas operações. Para Uziel (2015), isso se deve ao fato de os Estados-membros temerem que determinada designação venha a mascarar interesses de outros Estados que visem a controlar um instrumento, excluindo seus pares de decisões relevantes. O resultado dessa política passiva das Nações Unidas implicou a proliferação de diferentes designações para essas operações.

¹¹ A Carta das Nações Unidas foi incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto n.º 19 841, de 22 de outubro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. O conteúdo da Carta está disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa_internacional/Sistema_ONU/SU.pdf
Acesso em: 06/10/2022.

¹² A Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 06/10/2022.

Artigo 1

Os Propósitos das Nações unidas são:

1. **Manter a paz e a segurança internacionais** e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para **evitar ameaças à paz** e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por **meios pacíficos** e de conformidade com os **princípios da justiça** e do direito internacional, a um ajuste ou **solução das controvérsias** ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver **relações amistosas** entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da **paz universal**;
3. Conseguir uma **cooperação internacional** para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às **liberdades fundamentais** para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a **harmonizar a ação das nações** para a consecução desses objetivos comuns.

Artigo 2

A Organização e seus membros, para a realização dos propósitos mencionados no artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da **igualdade soberana** de todos os seus membros.
2. Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de membros, deverão cumprir de **boa-fé** as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta.
3. Todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por **meios pacíficos**, de modo que não sejam ameaçadas a **paz**, a **segurança** e a **justiça internacionais**.
4. Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o **uso da força contra a integridade territorial** ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.
5. Todos os membros darão às Nações toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta e se absterão de dar auxílio a qual Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.
6. A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à **manutenção da paz** e da **segurança internacionais**.
7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta [...] (Carta da ONU, 1945).

Desde a sua instituição em 1945, a ONU encontrou críticas, de diferentes lados, que vão desde acusações de ser tendenciosa ou incompetente em lidar com questões enfrentadas pela comunidade internacional, até de ser excessivamente agressiva ao tentar desempenhar seu papel de maneira mais enérgica. Não é de se surpreender que a organização seja frequentemente culpada por não resolver problemas já considerados insolúveis pelos governos e que geralmente

chegam às Nações Unidas já como um último recurso. Uma vez instituída, no entanto, a ONU passa a ter um poder que é exterior aos seus Estados membros, resultado de arranjos institucionais arquitetados pelas elites políticas e econômica globais, porém reconhecido e legitimado pelos governos do mundo. A principal crítica às Nações Unidas, até os dias atuais, permanece a de ser utilizada para a defesa dos interesses políticos desta elite – e.g. os membros permanentes do Conselho de Segurança.

A Guerra Fria (1947–1991) foi o período mais intenso para a organização, pois o mundo se dividia em duas esferas de influência ideologicamente antagônicas, lideradas por duas grandes potências, ambas com direito de veto naquele órgão. Deve-se dizer que, com o fim da Guerra Fria, houve um aumento do escopo dos mandatos e as operações de paz da ONU passaram a lidar com uma profusão de tarefas técnicas e assistenciais muitas vezes sem precedentes e em situações de alta complexidade. Essas missões, cujos perfis têm mudado desde a primeira operação em 1948, podem ser vistas como uma evolução dos acordos de cessar-fogo tradicionais para estratégias multidimensionais, com elementos sócio-histórico-políticos que constituem um mecanismo de segurança coletiva e operam em alguns dos principais conflitos do mundo atual. Em outras palavras, podemos dizer que estas operações passaram a ser cada vez mais reconhecidas, ajudando a consolidar o poder e a influência da ONU no cenário mundial, se inscrevendo em um imaginário que se mostra pelo simbólico – e.g. os Boinas Azuis¹³ –, significam pela ordem simbólica, como coloca Lagazzi (1988).

É importante dizer que no jogo das relações internacionais, tem sido papel das elites mundiais “reconstruir” democracias que emergem de regimes autoritários, edificando a frágil institucionalidade democrática desses países, reconfigurando seus sistemas eleitorais, legislações, o acesso à justiça, entre outros direitos fundamentais.

É ponto fulcral, pelo estudo do discurso, observar que as prioridades constitutivas da ONU funcionam pelo aparato jurídico e que esse posicionamento da busca pela paz, progresso, democracia e justiça é uma atitude predominantemente defendida pelas sociedades ocidentais, de forma dominante e universalizante, com relação às outras nações consideradas com menor poder de influência na organização. À vista disso, entendemos que a ONU se esbarra no universalismo, significando em meio a ideais democráticos, e nos cabe questionar se

¹³ Como são conhecidas as tropas multinacionais que servem as Missões de Paz da ONU em países envolvidos em conturbação social. O nome *Boina Azul* se dá pelo fato de que as tropas utilizam boinas e capacetes na cor azul, a mesma da bandeira da ONU. As boinas/capacetes azuis foram adotadas na década de 60.

intervenções pela busca da paz é de fato uma possibilidade de mudanças positivas para todos, se há as mesmas condições para que se garanta a paz, o progresso e a justiça social (uma injunção fundamental na ordem jurídico-capitalista) entre as nações e, principalmente, sob qual perspectiva estas noções estão sendo tratadas.

2.2. A Carta da ONU

A Carta da ONU é um ato jurídico, um instrumento linguístico constituinte que define a estrutura da organização e estabelece o poder e as funções de seus órgãos, como também os deveres e obrigações de seus membros – a formação explícita do dizer do direito (LAGAZZI, 1988). Em nossa busca pela compreensão do funcionamento da linguagem, do/no discurso da MINUSTAH, e da produção de sentidos, a entendemos como um discurso que funciona com aparente neutralidade, pelo próprio efeito da ideologia na língua. Uma vez que a ideologia produz o efeito da naturalização, como se o sentido estivesse a literalidade, da palavra. Nesse liame, é importante dizer que todo discurso é atravessado por outros. Assim, o discurso da Carta remete a outros discursos, se articulando na atualização e na textualização da memória¹⁴.

O que é, hoje, conhecido como as missões de paz não está previsto na Carta da ONU. No entanto, as operações são um dos principais instrumentos da política internacional e servem para garantir o cumprimento dos seus objetivos e propósitos – leia-se “manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz¹⁵.”

2.3. As operações de paz

Em 1948, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizou o envio de militares para o Oriente Médio com o intuito de monitorar acordos entre Israel e países vizinhos; estabeleceu-se ali, de forma sócio histórica, a primeira missão de paz oficial de que se tem notícia. Desde então, mais de 1 milhão de homens e mulheres¹⁶ – militares e civis – serviram e

¹⁴ Para Pêcheux (2020, p. 46), em uma perspectiva discursiva, a memória não deve ser entendida no sentido psicologista da “memória individual”, mas em seus sentidos entrecruzados – a memória mítica, inscrita socialmente em práticas, e da memória construída do historiador.

¹⁵ Capítulo I (“Propósitos e Princípios”), Artigo 1 da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em 06/10/2022.

¹⁶ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrifice>. Acesso em: 02/03/2022.

ainda servem sob a bandeira das Nações Unidas por todo o mundo, nos mais diversos panoramas políticos, para atender demandas que vão desde a manutenção do Estado de Direito, assistência humanitária, proteção e promoção de direitos humanos em situações de conflito, reforma judicial, desarmamento, o anteparo de civis, e a facilitação de processos políticos, através do apoio de eleições, monitoramento eleitoral, entre outras ações. Tomamos emprestado o termo utilizado por Lagazzi (1988), que considera estas ações “ferramentas do direito capitalista”.

Conforme documentos, ONU, as operações de paz são financiadas por contribuições dos membros das Nações Unidas e realizadas com o consentimento das partes em conflito. São, portanto, estabelecidas pelo CSNU e é de lá que recebem os mandatos e a quem reportam periodicamente (UZIEL, 2015). Tropas enviadas não participam das operações para “ganhar a guerra” em nome de uma das partes, mas estão ali para ajudá-las na solução de conflitos.

É importante dizer que não se deve confundir o posicionamento com neutralidade. Assim, não pode haver omissão em vista de atos que contrariem os mandatos, ou como determina o Manual de Princípios e Diretrizes das Operações de Manutenção da Paz¹⁷ da ONU (2008, p.33), as “Forças de Paz das Nações Unidas devem ser imparciais nas suas relações com as partes em conflito, mas não neutras na execução do seu mandato.” O uso de força, por sua vez, garante que os enviados possam agir preventivamente, em determinadas condições, como explica o manual (grifos nossos):

[...] As operações não são uma ferramenta de execução. No entanto, é amplamente entendido que possam usar a força no nível tático, com autorização do Conselho de Segurança, se atuar em legítima defesa e defesa do mandato (Princípios e Diretrizes das Operações de Manutenção da Paz da ONU, 2008, p. 33).

A formulação incide sobre a manutenção da paz, alinhada à própria constituição das Nações Unidas. Ou seja, os documentos que a regulam regem seus modos de operações e as organizam (e.g., a própria Carta da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸, a Carta Internacional dos Direitos do Homem¹⁹, Normas e Princípios das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal²⁰). São as regras jurídicas da ONU, sua

¹⁷ United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (2008). Acesso: 02/03/2022.

¹⁸ Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

¹⁹ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/onu1.htm>.

²⁰ Disponível em https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf

representatividade material, que a sustenta, garante seu funcionamento, organização política, legitimidade, poder e, por consequência, as relações entre seus Estados membros. Há, na garantia da segurança coletiva, uma força coercitiva, normalizadora, que se reafirma pela ideologia jurídica para buscar um bem comum e as forças necessárias para alcançá-lo e mantê-lo.

Em tese, o que se busca com a segurança coletiva – tendo as operações de paz atuando como um instrumento desse mecanismo – é uma otimização do poder, já que sua homogeneidade ou difusão, bem como a submissão dos interesses nacionais ao coletivo nos parecem uma tarefa um tanto árdua, se não intangível. Nessa lógica, a manutenção da paz, do dizer sobre a paz, se dá não por autodefesa coletiva, mas pelo impedimento de atos de agressão entre Estados através de intervenções pontuais em caso de desvios da ordem estabelecida (KENKEL e MORAES, 2012). Operando por um princípio de igualdade soberana, decisões tomadas coletivamente banem a guerra e tornam a conquista territorial ilegal. No entanto, tendo em vista a complexidade nas relações de poder entre os Estados, não se pode garantir uma uniformidade no seu funcionamento em todos os tipos de conflitos (UZIEL, 2015).

Podemos observar, no entanto, que não são raros os casos de violação da ordem multilateral. A exemplo dessas violações, e em contraste com a arquitetura da Carta, temos: a presença constitutiva dos Estados Unidos no Iraque em 2003 e o unilateralismo de suas estratégias nas intervenções em resposta aos atentados de 11 de setembro (em 2001); no bombardeio da antiga Iugoslávia em 1999; e, mais recentemente, a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022.

Destacamos que, à época da Guerra no Iraque, o então Procurador-Geral do Reino Unido, Lorde Goldsmith, para justificar a utilização da força na invasão do território iraquiano, usou da própria Carta das Nações Unidas, que em seu Capítulo VII trata das medidas que deverão ser tomadas na existência de qualquer ameaça à paz, sua ruptura, ou qualquer ato de agressão. De acordo com a Carta, as medidas coercitivas podem compreender “demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas” (Artigo 42), a “a execução combinada de uma ação coercitiva internacional” (Artigo 45), entre outras deliberações.

Para afirmar a autorização legal, Lorde Goldsmith se pronunciou²¹:

Autoridade para o uso da força contra o Iraque existe a partir do efeito combinado das Resoluções 678, 687 e 1441. Todas essas resoluções foram adotadas com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o qual permite o *uso da força* para o exposto propósito de *restaurar a paz e a segurança internacionais* (tradução livre).

Controvérsias semelhantes sobre violações do direito internacional e a legitimidade das invasões de territórios e da soberania de outros países já tinham estado em pauta poucos anos antes da guerra no Iraque, quando do bombardeio da OTAN²² em 1999 contra a República Federativa da Iugoslávia. A seguinte declaração²³ foi feita em Nova York em 24 de março de 1999 pelo secretário-geral da ONU Kofi Annan (grifos nossos):

Falo-vos num momento grave para a comunidade internacional. Ao longo do ano passado, apelei em muitas ocasiões às autoridades jugoslavas e aos albaneses do Kosovo para que procurassem a paz em vez da guerra, *o compromisso em vez do conflito*. Lamento profundamente que, apesar de todos os esforços envidados pela comunidade internacional, as autoridades jugoslavas tenham persistido na sua rejeição de um acordo político, que teria travado o derramamento de sangue no Kosovo e assegurado uma *paz equitativa* para a população local. É realmente trágico que a *diplomacia* tenha falhado, mas há momentos em que *o uso da força* pode ser legítimo na *busca da paz* (Kofi Annan, 1999, tradução livre).

Nota-se que a produção dos dois últimos excertos circula na articulação de uma *formação discursiva* e de *uma formação ideológica*²⁴ – o uso de força para garantir a paz – e não podem, portanto, ser consideradas originárias. É no interior dessas formações que se constitui o domínio do saber em um incessante processo de reconfiguração em função das posições ideológicas em cada conjuntura sócio-histórica (COURTINE, [1981] 2009). Nessa direção, são relações de força (o político) que se simbolizam e que, como nos diz Orlandi (2012, p. 34), “reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado.” A teoria da Análise de Discurso nos explicita ainda que um discurso sempre remete a outro. Nesse entendimento, a

²¹ Iraq: Legality of Armed Force. Disponível em: < <https://publications.parliament.uk/pa/ld200203/ldhansrd/vo030317/text/30317w01.htm>>. Acesso em: 10/11/2022.

²² A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949.

²³ Disponível em: < <https://press.un.org/en/1999/sgsm6938.doc.htm>>. Acesso em: 10/11/2022.

²⁴ Pela Análise de Discurso francesa (PÊCHEUX, 2014b), uma *formação ideológica* consiste em uma concepção dada na conjuntura histórica de dada formação social; a *formação discursiva* é aquilo que determina o que pode e deve ser dito no interior dessa conjuntura sócio-histórica.

formulação do discurso da ONU se inscreve em outras discursividades que se confrontam e produzem efeitos de sentido. Vejamos.

Em 2022, uma invasão militar em larga escala coordenada pela Rússia contra a Ucrânia, um país vizinho, se escalou acentuadamente para se tornar uma das maiores invasões na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. O Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia²⁵ traz (grifos nossos):

Durante esta primeira fase de suas investigações, a Comissão descobriu que crimes de guerra, **violações dos direitos humanos** e do **direito internacional humanitário** foram cometidos na Ucrânia desde 24 de fevereiro de 2022. As forças armadas russas são responsáveis pela vasta maioria das violações identificadas. As forças ucranianas também cometeram violações do **direito internacional humanitário** em alguns casos, incluindo dois incidentes que se qualificam como crimes de guerra (Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia, 2022, tradução livre).

Ao tratar das “*violações dos direitos humanos*” e do “*direito internacional humanitário*”, o relatório se direciona aos princípios da Carta da ONU, que visam a cooperação internacional para a garantia da paz e a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Ressaltamos, entretanto, a contradição discursiva do aparato burocrático quando países poderosos e membros permanentes do CSNU passam a violar a ordem e as regras que eles mesmos ajudaram a consolidar e findam por reproduzir lógicas coloniais de subserviência, organizadas a partir de posições de classe, muitas vezes garantidas por versões contemporâneas de exploração e outras formas de abuso.

É importante observar que as missões de paz, como instrumento da segurança coletiva, ganharam força e um maior orçamento²⁶ desde a década de 80, com as políticas de abertura de Mikhail Gorbachev e as consideráveis contribuições para tal orçamento. Com o fim da Guerra Fria e sua ordem bipolar, o cenário internacional passou a presenciar uma crescente complexidade e imprevisibilidade com a propagação de informações, crescentes vulnerabilidades e ameaças à estabilidade mundial. Deu-se uma reconfiguração não só das formas de manutenção da ordem internacional, mas também do papel das organizações de segurança coletiva. As duas décadas anteriores de operações de manutenção de paz ofereceram

²⁵ O relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia refere-se a descobertas sobre eventos durante o final de fevereiro e março de 2022 em diferentes regiões do país (Kyiv, Chernihiv, Kharkiv e Sumy), conforme solicitado pela resolução S34/1 do Conselho de Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-10/A-77-533-AUV-EN.pdf>>. Acesso em 10/11/2022.

²⁶ O orçamento para as operações cresceu de US\$ 260 milhões em janeiro de 1988 para US\$ 3,6 bilhões em 1994 (UZIEL, 2015).

um ambiente seguro e legítimo de cooperação e as Nações Unidas firmaram o papel de destaque na solução de conflitos, impulsionado pela promoção da democracia e dos direitos humanos, além do crescente acesso da imprensa mundial aos conflitos e, por consequência, uma influência maior da opinião pública.

A Resolução 1542²⁷ (2004) adotada pelo Conselho de Segurança da ONU diz, em seu preâmbulo, sobre o “forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade do Haiti.” Esta disposição, em concordância com o princípio básico do consentimento das partes, insta todas as partes interessadas, em particular os órgãos e agências das Nações Unidas a ajudar o governo de transição do Haiti na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

A posição política e ideológica torna-se uma vantagem aos olhos da opinião pública. Desse modo, o envio de tropas às missões proporciona a chance de exercitar as habilidades diplomáticas e a capacidade de negociação que, historicamente, seriam mais problemáticas em conflitos convencionais. Trata-se, portanto, de um processo de “socialização” dos militares, com a possibilidade de torná-los mais democráticos e profissionais – um potencial efeito reformador que se estenderia ao plano das relações civis-militares (DESCH, 1999).

As Nações Unidas, responsáveis pela transferência de fundos²⁸ para as missões, preferem contar com países que tenham estáveis relações civis-militares na composição de suas tropas (LUNDGREN, 2018). Uma importante característica das operações mais recentes é a crescente presença de tropas de países latino-americanos, asiáticos e africanos em substituição às forças armadas de países com democracias robustas.

O perfil das potências emergentes na área de segurança e defesa tem algumas características particulares, as quais serão apenas parcialmente discutidas no escopo desta pesquisa. Podemos observar, no entanto, que as antigas potências coloniais estão qualificadas para atuar em missões de paz por entenderem bem o modo das intervenções estrangeiras, como nos mostra Uziel (2015).

²⁷ A Resolução 1542, de 2004, estabelece a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) por um período inicial de 6 meses, com a intenção de renovar por mais períodos e autorizava a coordenação e condução de todas as atividades das agências, fundos e programas da ONU no Haiti. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532?ln=en>. Acesso em 22/09/2022.

²⁸ Os recursos financeiros das operações de manutenção da paz da ONU são de responsabilidade coletiva dos Estados membros da ONU. As decisões sobre o estabelecimento, manutenção ou expansão das operações de manutenção da paz são tomadas pelo CNSU. Fonte: Department of Peacekeeping Operations (DPKO). Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/>>. Acesso em: 02/03/2022.

Cabe, aqui, trazer o debate em torno do conceito da “responsabilidade de proteger²⁹” que, assegurado pela ONU, tem sido usado com o propósito de estimular ações internacionais decisivas em relação a crises humanitárias, mobilizando a vontade política e a opinião pública para um consenso necessário no enfrentamento de casos extremos de violação dos direitos humanos. Ressaltamos o funcionamento jurídico – fonte de legitimidade, de caráter normativo – nesta formulação pacificadora. Teoricamente, os Estados têm a responsabilidade de proteger os seus cidadãos, mas quando estes se provarem incapazes, a responsabilidade de proteger é transferida à comunidade internacional, de acordo com a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS)³⁰.

A regularidade jurídica, discursivamente, não está livre de resistências, principalmente de alguns países emergentes comungantes do soberanismo como o Brasil –, cujo posicionamento com relação à soberania endossa a não intervenção em assuntos internos de outros Estados, sobretudo, com o uso de força nas intervenções. Este posicionamento colocou o Brasil diante de um dilema, resultando em adaptações para novas conjunturas, como a concepção da “responsabilidade *ao* proteger³¹” e o “princípio da não-*indiferença*” no lugar da não-interferência. Mobilidade de sentidos atravessam estas duas concepções, as ressignificando, mas, sobretudo, representando um novo posicionamento do país diante do dilema.

O Manual de Operações de Paz, disposto por portaria normativa³² do Ministério da Defesa, estabelece os procedimentos a serem empreendidos pelo Ministério e pelas Forças Armadas para a participação militar brasileira em Operações de Paz junto a organismos internacionais. Trazem pela materialidade simbólica as regras de engajamento aos países contribuintes, mas também as circunstâncias e limitações no uso de força:

Como princípio, a força, de qualquer tipo, só deve ser aplicada em último caso, quando todos os *meios pacíficos* de resolução de pendências (negociação, persuasão etc.) falharem. Ficam, entretanto, salvaguardadas as ações

²⁹ O termo “responsabilidade de proteger” (R2P) surgiu no relatório da *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS) ao abordar os limites da soberania e quando a proteção de civis se deveria sobrepor a este conceito fundamental ao direito internacional. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/about-responsibility-to-protect.shtml>. Acesso em: 15/03/2022.

³⁰ <https://www.global2p.org/resources/the-responsibility-to-protect-report-of-the-international-commission-on-intervention-and-state-sovereignty-2001/>

³¹ O conceito usado pela diplomacia brasileira é uma inferência à “responsabilidade de proteger” e preconiza o uso da força pela comunidade internacional de maneira seletiva e criteriosa.

³² Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34a_ma_02a_manuala_opa_paza_3eda_2013.pdf. Acesso em: 11/09/2022.

necessárias à autoproteção das tropas. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, grifos nossos).

Trata-se de um documento institucional em que o termo “*meios pacíficos*” remetem explicitamente o primeiro capítulo (“*Propósitos e Princípios*”) da Carta da ONU (Cf. p.11) e ao Manual de Princípios e Diretrizes das Operações de Manutenção da Paz da ONU (Cf. p.9). Há uma repetição vertical em que sentidos, dizeres, ressoam em discursos outros, produzindo efeitos que se identificam/são identificados com seu espaço de origem.

2.4. Trajetória do Brasil na Organização das Nações Unidas

Para melhor compreender a posição política do Brasil no que diz respeito às operações de paz e ao comprometimento da imagem brasileira, na posição sujeito de ator pacifista, é importante elucidar, nessas condições de produção e ainda que de forma sucinta, a trajetória sócio-histórica do Brasil, não somente no âmbito das missões, mas das Nações Unidas como um todo. Isso nos possibilitará, discursivamente, uma visão mais ampla das condições que incidem sobre a participação brasileira, mas também uma percepção dos desafios e a identificação de algum padrão nessas atuações.

Historicamente, o Brasil tem priorizado a diplomacia em sua inserção estratégica nas relações internacionais e tem como princípio a solução pacífica de conflitos, a defesa da paz, a cooperação entre os povos e o respeito ao direito internacional. No terreno das Nações Unidas, há o histórico de membro fundador da organização e o compromisso com o multilateralismo – uma das principais diretrizes de sua política externa.

Em termos globais, a primeira década do século ofereceu um cenário oportuno ao surgimento do policentrismo – e.g. países considerados potências médias (“*middle powers*”), assumindo iniciativas autônomas em temas globais antes reservados às grandes potências. Teoricamente, essa multipolaridade dificultaria a criação de hegemonias e criaria novas oportunidades de projeção de vários outros países (AMORIM, 2016).

O início do século foi também marcado pela expansão da economia mundial sem precedentes — e.g., liquidez financeira de muitos países, juros baixos e preços de commodities favoráveis. Com a grave crise financeira global ainda naquela década, que debilitou principalmente as economias ocidentais avançadas, observaram-se a emergência e a aceitação

do G-20³³ como alternativa ao G-7³⁴. Somada ao fortalecimento de economias emergentes e à tendência ao policentrismo, a falta de uma liderança latino americana em questões regionais e globais e as vantagens comparativas brasileiras resultaram em uma composição político-econômica-estratégica perfeita para que o Brasil se consolidasse em uma posição sócio-histórica, como ator político de primeira ordem naquele momento.

O Brasil tornava-se, diante de distintas condições políticas, o representante da América Latina nas articulações diplomáticas, até então, inéditas com a Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Reuniam-se, portanto, dois membros permanentes Conselho de Segurança (Rússia e China) e dois outros fortes aspirantes a essa posição política tão desejada também pela diplomacia brasileira desde os primeiros anos das Nações Unidas. Começava a ascensão do país, mesmo que informalmente, na hierarquia das relações internacionais.

O artigo 2º da Carta das Nações Unidas (*op. cit.* p. 6) consagra o “princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.” No entanto, não se pode negar as diferenças de influência e de poder entre os países-membros. O fato de não haver uma hierarquia entre os Estados não impede que eles compartilhem comportamentos similares, influência regional, política e econômica, nem de que criem uma identidade entre eles. Isso é particularmente visível em países considerados de potência média, com a possibilidade de influenciar decisões ou de coordenar grupos que os influenciam (UZIEL, 2015).

Deve-se dizer que dada a amplitude da categoria “*middle power*”, este grupo acaba por reunir países tradicionais, com democracias consolidadas que se desenvolveram durante a Guerra Fria, e países ainda em desenvolvimento, emergentes, com democracias recentes, em transição ou que ainda vivem em regimes autoritários. O Brasil se destaca dentro deste segundo grupo, como um país que, no âmbito das Nações Unidas, busca ser construtivo e favorável à formação do consenso, ao passo que tem autonomia e liberdade para questionar aspectos estruturais da própria ONU, como no caso da composição do Conselho de Segurança (AMORIM, 2016).

³³ Grupo de nações que representam cerca de 80% de toda a economia global. Conta com a participação de Chefes de Estado, Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais de 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e da União Europeia. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/g20>. Acesso em 14/03/2022.

³⁴ Fórum informal que reúne os líderes das principais nações industrializadas do mundo (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7-e-g8>. Acesso em 14/03/2022.

2.4.1. O Brasil e as missões de paz

A julgar pela sua imersão política, o Brasil pode ser lido como um país com uma longa história de contribuição para as operações de manutenção da paz. Desde 1947, dois anos após a criação das Nações Unidas, o Brasil participou de 50 missões (JUNGMANN, 2017) e, depois de um intervalo de quase 20 anos, voltou a ter uma presença significativa em operações dessa natureza, na década de 1990 – com complexidades, dimensões e durações diversas, mas ocupando posição de destaque na coordenação e comando dessas operações e colocando em sintonia a política externa e a de defesa.

A escolha das operações privilegia potenciais áreas de influência da diplomacia brasileira, sobretudo, países próximos e/ou que compartilham com o Brasil da sua formação histórica e cultural. Deste modo, foram nas operações de paz empregadas em Moçambique, Angola, Timor-Leste e Haiti que o Brasil se coloca em uma posição de um envolvimento mais ativo, apesar das importantes atuações também em países como o Líbano e República do Congo (ANDRADE *et al.*, 2019).

A participação brasileira em operações de paz é legitimada como política de Estado, e entre algumas publicações oficiais estão a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional³⁵ (LBDN). No caso de cessão de tropas, faz-se necessária a autorização do Congresso Nacional, em articulação com o Poder Executivo, mas envolve também o Ministério das Relações Exteriores, o da Defesa e o do Planejamento, Orçamento e Gestão (UZIEL, 2015), o que nos conduz para o entendimento de que o engajamento do Brasil nas intervenções (ou na *não* intervenção) se utiliza da preocupação humanitário como argumento para uma agenda utilitária – e.g. uma reivindicação à condição de membro permanente do CSNU – e propomos observar como essas articulações se dão, discursivamente.

O Brasil, reconhecido como um atuante defensor das relações Sul-Sul³⁶ e uma autoridade regional legítima e estabelecida, já se opôs, em diversos casos, às agendas ocidentais de intervenção. Em outras instâncias, parece se deslocar para uma posição política mais tradicional de poder, como pode ser demonstrado pelo seu engajamento com grandes potências mundiais e países em desenvolvimento. Observemos a sequência discursiva (SD1), em que o

³⁵ Publicação oficial do governo brasileiro, de competência do Ministério da Defesa, criado para tratar de assuntos referentes a defesa nacional, além dos objetivos, avanços e desafios da sociedade brasileira em sua correlação no mundo em matéria de defesa nacional.

³⁶ A Cooperação Sul-Sul se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes. Se difere da Cooperação Norte-Sul, em que países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

recorte do discurso³⁷ do ex-embaixador Celso Amorim explica um pouco mais essa relação (grifos nossos):

[SD1] O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África. Devemos construir com essas regiões um verdadeiro “*cinturão de boa vontade*”, que garanta a nossa *segurança* e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do *desenvolvimento* (AMORIM, 2012).

Pelo discurso na SD1, há um jogo da/pela língua que nos permite observar, pela formulação, a projeção imaginária que se tem do Brasil, em relação às demais regiões “*América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África*”, no sentido de constituição de um “*cinturão de boa vontade*”. As palavras de Celso Amorim nos fazem refletir sobre a noção de segurança e desenvolvimento sob uma ótica capitalista ocidental, organizada a partir de posições de classe, em que o *cinturão de boa vontade* serve para camuflar suas razões econômicas e de poder político, já que dentro do entorno geopolítico mencionado, o Brasil é a principal potência.

Neste fio discursivo, observemos a SD2 a seguir, que traz a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2012³⁸ sobre questões que incidem sobre a implementação de ações estratégicas de defesa nacional, que incluem (grifos nossos):

[SD2] **Incrementar** o apoio à participação brasileira no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa e demais ministérios, dentre outros: nos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, **aprimorando** e **aumentando** a capacidade de negociação do Brasil; [...] em ações que **promovam a ampliação** da projeção do país no concerto mundial e **reafirmar** o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos. (END, 2012, grifos nossos).

Pela formulação na SD2, observamos, discursivamente, a fundamentação jurídica atuando na participação brasileira no cenário internacional por meio da atuação dos ministérios. Tal formulação se sustenta e se consolida em *aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil* e também em *ações que promovam a ampliação da projeção do país no*

³⁷ “A política de defesa de um país pacífico”. Aula magna para os cursos de Altos Estudos Militares das Forças Armadas e Altos Estudos em Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, em 09/03/2012. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/237>. Acesso em: 21/09/2022.

³⁸ Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em 20/09/2022.

concerto mundial. Neste movimento de linguagem, os termos “melhorar”, “avançar” significam em algo já existente.

O *compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos* aparecem com o verbo *reafirmar*, produzindo o sentido de certificar o caráter verdadeiro de algo já afirmado – um espaço simbólico de onde outros discursos em circulação são acionados, com significações mais amplas que as contidas no texto, atualizando a memória discursiva³⁹ e estabilizando a referência dos elementos do saber, como propõe Orlandi (2012).

O excerto apresenta pressupostos políticos e ideológicos de paz e cooperação entre as nações, mas também de uma projeção econômica e geopolítica que não ocorre ao apagar das luzes. Há todo um modo de organização que passa necessariamente pelo simbólico, pela materialidade do discurso. Nessa rede de formulações, portanto, os objetos do discurso vão se articulando e se formando como pré-construídos, como observado por Courtine (1982, *apud* Orlandi, 2012), produzindo um efeito de homogeneidade, de posições unívocas e definitivas sobre estas noções.

Observemos, na próxima sequência discursiva, como a edição do LBDN de 2012 busca justificar a participação do contingente brasileiro (grifos nossos):

[SD3] A atuação dos militares brasileiros é *reconhecida* pelo povo haitiano e por autoridades internacionais devido à *peculiar forma de atuação*, reflexo dos treinamentos recebidos antes da missão e da própria formação profissional adquirida nas Forças (LBDN, 2012, p. 162, grifo nosso).

A formulação na SD3 textualiza um modo de significar sobre as atividades de defesa do Brasil e estimular essas discussões no âmbito do Parlamento, da burocracia federal, da academia, e da sociedade brasileira em geral. Um mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre a adequação da estrutura de defesa brasileira aos objetivos traçados pelo poder público.

Observamos, ainda na SD3, o uso da palavra *reconhecida*, fundamentando e legitimando a presença de tropas brasileiras no Haiti, embora este reconhecimento tenha sido justificado, no referido documento, apenas pela *peculiar forma de atuação* dos militares, sem

³⁹ Pêcheux (2020, p.45) aborda o papel da memória, o qual permitiu a confluência de temas distintos: “[...] as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio de uma memória.”

dizer o que a faz ser peculiar – um misto de reconhecimento e indistinção no funcionamento da linguagem na construção e/ou fortalecimento de uma suposta imagem⁴⁰ que tantos os brasileiros quanto as demais nações possuem do Brasil.

Na cinesia entre o passado, o presente e o futuro, o Brasil trafega entre suas tradições, contradições e a necessidade de ser atual, relevante. Em seu estudo sobre a cultura e identidade brasileira, Renato Ortiz (1994) já observava que a movimentação entre o tradicional e o moderno, tão presente na discussão sobre a identidade brasileira movimenta, ideologicamente, um desejo de inserção internacional, de reconhecimento pelo outro.

Hall (2006), ao abordar a identidade cultural das nações na pós-modernidade, pontua que a constituição de uma cultura nacional como uma “comunidade imaginada” – conceito também vislumbrado por Anderson (2008) – se dá essencialmente pelas memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da herança; estes são três conceitos fortemente associados ao reconhecimento.

O Ministro de Estado da Defesa, Jaques Wagner, durante visita em 2015 ao contingente brasileiro na MINUSTAH em Porto Príncipe, diz que a participação brasileira em operações de paz da ONU se consagrava como uma das mais importantes marcas de projeção do país no cenário internacional. Vejamos.

[SD4] A presença do contingente brasileiro no Haiti desde 2004 evidencia o **reconhecimento** da ONU ao nosso bom trabalho. Este **reconhecimento** é reforçado por meio do comando do componente militar da missão, que permite ao Brasil demonstrar a sua capacidade de gerenciamento de conflitos, de forma diferenciada, com resultados significativos. Investidos de grande responsabilidade e merecedores de **reconhecimento** de todos os brasileiros, vocês são parte de um universo mais amplo: o Brasil participa, hoje, de dez das dezessete missões de paz das Nações Unidas. (Ministro Jaques Wagner, 21/07/2015, grifos nossos).

Cabe, neste ponto, trazermos dois conceitos fundamentais para a nossa discussão: o de *formações discursivas* e, conseqüentemente, o de *interdiscurso*. Para Foucault (2008), o primeiro autor a falar em formações discursivas, quando em um certo número de enunciados se puder definir uma regularidade, uma ordem ou correlação entre os objetos, os tipos de

⁴⁰ Usamos o termo *imagem* aqui de maneira não específica. O termo será abordado, teoricamente, dentro do quadro conceitual da Análise de Discurso mais adiante. Para o estudo da imagem neste trabalho, nos sustentamos na noção pecheutiana de formações imaginárias, as quais designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

enunciados, os conceitos e escolhas temáticas, dizemos que pertencem a uma formação discursiva. O autor chama de *regras de formação*

as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Considerando as reflexões de Foucault, Pêcheux e Fuchs (1990) retomam o conceito de formação discursiva para formularem o conceito de *formação ideológica* na teoria de Análise de Discurso. Neste processo, a noção de discurso já pensada por Foucault, contemplando o histórico e o social, serviram para a teoria pecheutiana, em que o sujeito é constituído também pelo histórico e o social. Logo, o que causa mais distanciamento entre o pensamento de Foucault e Pêcheux, no que diz respeito às formações discursivas, é a intervenção da ideologia na perspectiva do segundo autor. Para Pêcheux e Fuchs (*idem*), as formações discursivas estão associadas às práticas sociais vigentes através dos aparelhos estatais e são a forma concreta pelas quais essas relações de classe se expressam. Orlandi (2008b), nas trilhas de Pêcheux, acrescenta que, na ordem do discurso, as formações discursivas representam as formações ideológicas que lhes correspondem.

Nesta tese, filiamo-nos à noção apresentada por Pêcheux (2014a) e Orlandi (2008b) em que, a partir de uma conjuntura dada (condição de produção), a formação discursiva vai determinar o que pode e deve ser dito. Pensamos a língua em relação ao discurso e, no discurso, as formações discursivas representam, ou coincidem, com formações ideológicas, como aponta Orlandi (2008b). Desta forma, os sentidos são sempre definidos ideologicamente. Estes autores defendem que não aprendemos os sentidos, os construímos por filiação a redes de memória – o interdiscurso.

Orlandi (2008b; 2012) trata o interdiscurso como a “verticalidade” do discurso, exterior ao sujeito, e atribui a esta dimensão vertical o domínio do repetível. Nesta visão, na verticalidade se dá a constituição do dizer em que se incluem a memória e o saber discursivo. Já a formulação do dizer se dá na “horizontalização” (o intradiscurso) da dimensão vertical. Aqui, o sujeito intervém, se apropria e toma seu lugar na formação discursiva.

Pelo interdiscurso, a enunciação se sustenta e dá ao sujeito a ilusão de ser a origem do que diz para produzir a realidade do discurso – a sua historicidade. É nesta relação com a memória (espaço recorrente das formulações na relação com a ideologia) que se dá a

estabilidade referencial dos objetos do discurso pelo pré-construído, o repetível (ORLANDI, 2008b).

Ao retomarmos os excertos nas SD3 e SD4, podemos destacar os sentidos mobilizados pela formulação do(s) sujeito(s) na repetição do termo “reconhecimento” (e suas derivações), que, na ordem do discurso, são marcas do domínio do saber, da informação e da redundância, que atualizam a memória para a produção de sentidos e a estabilidade referencial: “identificação”, “reconhecimento”, “aceitação”. São sentidos já ditos, trazidos de outras formações discursivas, mas que nos enunciados voltam a significar pela memória, pela história, e pressupõem a aptidão e o merecimento ao ocuparmos, enquanto nação, um lugar de destaque na esfera internacional.

Na nossa análise, situamos o nosso objeto (o discurso) no campo das relações entre o linguístico e o histórico-ideológico, como propõe Orlandi (2007b), na relação discursiva entre o real e a realidade. Para a autora, o real é a “função das determinações históricas que constituem as condições de produções materiais e a realidade da relação imaginária dos sujeitos com essas determinações” (ibid. p. 39). Neste processo, situamos os sujeitos e o sentido para compreendermos a língua no movimento histórico-social e redefinirmos o político pela sua dimensão discursiva.

2.4.2. O Brasil na MINUSTAH

As relações culturais entre o Brasil e os demais países da América do Sul têm sido marcadas por um jogo de construção de identidades e de alteridades que se alternam ao longo do tempo. Com o Haiti não seria muito diferente, já que nos dois países tanto as elites quanto o povo vieram de fora: as elites, do sul da Europa, e o povo, predominantemente da África.

O Haiti é um país pequeno situado na bacia do Caribe, que ocupa aproximadamente um terço da ilha de Hispaniola, que comparte com a República Dominicana. Foi, até o século XVIII, uma próspera colônia francesa, fruto da grande exploração e violência do sistema colonial escravista na agromanufatura de açúcar (Valler Filho, 2007) até que, no início do século XIX, conseguiu sua independência – a segunda colônia nas Américas a ter este êxito, atrás apenas dos Estados Unidos – após um levante geral das centenas de milhares de escravos contra os senhores da ilha.

No século seguinte, a economia voltou-se novamente para a exportação de produtos primários, principalmente o café, e o poder foi exercido por sucessivos comandantes militares,

sendo substituídos pelo poder civil a partir de 1915 e a duradoura intervenção dos Estados Unidos que, temerosos do avanço comunista nas Américas, passariam a apoiar pelas próximas décadas presidentes predominantemente autoritários, garantidos inclusive por milícias parapoliciais com base no voluntariado. Sucessivos golpes de estados promovidos por militares também contribuiriam para a escalada da violência, repressão e abusos de direitos humanos, além da falência das medidas políticas, graves crises institucionais que impossibilitavam até mesmo o governo de conduzir processos eleitorais em diversas ocasiões.

No Haiti, os contínuos fracassos na realização das eleições, somados à extinção dos mandatos da maioria dos membros parlamento, fizeram com que este praticamente encerrasse suas atividades em janeiro de 2004, e o Executivo passou a legislar por meio de decretos (Valler Filho, *op.cit.*). No início de 2004, houve um agravamento da crise política no Haiti, que já se manifestava desde a eleição de Jean-Bertrand Aristide para presidente em 2000 em um processo eleitoral marcado por baixa participação e boicote da oposição. A crise política acabou por levar a uma guerra civil interna que resultou na renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide e na sua retirada do país em 2004.

Em fevereiro de 2004, uma Força Multinacional Interina (FMI) foi criada e autorizada pelo CSNU com o objetivo da manutenção da paz e estabilização do Haiti. Apesar de não ter feito parte da FMI, o Brasil votou a favor da intervenção e declarou seu interesse em contribuir para a operação, enfatizando seu notório compromisso como o multilateralismo na solução de conflitos, do cumprimento dos preceitos constitucionais de prevalência dos direitos humanos, além da defesa da cooperação entre os povos para a manutenção da paz e o progresso da humanidade (UZIEL, 2015).

O Brasil e o Haiti mantêm relações diplomáticas desde 1928, ano em que foram abertas legações em ambos países. Em 1954, o nível de representação foi elevado ao de Embaixada, não havendo interrupção do relacionamento desde então (VALLER FILHO, 2007, p.164). O relacionamento entre os países, no entanto, foi historicamente bastante pequeno até 2004, quando o Brasil aceitou coordenar a MINUSTAH e o Haiti adquiriu protagonismo na política externa brasileira.

Para Valler Filho (2007, p. 165)

O discurso oficial sobre a construção da identidade entre Brasil e Haiti seria elaborado a partir de temas recorrentes como latinidade, mestiçofilia afro-americana, nacionalismo, anticolonialismo e anti-imperialismo e,

principalmente, a partir de 2004, quando o relacionamento bilateral adquiriu feição mais definida, por ocasião da decisão brasileira de participar da MINUSTAH.

Nasser (2012, p. 215) explica que

O critério de seleção dos conflitos para os quais se deveria despachar tropas tem privilegiado países com os quais o Brasil compartilha herança histórica ou cultural – ou aqueles em que as circunstâncias e o discurso diplomático permitiram tal associação.

Para Nasser (*idem*, p. 234), “do ponto de vista da tática político-diplomática, o compartilhamento de passado comum e/ou a proximidade geográfica têm sido os critérios de seleção das operações em que o Brasil deseja ter um envolvimento mais ativo”, ou seja, um esforço mais significativo para ampliar sua presença nesses países.

As posições políticas do governo brasileiro em participar da MINUSTAH tiveram forte oposição na época. A Câmara e o Senado as questionavam enquanto outros discordavam do emprego de valiosos recursos em outro país. O Decreto Legislativo 207/2004⁴¹, do Congresso Nacional, autorizava o envio de contingente brasileiro para a missão:

Art. 1º. - Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 (mil e duzentos) militares brasileiros para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O Decreto traz uma citação à Constituição Federal para enfatizar a diligência com os custos da missão ao patrimônio nacional. Desch (1999) observa que o envio do contingente de 1.200 militares para a operação se deu sob um discurso de que a experiência traria um efeito reformador nas relações civis-militares no Brasil.

Para o governo brasileiro, as missões da ONU configuram, pelo discurso, um importante instrumento de política externa e, para os militares, uma grande oportunidade para

⁴¹ Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 20/08/2022.

oficiais e graduados brasileiros da Forças Armadas imergirem em um real ambiente operacional (AMORIM, 2016). As estratégias utilizadas pelos militares brasileiros para pacificar as favelas haitianas seriam as mesmas utilizadas em solo brasileiro, reforçando, portanto, as práticas já adotadas no ambiente doméstico ao invés de promover efetivamente alguma reforma das instituições militares (SOTOMAYOR, 2014).

Trazemos novamente o LBDN, que sustenta:

[SD5] A missão no Haiti também possibilita às forças participantes a oportunidade de *aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos*, bem como de manter o intercâmbio com tropas de outros países (BRASIL, 2012, p. 162).

O discurso do LBDN na SD5 enfatiza que a missão no Haiti funciona, ideologicamente, como um modo de *aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos* dos países participantes. Há um modo de inscrição, pelo discurso, sobre a importância da participação de países com perfis semelhantes ao do Brasil – uma transição relativamente recente de um regime autoritário para uma democracia –, cujo resultado, em tese, teria um efeito reformador que traria benefícios ao Brasil.

Pela perspectiva do Exército⁴², o Haiti toma a posição de uma instituição escolar:

[SD6] Do ponto de vista operativo, o Haiti *tem sido uma escola*, sim. A experiência operativa indica que *a presença ostensiva e permanente das forças de segurança* deve ser acompanhada de ações em benefício da população, como as desenvolvidas pela tropa brasileira em Porto Príncipe (SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO, em 27/09/2011).

Pelas formulações nas SD5 e SD6, passamos a questionar, pela materialidade discursiva, se as ações em benefício da população haitiana eram de fato a principal prioridade brasileira naquele país. Enquanto o governo parecia se preocupar com sua imagem e projeção geopolítica, para o Exército, o Haiti era uma oportunidade indispensável de exercício militar.

Desch (1999) observa a facilidade de controlar os militares enquanto estes servem em missões no exterior, diminuindo inclusive o envolvimento em assuntos domésticos, além de trazer uma visão renovada sobre a prevenção de conflitos. De outro lado, sabe-se que a língua funciona pelo efeito de evidência em que se naturalizam seus efeitos ideológicos. Desse modo, cabe sempre à leitura questões que a desnaturalizem do efeito de evidência, da interpretação à

⁴² Disponível em: <https://apublica.org/2011/09/parte-ii-o-papel-do-brasil-e-impor-a-paz/>. Acesso em 24/09/2022.

literalidade. Isto significa, em termos de leituras, estar aberto ao jogo da linguagem, às formulações discursivas que sustentam a formulação.

Desse modo, pela linguagem, observamos que a militarização dos problemas de violência urbana e segurança pública já havia servido para demarcar a fragilidade da democracia brasileira. A exemplo disso, temos as tropas militares pacificando as favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro em 2010. Segundo dados da imprensa⁴³, dos oitocentos militares mobilizados para atuar no Complexo do Alemão, 60% tinham experiência na MINUSTAH. Em entrevista⁴⁴ cedida ao jornal O Globo, o então General da Brigada Paraquedista Fernando Sardenberg, que havia comandado as tropas brasileiras no Haiti e comandava a Força de Paz no Complexo do Alemão descreveu as expectativas sobre a missão no Haiti:

[SD7] Nós somos soldados. Quando se parte para uma ação dessas, o seu psicológico tem que estar preparado. A *mensagem dos americanos* era: “você *se preparem porque serão testados em breve*”. Percebemos que aquela imagem de que todos gostavam da gente por causa do Ronaldo Fenômeno não era tão real assim (General Fernando Sardenberg, 10/12/2010, grifos do autor).

A formulação do general Sardenberg faz referência à forte presença do futebol no imaginário social sobre o Brasil e à maneira como isso pode refletir nas expectativas sobre a atuação do Brasil em outras áreas, como a de segurança pública. Podemos observar também, em *A mensagem dos americanos*, uma atitude de subserviência do general à lógica colonialista norte-americana: *se preparem porque serão testados em breve*. O discurso na SD7 situa-se na longa tentativa, como vimos, de os Estados Unidos influenciarem (leia-se dominar, colonizar, explorar) política e economicamente o Haiti, por meio de uma esperança de democracia, tal como tem sido pensada e testada na cultura ocidental – uma ordem capitalista em que os trâmites burocráticos não garantem, em seu funcionamento, a prometida democracia.

O discurso “pró-democracia” de ordem capitalista, atravessado à promoção da paz, ecoa no pronunciamento do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia

⁴³ Reportagem de Vera Araújo para o jornal O Globo publicada em 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/general-da-brigada-paraquedista-que-ja-comandou-as-tropas-brasileiras-no-haiti-vai-comandar-a-2913513>. Acesso em 10/11/2022.

⁴⁴ Entrevista concedida ao jornal O Globo em 10 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/comandante-da-forca-de-paz-no-complexo-do-alemao-promete-rigor-contra-abusos-por-parte-de-2913179>. Acesso em 10/11/2022.

de embarque das tropas militares para o Haiti, na Base Aérea de Brasília, em 31/05/2004, quando diz:

[SD8] A *paz* e a *democracia* são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso nos estimula a trabalhar pela *promoção da paz* em nível global. A instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. *A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação.*

Na posição-sujeito, de presidente, este diz de um lugar institucional, sobre a paz e a democracia, que vertem sobre os governos e povos latino-americanos. Como representante da população, expressa uma demanda contra um inimigo comum: a instabilidade regional. Seu discurso tem tom assertivo e ele o diz de uma posição de chefe de um Estado que se encontra em um período de estabilidade política – uma posição de poder. Lagazzi (1988, p. 23) vê na asserção a forma mais segura da expressão do poder e da autoridade e explica que é onde “existe o menor espaço para qualquer mudança”.

Discursivamente, a MINUSTAH foi, sobretudo, um ensejo para o Brasil qualificar-se como ator importante diante as Nações Unidas, e reuniu o maior contingente de tropas das nossas Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial:

[SD9] Foram aproximadamente 37,5 mil homens e mulheres que *elevaram alto o conceito, o respeito* e o nome do nosso país como *provedor de paz*, como um país que disponibiliza tropas profissionalmente capacitadas, de qualidade e comprometidas com a *estabilidade*, com a *busca por justiça e por desenvolvimento* [...]” (JUNGMANN, Rio de Janeiro, 21/10/2017).

Nos discursos em SD8 e SD9, percebemos, pelo movimento da linguagem, que estes produzem, de certo modo, um efeito de completude à identidade de um país provedor da paz. Dizemos que é um efeito pois, apesar de os dizeres situarem alguns pontos de identificação, o que temos é uma ilusão de unidade, de uma identidade concluída.

Na SD9, a formulação do ex-ministro da defesa Raul Jungmann se inscreve no discurso de paz, estabilidade, justiça e desenvolvimento sobre o preparo das tropas (“profissionalmente capacitada, de qualidade e comprometidas”). Essa formulação de certa forma, serve para validar e justificar a participação brasileira na missão. Lembremos que, nesse acontecimento sócio-histórico, o Brasil assumiu o comando militar da MINUSTAH num momento em que vivia um período de estabilidade política, e a decisão de participar mais efetivamente de missões de paz da ONU estava inserida em um projeto de ampliação do protagonismo brasileiro no cenário internacional (AMORIM, 2016).

Segundo Andrade (2019), uma vez no Haiti, o Brasil auxiliou no engajamento armado durante o processo de pacificação contra grupos hostis (gangues e paramilitares), atuou na construção de estradas e pontes e recuperação da estrutura portuária, na capacitação da Polícia Nacional Haitiana (PNH). Envolveu-se também em atividades relacionadas à agricultura familiar, recuperação ambiental e ajuda humanitária, além de auxiliar no processo eleitoral. Tais ações foram essenciais para garantir a confiança da população haitiana e, assim, conduzir as operações em ambiente relativamente seguro e adequado (ANDRADE *et al.*, 2019).

Da leitura efetivada observamos uma descrição linear de acontecimentos que têm a sua historicidade significativa uma vez que se trata de uma vivência em uma outra condição distinta da que o cidadão brasileiro tem em seu país. Desse modo, à luz da teoria da Análise de Discurso, pelos estudos da linguagem, buscamos compreender o funcionamento ideológico, o modo como a história se inscreve na língua, considerando as suas condições de produção.

2.4.3. Solidariedade: um efeito universalizante de reconhecimento

Historicamente, os países sul-americanos – notadamente o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai – tentam silenciar as feridas de seus processos de transição democrática, enquanto buscam avançar no campo das operações de paz. Utilizam-se das missões não só para treinamento militar, mas também para manter suas forças atuantes e relevantes, além de reforçar os interesses nacionais e se projetarem no cenário internacional. Para Amorim (2012, p. 87), “falar em identidade regional em matéria de defesa é falar na grande maturidade de nossos países ao colocarem suas relações nesta área sabidamente sensível sob o signo da paz e da cooperação.”

A ideia de nação transcende entidades políticas e se revela como um sistema de representações, revestindo-se de significações sociais, políticas e culturais nos processos de construção de sentidos. Sob uma perspectiva sociológica, uma nação é uma “comunidade simbólica” (HALL, *op. cit.*) da qual seu povo participa, representada em sua cultura nacional que se traduz em um sentimento de identidade e lealdade, o autor explica. Lembremos, no entanto, que apesar da força coercitiva exercida pelos costumes, tradições e outras garantias simbólicas, estes não oferecem uma garantia exterior explicitamente formalizada (LAGAZZI, 1988), o que só é possível sob uma perspectiva jurídica. Desta forma, nos interessa observar, do ponto de vista discursivo, como o jurídico se instaura nas relações hierarquizadas dentro de uma missão de paz.

Nas relações exteriores, devido à estreiteza dos meios militares (“*hard power*”), potências emergentes convergem para uma característica em comum: a projeção externa no *soft power*⁴⁵ através da capacidade discursiva, negociadora e de irradiação de valores (AMORIM, 2016) para a promoção da paz e da segurança, além de atuar na cooperação para o desenvolvimento internacional. Trata-se de contínuo exercício de um poder simbólico que se firma no reconhecimento em uma disputa de representações do real e que tem por finalidade a imposição de consenso e de sentidos.

Observaremos estas articulações na série de sequências discursiva (SD) a seguir, em que analisaremos os funcionamentos discursivos que desenvolvem as temáticas da solidariedade e cooperação do Brasil na missão no Haiti. Iniciamos com um trecho do discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia-Geral da ONU, em 21/09/2004, quando ele diz que:

[SD10] Precisamos desenvolver estratégias que ***combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional***. Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. ***Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais não poderia se omitir*** diante de uma situação concreta (CORRÊA, 2012, p. 857).

Na SD10, no dizer *estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional* há uma projeção imaginária, pelo discurso, negociadora e de irradiação de valores caracterizantes do *soft power*, ao mesmo tempo, o discurso daquele que se coloca como porta-voz do Estado se inscreve em regulamentos internacionais de conduta, remetendo-o a um sentimento de dever. O discurso do presidente demonstra uma identificação imaginária ao se apoiar explicitamente no aparato jurídico, subordinando-se a ele – o mesmo acontece em *atendemos ... à convocação da ONU* –, mas há também um efeito de diligência e deliberação quando diz *Precisamos desenvolver estratégias* diante de todos os países do mundo ali representados – é uma dupla determinação discursiva

Pêcheux (2014b, p. 241) nos auxilia na reflexão sobre este processo de identificação quando diz que “a identificação é contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso” que se exprime:

⁴⁵ Para Joseph Nye (2004), o chamado *poder brando* é definido como a habilidade de modelar os desejos do outro, exercendo uma influência indireta no outro, uma ação que precede o momento de tomada de decisão. Nas relações internacionais, de acordo com Nye, existem três grandes fontes de *soft power*: cultura, valores políticos e política externa.

[...] por sua identificação com a forma discursiva que o domina, onde ele se encontra “encravado” na condição de sujeito – e esse “encravamento” se desloca juntamente com a própria dominância no decorrer da “formação” do sujeito. (PÊCHEUX, 2014b, p. 242, grifos do autor).

Nesta visão, o que temos é uma identificação imaginária, em que uma das fontes funciona no/pelo intradiscorso, e que se refere ao contínuo ajustamento do sujeito consigo mesmo, bem como sua identificação com certos traços do objeto na representação que o sujeito possui desse objeto.

Podemos ainda depreender da SD10 uma reiteração de um consenso que incide, discursivamente à formulação –*Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais não poderia se omitir*. Essa formulação produz efeitos de sentido que mescla aceno, apelo e instigação, na tentativa de exercer uma influência indireta no outro (*soft power*), ao mesmo tempo em que se subordina ao jurídico por defender os novos paradigmas das relações internacionais.

No Haiti, o Brasil toma pelo discurso uma outra fonte importante para o *soft power*: o futebol. O emprego deste instrumento, o futebol, é constitutivo de forte associação à imagem externa do Brasil, e reverbera sentidos de uma ampla troca cultural, o qual serviu como vetor da paz e da cooperação entre os países. O “Jogo da Paz”⁴⁶ entre Brasil e Haiti traria “ação prática e ingrediente psicológico importantes para subsidiarem a receptividade à atuação militar do Batalhão Brasil e a própria marcação de presença brasileira naquele país” (VASCONCELLOS, 2011, p. 279). Observamos, pelos dizeres, os modos de inscrição que particulariza a nação brasileira.

O relatório especial do Comandante da Força da MINUSTAH, general Augusto Heleno Pereira, conforme Vasconcellos (2011), retrata a empatia despertada pelo Jogo da Paz (grifos nossos):

[SD11] O jogo da Seleção Brasileira de futebol no Haiti *superou o aspecto desportivo para transformar-se em uma questão de Estado...* e que, coerente com o papel político que o Brasil vem assumindo no cenário mundial, a mensagem de *solidariedade* e de *paz*, dentro do contexto de uma missão de paz que, para muitas nações, *significa, sobretudo, projeção de poder...* (VASCONCELLOS, 2011, p.228).

⁴⁶ Partida amistosa de futebol realizada no dia 18 de agosto de 2004, no Estádio Sylvio Cator, na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, entre a Seleção Brasileira de Futebol e a Seleção Haitiana.

Na SD11 observamos o modo como a posição sujeito se afilia no/pelo discurso da solidariedade e cooperação em busca da paz que, pelo movimento da linguagem, produz e desloca sentidos quando diz que o jogo *superou aspecto desportivo para transformar-se em uma questão de Estado*. Há uma construção imaginária, pelo discurso, dos processos de significação, sobre o esporte, pois o futebol e as relações internacionais, funcionam, pela linguagem, como um lugar de disputas e tensões, no que concerne na qualidade de amistosidade, com fins beneméritos. Entendemos, no entanto, que o “Jogo da Paz” funciona como um espelho da presença do Brasil na MINUSTAH, ou, como nas palavras do próprio general Augusto Heleno, “significa, sobretudo, projeção de poder”.

A então denominada “Diplomacia de Chuteiras” foi liderada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da estratégia da MINUSTAH para o desarmamento e pacificação. Em sua visita ao Haiti, na ocasião do “Jogo da Paz”, o presidente discursou⁴⁷ logo na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, em Porto Príncipe:

[SD12] Venho, enfim, participar de um *encontro pela paz* entre haitianos e brasileiros. O jogo entre a Seleção do Brasil e do Haiti permite que *celebremos juntos a nossa paixão pelo futebol*. Esperamos que este jogo possa se *transformar em símbolo* de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades. (Presidente Lula, 18/08/2004).

Observamos, na SD12, que, na posição-sujeito, o presidente se significa no/pelo discurso. Há, em *celebremos juntos a nossa paixão pelo futebol* relações identitárias, simbólicas, que, como sabemos, são opacas e, no caso da relação Brasil e Haiti, com posições manifestamente desproporcionais. Lembremos que, apenas dois anos antes do discurso do presidente, o Brasil tinha sido campeão mundial. O “Jogo da Paz” reunia, portanto, os melhores e mais famosos jogadores do mundo, mas, sobretudo, o que se observa, pelo discurso, o efeito ideológico do futebol – um poder simbólico que se firma no reconhecimento. Desse modo, tem-se um lugar privilegiado de lendas e, certamente, o lugar da diferença também, para que tanto os haitianos quanto os brasileiros pudessem entender a si mesmos, a partir de um traço que os identifica: a paixão pelo futebol.

Em um outro discurso⁴⁸, no mesmo dia, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti, o presidente Lula diz:

⁴⁷ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em 01/09/2022.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em 01/09/2022.

[SD13] Daqui a pouco, terei a alegria de assistir ao Jogo da Paz. [...] Nos nossos jogadores *vejo a realização de aspirações que dependem da capacidade de cada um*, de perseguir seus ideais com confiança e determinação. Nossos jogadores nos mostram que não devemos dar ouvidos aos que dizem que *os sonhos são inatingíveis*. Nenhum deles teria a alegria de ouvir seus nomes aclamados pela torcida após o gol consagrador se tivessem abandonado os seus sonhos.

A reflexão que nos ocupa na SD13 é a de que o presidente traz um discurso aparentemente inspiracional, mas que se situa na desproporcionalidade entre os dois lados envolvidos. Naquelas condições de produção, o Haiti era a representação de que, para alguns, sonhos podem *sim* ser *inatingíveis* e que a realização de aspirações não depende somente *da capacidade de cada um*. Nosso movimento analítico nos permite identificar, pelo discurso, uma retórica meritocrática que serve para que os “vencedores” do atual sistema econômico justifiquem a desigualdade, como se obter êxito fosse apenas uma questão de esforço individual.

Já no entender de Vasconcellos (2011), os dizeres do presidente sobre a seleção brasileira no Haiti desencadearam uma expectativa em relação ao jogo, mas serviram para aproximar a população haitiana dos militares brasileiros e dos propósitos da missão. Segundo o autor, bandeiras brasileiras foram espontaneamente hasteadas em casas particulares e comerciais, e destacou-se a dimensão simbólica da iniciativa, além do ensejo a alusões positivas ao Brasil. Cabe ressaltar a importância dos símbolos e representações pelo discurso. Trata-se, assim, de sentidos, formações imaginárias, que passam a nos significar como povo, como nação, não de maneira unificada, mas no contraditório, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006).

O discurso é o lugar da formação imaginária possível, no qual se observa a relação entre a língua e a ideologia. Apesar da aparente informalidade associada a um jogo amistoso de futebol, as formulações nas SD11, SD12 e SD13 constituem um discurso institucional em uma formação ideológica que trabalha sobre o imaginário social do Brasil e sua forte associação (ancorada na memória) ao futebol como um lugar discursivo para a enunciação política.

Discursivamente, a diplomacia brasileira reconhece, já de longa data, a convivência harmônica entre interesse nacional e solidariedade (grifos nossos):

[SD14] “O seu interesse político [do Brasil] está em outra parte. *É para um ciclo maior que ele é atraído* [...] entretendo com esses Estados vizinhos uma *simpatia cordial*, o Brasil entrou resolutamente na esfera das *grandes amizades internacionais*, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo

prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.” (BARÃO DO RIO BRANCO, 1908).

Sobre a defesa do território e dos interesses nacionais, Rio Branco⁴⁹ (1906) diria que:

“[SD15] “Nosso *amor à paz* não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar [...] Temos de prover que pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela *garantia dos nossos direitos* que às vezes só a força pode dar.” (BARÃO DO RIO BRANCO, 1906).

A posição-sujeito nas SD14 e SD15 se inscreve no discurso jurídico (“*a que tem direito*”, “*garantia dos nossos direitos*”), na esfera internacional, muito antes da criação das Nações Unidas. Depreendemos que há, pelo discurso, uma busca imaginária por equilíbrio entre a cooperação e o conflito nas relações entre os Estados. O Brasil, como país livre e soberano, atesta pela sua posição a moderação e os sentimentos pacíficos em conformidade, diríamos, com os anseios da nação em uma época em que o próprio conceito de nação ainda estava em formação.

Nasser (2012, p. 226) pontua que, de acordo com o pensamento diplomático brasileiro, “o exercício de solidariedade ativa atende o interesse nacional como forma de projeção de poder e influência do país no cenário internacional no longo prazo”. Sobre as operações de paz, ele acrescenta que:

a pacificação de um conflito, seja local seja entre Estados, contribui para a manutenção e estabilidade da ordem internacional. A demonstração deste compromisso, manifestada no exercício de solidariedade, *eleva as credenciais de um país junto aos demais membros da comunidade internacional*. Mais que coexistir, *a projeção de poder e a solidariedade amalgamaram-se na maneira como o Brasil escolheu se inserir no mundo* (Nasser, *op.cit.*).

Impossível não lembrar das palavras de Sergio Buarque de Holanda sobre a cordialidade do povo brasileiro:

Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de *cordialidade* – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a

⁴⁹ Discurso do Barão do Rio Branco no Itamarati durante uma cerimônia do Exército Nacional. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/978-Obras_do_Barao_do_Rio_Branco_IX_discursos.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

influência ancestral dos padrões do convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA,1995, p. 146-147).

Recorremos à etimologia da palavra *cordial*, que vem do latim *cordialis*, relativo ao coração, que ecoa na fala do comandante do 6º Contingente de Paz da ONU no Haiti, coronel Barroso Magno quando se interpela, ideologicamente, para se referir ao traço característico dos soldados brasileiros que os diferenciavam de outras nacionalidades e diz que “somos generosos e queremos o bem dos haitianos, dedicamo-nos de forma irrestrita e verdadeira” e acrescenta que os soldados brasileiros falam a “linguagem que *vem do coração*, da verdade e do profundo sentimento de querer servir⁵⁰”. O sujeito fala de um lugar que ao mesmo tempo que permite sua posição de porta-voz do contingente brasileiro, produz um olhar externo revertido sobre ele próprio, permitindo que ele se reconheça no discurso.

Ressaltamos que as formulações do coronel Barroso Magno são excertos de uma entrevista concedida a uma jornalista que viajou ao Haiti a convite do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro, ou seja, para promover a missão. A mesma jornalista, Tahiane Stochero, entrevistou o general Augusto Heleno Pereira⁵¹, cuja interpelação ideológica pode ser observada na formulação:

[SD16] Já me chamaram aos Estados Unidos dezenas de vezes para dar palestras para explicar como o Brasil consegue acabar com a violência e conquistar a população no Haiti. Os americanos querem saber a receita do sucesso para poder aplicar no Iraque. ***Eu digo que o segredo é respeito e carinho. O segredo é ser brasileiro.***

O ufanismo no dizer do general Heleno na SD16 assume um tom paternalista e condescendente quando afirma que para conquistar a população e pôr fim à violência *o segredo é ser brasileiro* – prescrição que, para o general, assessoraria uma intervenção ainda mais grave e violenta: a guerra no Iraque. Há em *ser brasileiro* um imaginário construído que funciona discursivamente, no ponto de encontro da atualidade com a memória, a história como legitimação de um modelo de relações internacionais que, nas palavras do general Heleno, se sustentam no *respeito e carinho*.

⁵⁰ Entrevista à Tahiane Stochero em 17/05/2007 a convite do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazHaitiReportAmissaoDePazNoHaiti.htm>. Acesso em 24/09/2022.

⁵¹ Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazHaitiReportAmissaoDePazNoHaiti.htm>. Acesso em 24/09/2022.

Temos a posição-sujeito que, dado o seu lugar institucional, toma pelo discurso uma posição colonialista em que se inscreve como o sujeito da civilização, do conhecimento e das soluções – afetuosas, no caso do general Heleno – para as crises e conflitos causados pelos incivilizados e sem conhecimento em seus próprios países. Neste sentido, o Haiti e o Iraque se espelham no jogo das relações de forças desiguais que vão se produzindo e se estabilizando, fomentando assim as condições de possibilidade do *capitalismo*, através do *colonialismo* contemporâneo, já que estes dois têm o princípio histórico em comum.

Notamos o modo em que cada qual vai se inscrevendo em distintas formações discursivas para dizer do imaginário que se constrói sobre o Brasil no exterior. Todavia, é um dizer de dentro para fora: representantes da nação que dizem da imagem do Brasil, a qual está sendo constituída lá fora. Este processo se dá porque os sentidos decorrem das relações que tais elementos linguísticos mantêm com outros elementos pertencentes à mesma formação discursiva em uma intercambialidade – e não uma espontaneidade, como nos aponta Lagazzi (1988) – que possibilita a construção de uma regularidade.

Pela regularidade dos discursos apresentados, compreendemos como a nação brasileira, aqui, representada pelas posições-sujeito, tem uma suposta identidade sendo reivindicada pela linguagem. Este funcionamento se sustenta no discurso, e é por ele que temos um efeito de completude a esta suposta identidade. Sua interpretação é tida como verdade, porém, deve-se questionar a materialidade simbólica, uma vez que a língua funciona pelo efeito de evidencia.

Diferentes formulações de um mesmo dizer são produzidas e se mantêm, movidos pela relação entre o que já foi dito e o que se está dizendo – uma relação entre o interdiscurso (constituição do sentido) e o intradiscurso (sua formulação), como nota Orlandi (2007a): “há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer” (*idem*, p. 32). E isso é fundamental para que possamos compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

As considerações iniciais deste capítulo visaram: *i*) - apresentar a movimentação sócio-histórica e política brasileira dentro das Nações Unidas, a trajetória do Brasil no âmbito das operações de paz, com destaque para a MINUSTAH – o objeto do nosso estudo; *ii*) - começar a pensar discursivamente a linguagem nestas condições de produção. Nos próximos capítulos, observaremos de que maneira (se alguma) o posicionamento do Brasil se constitui

discursivamente como nação e como o processo de constituição da identidade brasileira pode ser observado pelo discurso.

CAPÍTULO III – CIÊNCIA DO DISCURSO E MOVIMENTO ANALÍTICO

Neste capítulo, interessa-nos compreender o modo de funcionamento, a produção de sentidos, do discurso político e de que maneira esse discurso é colocado em circulação. Para tanto, trabalharemos com a noção de sujeito, memória discursiva e gestos de interpretação e buscaremos mostrar pelo discurso, a projeção imaginária da nação brasileira, da identidade nacional, a partir da inquietude entre o político e as relações de sentidos, entre o que é dito e o que é silenciado.

Partimos de dois questionamentos sobre o modo de constituição e/ou manutenção da identidade nacional, os quais constituem o fio condutor do nosso trabalho analítico: *i)* – como o imaginário que se constrói sobre o Brasil no âmbito da MINUSTAH funciona em relação à memória discursiva? *ii)* – quais as consequências discursivas da reiteração desse imaginário sobre o Brasil. A que vem e a quem serve essa repetição/reiteração?

Para compreender, pelo discurso, o processo de construção identitária brasileira, analisaremos a materialidade simbólica dos textos selecionados, em que a língua, base dos processos discursivos, é o espaço de *funcionamento*⁵² da linguagem que, por sua vez, só faz sentido porque se inscreve na história (ORLANDI, 2007b). Investigaremos as diferentes posições-sujeito no discurso em análise e como este sujeito se submete e se assujeita à língua para se significar. Discutiremos, assim, o modo como diferentes processos discursivos se relacionam, e como estes se constituem interdiscursivamente – ressonâncias interdiscursivas na construção de identidade no imaginário social.

Pela afiliação teórica, exporemos os movimentos de leitura e de interpretação pelo discurso. Segundo Orlandi (2007a), essa noção de leitura/interpretação, pela Análise de Discurso engloba, as teorias do discurso, para possibilitar a problematização da relação do sujeito com o sentido, da língua com a história.

Discutiremos os efeitos de sentido, atentando-nos para a língua, o batimento entre a descrição e a interpretação que, na perspectiva pècheutiana, é característica do fazer analítico em Análise de Discurso. Para isso, observaremos as condições de produção dos sentidos – que regem a interpretação – e o modo pelo qual essa produção de sentidos se materializa na língua.

⁵² Orlandi (2012) destaca a necessidade de uma passagem da noção de “*função*” à de “*funcionamento*” do texto.

3.1. O discurso institucional: modos de circulação da identidade

O discurso se constitui a partir da memória do dizer, com a intervenção do histórico e ideológico. A respeito deste último, ressaltamos que o discurso não reflete a ideologia, como algo exterior, mas a desvela, enquanto efeito de sentidos (INDURSKY, 1992). Conforme nos aponta Orlandi (2007a, p. 21), “o discurso é efeito de sentidos entre os locutores.” No discurso, o sujeito também experimenta o lugar de ouvinte a partir do seu lugar de orador, um processo que Pêcheux (2014a) denomina *antecipação* – possível quando o sujeito/orador tem a habilidade de imaginar, prever o que o outro vai pensar e possível também graças aos “modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte” (*op.cit.* p. 77), podendo por exemplo, bloquear ou apoiar um discurso através de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não.

Pêcheux e Fuchs (1990, p. 180) discorrem sobre a noção de *discurso*, em que o termo pode remeter tanto a um processo discursivo quanto a uma sequência verbal (oral ou escrita) de dimensões variáveis, mas, em geral, superior à frase. O discurso é o espaço simbólico em que se pode compreender o processo de constituição das identidades e observar o modo como estas se significam, dependendo das *condições de produção* e *relações de forças existentes*. A partir destas reflexões, entendemos que o discurso político deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido – um discurso remete a outro discurso frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou os anula.

Pêcheux esclarece que:

O discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 2014a, p. 76).

Sendo assim, o processo discursivo não tem início. O discurso ressoa um discurso anterior, a partir do qual o sujeito articula, integra, unifica os termos principais, ao mesmo tempo que anula outros termos.

Destacamos, neste estudo, o papel funcional das instituições, sem as quais seria impossível garantir a existência da sociedade. Massmann (2018) observa que, tanto para as ciências sociais quanto para as ciências econômicas e políticas, as instituições – estruturantes do capitalismo contemporâneo – podem ser descritas como “espaços de poder que funcionam

como mecanismos de coerção social, política e ideológica”, instrumentos de coerção social/ideológica que normatizam, homogeneizam sujeitos e sentidos e, sendo assim, produzem efeitos de evidência e de transparência da linguagem pela opacidade da língua.

Deve-se ressaltar que o existir da sociedade, não se reduz somente ao preenchimento dessas funções vitais, como nos mostra Castoriadis (1982). O filósofo ressalta a importância do simbólico para as instituições ao afirmar que, apesar de estas não se reduzirem ao simbólico, constituem cada qual sua rede simbólica. Ele explica:

Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existe socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer o não fazer, consequências, – significações, no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja, a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado. (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

Sob este prisma, apresentamos um outro excerto da Carta da ONU de 1945, símbolo dos direitos e deveres dos países membros, que trata da importância da relação entre os direitos dos Estados e os direitos fundamentais dos indivíduos e da defesa desses direitos por meio de ingerências denominadas *cooperações internacionais* na resolução de problemas internacionais, sejam de natureza humanitária, social, econômica ou cultural. Para que estes e outros propósitos se realizem, a Carta determina, em seu Artigo 2, que:

Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de membros, deverão ***cumprir de boa-fé as obrigações*** por eles assumidas de acordo com a presente Carta.

E que:

Todos os membros deverão ***resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos***, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.

No Brasil, a Lei⁵³ nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, fixaria as normas para as remessas de tropas brasileiras para o exterior, em concordância com os compromissos assumidos como membro da ONU:

Art. 1º – A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em ***cumprimento de***

⁵³ Legislação citada - Coordenação de Estudos Legislativos - cedi lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=360140. Acesso em 18/01/2023.

obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.

Estes movimentos são, na visão de Castoriadis (1982), operações simbólicas, reconhecidas em uma ordem racional, com especificidades e consequências, e que se edificam sobre edifícios simbólicos precedentes. A constituição do simbólico não é solta, nem livre, muito menos caótica. Ela toma sua matéria no já existente, e quando se trata de instituições, os símbolos não são totalmente subjugados pelo “conteúdo” que precisam veicular, nos diz Castoriadis, mas por estruturas e/ou sistemas que lhes são próprios, surgindo daí “consequências que se impõem, quer tenham ou não sido conhecidas e desejadas como tais” (*idem*, p. 148).

A exemplo do discurso institucional, apresentamos um recorte⁵⁴ do discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para Missão de Paz no Haiti:

[SD17] *Saúdo* a pronta decisão de *vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul*, de participarem dessa missão. *A situação de crise no Haiti* vai exigir *um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional* em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. *Nosso* objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia. (LULA, 31/05/2004, grifos nossos).

Partimos do pressuposto da determinação ideológica do sujeito, no discurso, pelas formações discursivas que precedem e excedem esse sujeito (descentrado), e que o sentido é produzido materialmente a partir de processos discursivos que delimitam, ao mesmo tempo que opõem, as formações discursivas que atravessam uma formação social – sujeito e sentido se constituem reciprocamente em formação(ões) discursiva(s), nas quais ambos são produzidos como efeito.

Desse modo, a formulação do discurso do presidente Lula, pelo mecanismo institucional, se inscreve no já-existente, filia-se em uma rede de memória do dizer do que está, por exemplo, preconizado na Carta da ONU “*cumprir de boa-fé as obrigações*” e “*resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos*”, prenuncia também uma filiação com o

⁵⁴ Discurso proferido na Base Aérea de Brasília, em 31 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/>. Acesso em: 18/01/2023.

processo histórico-social de identificação ideológica de benevolência, empatia, cooperação e altruísmo. O discurso do presidente é constituído pela formação discursiva da reconstrução econômica e da consolidação da democracia por meio da colaboração internacional, fazendo um movimento em direção à integração regional dos países latino-americanos (do qual trataremos adiante), que retoma um sentido pré-existente tanto no artigo 4º da Constituição Federal de 1988 (grifos nossos):

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a *integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina*, visando à *formação de uma comunidade latino-americana de nações*.

O preâmbulo da Constituição Federal trata da busca pela igualdade e pela justiça como valores supremos da nossa sociedade, “*fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias*” (Cf. p. 60).

A retomada dos discursos institucionais, tanto da ONU quanto do governo brasileiro, nos faz refletir sobre o espaço-tempo político e simbólico no que diz respeito à *cooperação* entre as nações em busca de um *bem comum* – noções estas que, devemos dizer, se opõem às ingerências e às necessidades capitalistas vinculadas à fundamentação do poder jurídico. São discursos que se edificam no lugar da não contradição. Sobre essa busca pelo bem comum, Lagazzi no diz:

Em sua abrangência imaginariamente irrestrita, o ‘bem comum’ aparece como causa sem falha da democracia liberal, formulação pacificadora da sociedade capitalista. A noção de conciliação, significada em meio a ideais democráticos, fica necessariamente atravessada pela idealização do ‘bem comum’, numa derivação do consenso que se diz concordância, conformidade, acordo. Ficamos todos significados como sujeitos de vontades equivalentes, vontades que se materializam em trocas (LAGAZZI, 2010, p.83).

Os discursos se constituem em diferentes condições de produção (Cf. p. 13), em um sentido mais amplo, que incluem o sócio-histórico, o ideológico, por onde a formação discursiva se movimenta e se (res)significa. Nesta visão, a formação discursiva é porosa (MALDIDIER, 2017) por possibilitar posições ideológicas, além de permitir que um mesmo objeto transite em diferentes discursos, constituídos, inclusive, por diferentes formações discursivas.

A exemplo disso, observemos um recorte do programa do Partido dos Trabalhadores (PT) – funcionando, aqui, como um *discurso fundador*⁵⁵ – que, inscrito em seu documento de fundação datado de 1980, diz sobre uma

[...] política internacional de *solidariedade* entre os povos oprimidos e o respeito mútuo entre as nações para *reforçar a cooperação e servir à paz mundial*. O PT apresenta com clareza sua *solidariedade* aos movimentos de libertação nacional (Partido dos Trabalhadores, 1984, grifos nossos).

Apesar de não constar em seu programa inicial uma menção explícita à política externa, o discurso do PT também se inscreve em um processo histórico-social de identificação – a defesa dos direitos dos Estados, dos direitos fundamentais dos indivíduos (Direitos Humanos), como preconiza a Carta da ONU, escrita em 1945). Observa-se assim um enredamento discursivo⁵⁶, um atravessamento político, ideológico, que afirma, no discurso, a solidariedade do partido aos movimentos de libertação, particularmente *aos povos oprimidos*.

Na formulação do PT, há uma relação entre seu dizer e um pré-construído, “uma memória outra, discurso transversal, que surge em prol de um discurso, de uma prática ideológica revestida como nova” (MOTTA, 2009, p. 73). Faz ressoar o que se formula na Carta da ONU no que diz respeito ao cumprimento das obrigações de forma pacífica e conciliadora:

A Assembleia Geral [...] poderá recomendar medidas para a *solução pacífica* de qualquer situação (Carta da ONU, art. 14).

Um Estado que não for membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a essa controvérsia, as obrigações de *solução pacífica* previstas na presente Carta (Carta da ONU, art. 35).

Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma *solução pacífica* das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança. (Carta da ONU, art. 52)

As formulações da ONU têm, ideologicamente, sua ressonância também na Lei nº 2.953 de 1956, com o programa do Partido dos Trabalhadores e na Constituição Federal de 1988, em que se lê: *a solução pacífica dos conflitos* (artigo 4º, inciso VII, Cf. p. 60).

⁵⁵ Para Orlandi (2003), os *discursos fundadores* são espaços da identidade histórica que se apresentam como legítimos e institucionais. Eles não se apresentam já definidos, mas são delimitados pelo analista de discurso no exercício da sua análise dos fatos que constituem esse discurso.

⁵⁶ O PT foi fundado, em 1980, de uma costela dos movimentos populares ligados à Igreja da Teologia da Libertação.

A interpelação ideológica conduz o presidente a ocupar esta posição enunciativa. Apesar de o sujeito ter a ilusão de que seu discurso é único ou exclusivo, o sentido vem de discursos outros, migrando entre regiões constitutivas das formações discursivas.

3.2. A figura do porta-voz

O discurso do presidente Lula (SD17) na cerimônia de embarque das tropas militares para a MINUSTAH faz pensar sobre a figura do porta-voz:

[SD17] *Saúdo* a pronta decisão de *vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul*, de participarem dessa missão. *A situação de crise no Haiti* vai exigir *um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional* em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. *Nosso* objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia. (LULA, 31/05/2004, grifos nossos).

Destacamos o sujeito elíptico *eu* no verbo *Saúdo*. Tal mobilização caracteriza a figura do locutor e funciona como determinação discursiva das formas de representação do sujeito do discurso, já que determina o lugar social de onde fala o porta-voz, legitimamente autorizado – o Presidente da República, que se representa como a fonte do dizer –, além de expor a maneira como este sujeito se articula dentro da formação discursiva que o afeta.

Para Pêcheux, a figura do porta-voz como ator visível coexiste com a de testemunha ocular do acontecimento:

[...] o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um de “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990, p. 17, grifos do autor).

O excerto, a partir de Pêcheux (*idem*), remete à analogia com o sonho, utilizada por Henry (2013) para descrever a divisão do sujeito, pelo inconsciente, como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho e de testemunha. Assim se constitui a figura do porta-voz: através de uma ilusão de exterioridade que define sua dupla visibilidade, permitindo a enunciação de discursos a partir de uma posição privilegiada de testemunha dos acontecimentos históricos.

No discurso do presidente, observamos o uso do pronome possessivo inclusivo *nosso*, que nos coloca a frente de um funcionamento discursivo: o da posição-sujeito. Primeiramente, notamos um mecanismo de legitimação da perspectiva da enunciação institucional do presidente e, pelo funcionamento do discurso sobre a cooperação internacional para a reconstrução do Haiti, a legitimação se dá pela identificação do *enunciador* com o *sujeito do saber* (COURTINE [1981], 2009).

Nesse liame, o pronome possessivo “*nosso*” constrói, pelo funcionamento da linguagem, a forma de um coletivo como referente discursivo. Nessa formulação, cria-se um grupo enunciador que inclui os *vários países latino-americanos* e o presidente do Brasil na posição sujeito – aqui, o porta-voz se pronuncia não somente pelo povo brasileiro, mas remete, no discurso, a outros países da América Latina – um discurso que produz a ilusão de consenso. Um consenso que corresponde aos interesses e anseios políticos-institucionais, isto é, daqueles que são permitidos participar do jogo político. Apaga-se ali qualquer indicação de divisão entre os países latino-americanos para se criar um efeito de univocidade de um desejo coletivo. Constrói-se um corpo imaginário, unificado, na tecitura de uma continuidade histórica.

Notamos um movimento, pela linguagem, na forma de representação do sujeito, do *eu* (elíptico em *Saúdo*) para *nosso*. Em nossa análise, tomamos emprestado o que propõe Indursky (1992) e incluímos nas formas de representação do *nós*, outros pronomes como *nosso*, *nos*, a desinência verbal da primeira pessoa do plural, bem como a expressão *a gente*. Vimos em Benveniste (1991) que *nós* é um *eu* ampliado que consente ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer:

Na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal, pelo menos tal como se representa ordinariamente. Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. (BENVENISTE, 1991, p. 256, grifos do autor)

Vale ressaltar que nossa filiação com a Análise de Discurso francesa, no entanto, nos permite um deslocamento dessa perspectiva teórica de Benveniste, por consideramos conceitos exteriores à região da linguística. Pêcheux (2014a, p. 70, grifos do autor), por exemplo, se opõe ao subjetivismo de Benveniste e nos alerta para a “reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa que se realizam pelos meios colocados à sua disposição”. Pontua ainda que, embora os fenômenos linguísticos possam ser concebidos como um

funcionamento, este deve ser definido pelo mecanismo discursivo que torna possível a formulação e a compreensão do discurso – e.g., as condições de produção, o movimento dos sentidos e as relações de força.

Neste trabalho, lidamos com a figura do porta-voz que, fundamentalmente, envolve uma formação imaginária, que na visão de Orlandi (2021, p. 9), “projetam a ‘situação’ do sujeito, objetivamente descritível, para a sua ‘posição-sujeito’ discursiva em que conta, não sua situação objetiva, mas a imagem que ele faz de si mesmo, do outro e do referente.” Cabe destacar, aqui, o quanto é cara para a Análise de Discurso a noção do imaginário (Cf. p. 14-16 e p. 19-22 desta tese), dado o seu papel fundamental na constituição do sujeito, na construção de sentidos, na prática simbólica. Massmann (2018, p. 60) pontua que, para tratarmos do imaginário social, é preciso que pensemos no sujeito, “na figura que significa com sua presença-ausente, o acontecimento, e também no seu intérprete, o que lhe atribui sentidos, também envolvido no imaginário social.”

No funcionamento enunciativo da figura do porta-voz são definidas as imagens e formas de representação do sujeito enunciador e do interlocutor, ou como Pêcheux (1990, p. 18, grifos do autor) coloca, “o ponto em que o ‘*outro mundo*’ se confronta com o estado de coisas existente.” Para Zoppi-Fontana (2014, p. 82) “é no confronto entre essas diferentes imagens e formas de representação que se produz o efeito de ilusão de exterioridade.”

Podemos observar a construção imaginária na sequência discursiva [SD18] abaixo, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se pronuncia em seu discurso de posse:

[SD18] *Apoiaremos* os arranjos institucionais necessários, para que possa *florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul*. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. *Contribuiremos*, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar *soluções pacíficas* para tais crises, com base no *diálogo*, nos *preceitos democráticos* e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de *cooperação concreta* e de *diálogos substantivos* teremos com todos os países da América Latina. (Presidente Lula⁵⁷, 01/01/2003, grifos nossos).

Observamos, na sequência discursiva, o processo de legitimação da instituição – e o modo pelo qual ela se auto ressignifica discursivamente na relação constitutiva entre linguagem e história, sua historicidade. Apesar de o discurso de posse não estar no escopo temporal do nosso trabalho, ou seja, dentro do período da MINUSTAH, consideramos importante trazê-lo

⁵⁷ Discurso na Sessão de Posse do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003. (BRASIL, 2008, p. 15)

por se tratar de um ato inaugural que estabelece um lugar de ancoradouro no espaço da memória e se utiliza de referenciais imaginários na constituição de um discurso fundador que, para Orlandi (2003, p. 18) é capaz de muitos sentidos, entre eles o de ligar “a formação do país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade.” Nessa perspectiva, fica claro como a constituição de sentidos é uma questão ideológica. Massmann et al. (2022, p. 125) nos lembram que “é no e pelo discurso que a relação língua e ideologia se materializa, ganha espessura e significa levando em consideração as condições de produção.” O discurso é compreendido como a forma material de encontro do simbólico com o político e coloca em funcionamento a ideologia.

Pelo discurso, o sujeito-Presidente traz, em seu primeiro ato de enunciação no governo, a projeção imaginária de um Brasil disposto a dialogar, contribuir para a construção de uma identidade regional, além de cooperar com as nações vizinhas em dificuldade. É interpelado ideologicamente por discursos outros. E é a ideologia, manifestada na atividade discursiva do sujeito-Presidente, que “fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146).

Para Pêcheux (*op. cit.*, p. 145-146), o sujeito interpelado pela ideologia é constituído sob a evidência da *constatação* que veicula e mascara a *norma* identificadora: retomando o recorte acima, temos que a norma identificadora “*florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul*” significa que não há uma identidade na região, ou ainda, que a identidade não seja veraz, autêntica ou genuína. Para Pêcheux (2014b), é a ideologia que designa *o que é e o que deve ser dito*. Nesta visão, é pela ideologia e através dela que os efeitos de sentidos são constituídos – nas relações entre o social, o simbólico e o imaginário, garantidas pela ideologia.

O sentido é, pois, determinado pelas posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico, e podem mudar, adquirir outros sentidos, dependendo das posições sustentadas pelos sujeitos que as empregam – formações ideológicas que, na perspectiva pêcheutiana, são determinadas pelo estado da luta de classes – o motor da história, na visão de Pêcheux (2014b).

Quando o sujeito-Presidente, na posição em que ocupa, diz *Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul*, entendemos que se refere, entre outras coisas, aos próprios aparelhos ideológicos de Estado, não como a expressão da dominação da ideologia, mas como lugar e meio de realização da ideologia (PÊCHEUX, 2014b).

Pelo funcionamento do discurso, o imaginário de um vizinho solidário e pacífico, além de superno, capaz de trazer soluções para as crises de seus próximos e com uma aparente agenda de revigoração para *toda* a América Latina. O caráter fundacional do discurso propõe que, a partir dos devidos arranjos institucionais, criar-se-á uma *verdadeira identidade* para a região. Fazendo-nos valer das reflexões de Orlandi (2003) sobre o discurso fundador, consideramos o acontecimento de linguagem no excerto uma tentativa de instauração de uma nova ordem de discurso, da criação de uma nova tradição, de ressignificação e de instituição de uma outra memória.

O sujeito elíptico *nós* em *apoiaremos* e *contribuiremos* – veremos que este será um regime discursivo recorrente em nossas análises, por se tratar de representação muito produtiva do sujeito político, devido a sua ampla escala referencial (INDURSKY, 1992). Instaura-se novamente o porta-voz como enunciador legítimo de um coletivo, mas também ressignifica a função enunciativa deste coletivo: são, ao mesmo tempo, representados como um sujeito universal, homogêneo, por meio da palavra do porta-voz, e destinatários deste mesmo discurso.

Observemos outras sequências discursivas (SD) a seguir, todas do presidente Lula:

[SD19]: *Queremos* uma América do Sul com *identidade própria*, que emergirá nas relações internacionais como um polo *irradiador de paz, prosperidade, justiça social e democracia*. (LULA⁵⁸, 25/08/2004, grifos nossos).

[SD20]: *Desejamos* a articulação das várias instâncias de *diálogo, coordenação e integração* que já possuímos. *Não abandonamos* nosso ideal latino-americano, *reforçamos nossa identidade coletiva, agregamos valor ao projeto* de uma América Latina e de um Caribe fortes e coesos (LULA⁵⁹, 29/09/2005, grifos nossos).

[SD21]: Em seu *diálogo* com o mundo, a América do Sul vai consolidando uma *identidade própria*. Tem como projeto um *espaço de paz e democracia*, com *prosperidade econômica e justiça social* (LULA⁶⁰, 30/11/2006, grifos nossos).

Percebemos, nos excertos, uma mobilização discursiva frequente em direção a uma integração regional que reivindica uma identidade sul-americana/latino-americana. Instaura-se um jogo de palavras, repetições: *identidade própria, diálogo, prosperidade, justiça* em um

⁵⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional, em Quito, Equador, em 25 de agosto de 2004. Resenha de Política Exterior do Brasil – Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL, 2008).

⁵⁹ Discurso na Abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. Brasília, em 29/09/2005 (BRASIL, 2008, p. 55).

⁶⁰ Discurso na Cúpula África-América do Sul, Abuja, Nigéria, em 30/11/2006. (BRASIL, 2008, p. 64).

movimento na construção desse imaginário de identidade, pautado em ideais de paz, democracia, justiça e prosperidade, assegurando, assim, uma posição ideológica que se insere nas formações discursivas dominantes, atravessados pelo que se diz na carta da ONU. Lembramos que no pensamento pècheuxtiano, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz em um regime de repetitividade, porém afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber.

As formulações do sujeito-Presidente nos três excertos são feitas do lugar do porta-voz, mas instala-se aqui, de certa forma, uma arbitrariedade ao incluir outros países, “não-pessoas discursivas” (INDURSKY, 1992). É o que acontece quando diz que *a América do Sul vai consolidando uma identidade própria, Queremos uma América do Sul com identidade própria* ou *reforçamos nossa identidade coletiva*. O porta-voz mobiliza a coletividade no sujeito elíptico (nós) em *Queremos, Desejamos, Não abandonamos, reforçamos*. É possível que tal associação não atenda aos interesses de todos os países da América do Sul/Latina ali “representados”. Neste caso, poderíamos considerar, pela formulação, essas associações discursivas arbitrárias, por não serem consentidas pelos demais países. Para Indursky (1992, p. 76), casos como esses constituem um “abuso de autoridade discursiva”, pela dissimetria no arbítrio de quem enuncia e a abrangência da “não-pessoa discursiva”.

As condições de produção – “estáveis” e “homogêneas”, que regulam o funcionamento discursivo – em que se inscrevem os discursos do porta-voz, no entanto, institucionalizam a relação do sujeito-Presidente com os destinatários e os ideários de uma identidade própria e coletiva. Sobre as condições de produção, Pêcheux hipotetiza que:

[...] a um estado dado das condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. (PÊCHEUX, 2014a, p. 78).

Deste modo, pode-se dizer que o espaço discursivo sofre coerções que dão a ilusão de homogeneidade, mas que não se sustentam, já que, na perspectiva pecheutiana, as proposições inscritas neste espaço são atravessadas por equívocos, além da natureza porosa, heterogênea, do discurso. Nesse jogo de sentidos, o processo ideológico do discurso, de fundação, se instala até que um confronto discursivo venha atravessá-lo e descontinuí-lo.

Nas sequências discursivas, podemos observar uma mobilização da memória social que busca confirmar as posições desse sujeito, representado aqui na figura do porta-voz na SD20: *não abandonamos nosso ideal, reforçamos nossa identidade e agregamos valor ao projeto*. Há uma força coercitiva por trás da regularidade no funcionamento do discurso do presidente, movimentos possíveis à conta da ilusão deste sujeito, que acredita na autonomia da sua vontade e o situa no centro da decisão, sustentando relações de poder (LAGAZZI, 1988).

A repetição dos termos empregados nas sequências sofre coerções vindas da formação discursiva pela qual o sujeito é afetado. Surge daí o que Indursky (1992) denomina *determinação discursiva*, cujo efeito produz um sentido que ressoa no quadro ideológico a que tais sequências estão vinculadas, como o que ocorre novamente na próxima sequência⁶¹, do ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim:

[SD22] Falar em *identidade regional* em matéria de defesa é falar na grande maturidade de nossos países ao colocarem suas relações nesta área sabidamente sensível sob o *signo da paz* e da *cooperação* (AMORIM, 2016).

O sujeito da SD22, pela formulação, integra o espaço discursivo institucional e se inscreve no lugar discursivo de ministro e também de professor, haja vista que o recorte acima é de uma aula magna. Sua mobilização discursiva incorpora dizeres das relações exteriores e da defesa (inter)nacional e os inscreve pelo fio do discurso (o intradiscurso) para significar a identidade regional – na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso –, por meio da *paz* e da *cooperação*, injunções em um mundo que se diz solidário. Aqui, a repetição indica a retomada/regularização de sentidos, engendrados no sócio-histórico, para constituir uma memória que é social.

O item lexical *identidade* se atualiza pelos adjetivos *própria*, *coletiva* e *regional*, que funcionam como determinantes discursivos (de natureza ideológica), em distintas formações discursivas na qual se inscrevem. Trata-se de projeções imaginárias, que se articulam em formulações como *irradiador de paz*, *espaço de paz*, *democracia*, *justiça social* e *prosperidade* na remissão ao imaginário social sobre o Brasil. Desse modo, há, pelo discurso, um entrelaçamento, a outras marcas de representação identitária *diálogo*, *coordenação* e *integração* na produção desse imaginário, delimitando o domínio desse discurso e vinculando-o a uma trama de sentidos, historicamente determinada.

⁶¹ “*Por uma identidade sul-americana em matéria de defesa*”. Aula magna do ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, lecionada no Curso Avançado de Defesa Sul-Americano. Rio de Janeiro, 29/08/2012. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br>. Acesso em 24/03/2022.

Demarcam a extensão da denominação e movimentam, atualizam, diante das condições de produção específicas, interpretações positivas sobre a identidade que se almeja não só para o Brasil, mas para a América do Sul e a América Latina como um todo.

3.3. Formas de representação do sujeito institucional

Na constituição identitária, encontramos lugares de corporificação de um imaginário social historicamente determinado, em que marcas de representação identitária e os sentidos que estas marcas produzem se (re)configuram e se atualizam. Neste processo, há marcas que representam a identificação do sujeito em um lugar social – espaço para a constituição da prática discursiva. Do ponto de vista teórico, o sujeito se submete e se assujeita à língua para se significar, e a língua, por sua vez, se inscreve na história para construir sentido (ORLANDI, 2007a). Segundo Pêcheux (2014a), sujeito e sentido se constituem simultaneamente na/pela linguagem, na interlocução do sujeito como o outro, através da língua.

O sujeito atravessado pela ideologia sofre determinações externas que fazem dele um sujeito não-autônomo. É sempre assujeitado ideologicamente, sem plena consciência de suas escolhas e tampouco totalmente livre para dizer o que bem entende. Althusser (1970) atribui o conceito de Aparelho Ideológico do Estado a várias instituições de Estado que asseguram a sujeição à ideologia dominante:

Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão [...] devem estar de uma maneira ou de outra “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscienciosamente” a sua tarefa – quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”) etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 22, grifos do autor).

Althusser (*op.cit.*) observa que pouco importa se as instituições são públicas ou privadas – o que importa é o seu funcionamento. As instituições, em suas práticas e rituais, funcionam pela ideologia como um modo de assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior. São também os lugares onde o poder se insinua (BARTHES, 1977, p. 10).

As instituições são, portanto, uma forma de continuidade das forças produtivas, ancoradas na universalidade do direito. Lugares simbólicos de articulação entre relações espaciais e formações sociais e, por que não dizer, de relação de forças sociais jurídico-ideológicas e representações associadas às posições de classe em constante confronto que dão

forma e sentido ao sujeito – lugares, pois, de *institucionalização* de certos sentidos. Consideramos, assim, as relações de classe (social) e econômicas na produção (capitalista) do discurso institucional (jurídico), em que a historicidade é apagada para dar lugar à coerção, resultante da divergência de interesses e da contraposição de direitos e deveres distintos (LAGAZZI, 1988), sendo estas as condições elementares para o funcionamento da relação direitos e deveres que constitui o sujeito-de-direito e sua autonomia.

Depreendemos que, em distintas condições de produção, as relações de poder se dão por esta força coercitiva, atuando de maneira hierarquizada, em que o governo brasileiro, afetado por determinações históricas e sociais (i.e., país em desenvolvimento, emergente, em busca de um reconhecimento internacional), demonstra – discursivamente, mas também pelas suas ações – um pertencimento ideológico de submissão às Nações Unidas, à ideologia jurídica, reproduzindo esta relação com outras nações socioeconomicamente mais frágeis, como o próprio Haiti ou outros países da América Latina. É, na figura dos porta-vozes, um sujeito intercambiável perante potências mundiais ao mesmo tempo que se vê como centro de decisão e detentor de poder. A forma plenamente visível de autonomia, como observa Pêcheux (2014b).

Mariani (1998) acautela sobre uma simples correlação de um grupo social, pertencente a uma instituição, a um discurso correspondente. Para a autora, esse simplismo da correlação apagaria a heterogeneidade discursiva e acrescenta que, “não é porque há normas institucionais organizando os poderes e o dizer que a prática discursiva pode ser reduzida a um espelho de tais normas” (*op.cit.*, p. 49). O discurso institucional regula-se por uma formação discursiva dominante e suas instáveis fronteiras da produção de sentido. No nosso caso, como temos observado, essa formação discursiva dominante é a político-jurídica capitalista.

Ao investigarmos o discurso institucional, perguntamos não *o que* a instituição diz (conteudismo), mas *por que* e como ela diz deste ou daquele modo. Já que estamos tratando de linguagem, vale dizer que as práticas discursivas institucionais são também afetadas pela memória e pela ideologia; sempre constituídas pela historicidade.

Destacamos a figura do porta-voz, que fala em nome dos seus e os representa, sob seu olhar, com legitimidade e autoridade, muitas vezes como mediador na dinâmica de destinação da palavra política. Pêcheux (1990) destaca a dupla visibilidade do porta-voz, quando este, além de falar em nome de outros no centro visível de um “nós”, pleiteia com o adversário exterior, se colocando em posição de negociador.

Para Pêcheux, no discurso político, o porta-voz está

[...] situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segunda a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: o discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 2014a, p.76, grifos do autor).

Assim, as condições de produção e o lugar social de onde o porta-voz diz o colocam em posição de anunciar, prometer, denunciar, representar seus pares. Ele diz o que diz de uma posição legitimada, de um lugar que lhe confere esse direito. Observemos o funcionamento discursivo na figura enunciativa do porta-voz em outro discurso⁶² do presidente Lula na 59ª Assembleia Geral da ONU, em 2004, no recorte abaixo:

[SD23] A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca **somar esforços** com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de **justiça e paz**. Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza. (BRASIL, 2008, p. 36 grifos nossos)

Nessa condição de linguagem, o presidente se inscreve no lugar discursivo de porta-voz, sob o efeito de uma aparente neutralidade, como se a língua e o sentido fossem transparentes. Com um olhar mais detido, percebemos que a materialidade simbólica, o histórico-social, estão presentes na sequência discursiva, ecoando no já-dito sobre a política externa brasileira: *busca somar esforços com outras nações e um mundo de justiça e paz*, atestando, de forma imaginária, a memória discursiva de um país solidário e pacífico.

Entendemos a memória discursiva como acontecimentos (re)atualizados no presente em uma determinada condição de produção. No acontecimento discursivo, em uma dada condição de produção, a memória pode tanto absorver o acontecimento, provocando uma “desregulação”, como manter uma regularização já existente, com os implícitos que ela veicula (PÊCHEUX, 2020).

Na SD23, observamos a posição ideológica daquele que diz de uma posição e o entrelaçamento político, pela formulação, com as demais nações. O sujeito integra, pelo discurso, o processo constitutivo que se converge ao imaginário de *justiça e paz*. No excerto, no sujeito elíptico (nós), que se configura na primeira pessoa do verbo *Tivemos*, há, a nosso ver, um fazer político coletivo, compartilhado, que atualiza, recupera e alimenta a memória

⁶² Discurso na 59ª Assembleia Geral da ONU. Nova York, 21 de setembro de 2004.

discursiva, generalizando as responsabilidades em um conjunto que se denomina como *reunião histórica* com outros líderes mundiais, em que o combate à fome e à pobreza reverberam sentidos – i.e., o *mundo de justiça*, afirmando a ideologia da ordem jurídico-capitalista, da qual a *justiça* é uma injunção fundamental, como já vimos.

Pode-se dizer que o discurso está em consonância interdiscursiva com a Carta Democrática Interamericana⁶³ (2001), quando esta afirma que

a luta contra a pobreza, especialmente a eliminação da pobreza crítica, é essencial para a promoção e consolidação da *democracia* e constitui uma *responsabilidade comum* e compartilhada dos Estados americanos. (Carta Democrática Interamericana, 11/09/2001).

A Carta Democrática Interamericana, por sua vez, reforça os instrumentos⁶⁴ da Organização dos Estados Americanos (OEA) que já existiam em matéria de defesa da democracia, como a Carta da OEA (1948), da qual trataremos mais adiante. Destas práticas institucionais, depreendemos as posições-sujeito, que se convergem no interior de distintas formações discursivas em um movimento de linguagem que as aproxima, se configurando em uma postura unificante.

O discurso produzido por um sujeito (A) pressupõe também um destinatário (B) – lugares determinados na estrutura de uma formação social –, como afirma Pêcheux (2014a). Para ele (*idem*, p.81, grifos do autor), “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” Todo processo discursivo, Pêcheux acrescenta, supõe a existência de *formações imaginárias* (a imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro) que podem ser examinadas pela posição dos protagonistas do discurso, em determinada condição de produção, ao perguntarmos:

$I_A (A)$ (Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A): “*Quem sou eu para lhe falar assim?*”

$I_A (B)$ (Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A): “*Quem é ele para que eu lhe fale assim?*”

Nessa direção, $I_A (A)$ trata dos lugares enunciativos (institucionais ou não) do sujeito, enquanto que $I_A (B)$ se refere às representações do destinatário. Este são lugares que estão

⁶³ Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm. Acesso em 16/08/2022.

⁶⁴ Disponíveis em: <https://www.oas.org/pt/democratic-charter/default.asp>. Acesso em: 25/10/2022.

representados nos processos discursivos, como nos mostra Pêcheux ao designar a posição dos protagonistas do discurso como condição de produção:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, 2014a, p.82)

Conforme Pêcheux, são regras de projeção que estão presentes nos mecanismos das formações sociais e estabelecem relações entre as situações e suas representações (*op.cit.*). Para Orlandi (2007a, p. 40), são essas posições que significam no discurso – em relação ao contexto sócio-histórico e à memória. Dentro de uma conjuntura sócio-histórica (as condições de produção), o mecanismo imaginário produzirá imagens não somente do sujeito, mas do objeto do discurso.

Pelo funcionamento das formações imaginárias nas relações de forças e nas relações de sentidos, compreendemos como a formação social e seus mecanismos se inserem na história e, portanto, a participação desses mecanismos para a constituição e significação das condições de produção do discurso. Orlandi (2007a) enfatiza a força da imagem na constituição do dizer e no funcionamento da linguagem. É pela análise que atravessamos esse mecanismo imaginário que condiciona os sujeitos, os sentidos, as discursividades.

A seguir, podemos observar esse mecanismo imaginário e como essas representações imaginárias atuam em diferentes instâncias do processo discursivo, determinando a produção dos efeitos de sentido da responsabilidade do Brasil com a ONU e o Haiti. Para isso, observemos a construção do sujeito político pelo simbólico, bem como a função enunciativa desse sujeito político no discurso do presidente Lula, na Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”

[SD24] *Temos* liderado o esforço das Nações Unidas no Haiti, na *esperança* de que *possamos* criar um novo paradigma para as operações de paz. Não *visamos* apenas à *segurança* da população e à *estabilização* do país. *Queremos* que no Haiti *se criem* condições para uma efetiva reconciliação política e o reencontro do país com a *esperança* de seu *desenvolvimento econômico e social* (BRASIL, 2008, p.50, grifos nossos).

Depreendemos, pelo discurso, uma grande proximidade entre a responsabilidade e a vontade (do Brasil, na figura do porta-voz) de estar no Haiti, em um processo que, ao mesmo tempo que o constitui como agente, autônomo e responsável pela missão, define seus destinatários como categoria jurídica, funcionando como suporte de normas de direito. Nesta

dupla determinação discursiva, relações de força e o poder institucional (ambos jurídicos) são acionados para criar efeitos de sentidos de um Brasil como centro de decisão, sujeito político detentor de poder, que em seu papel de líder da MINUSTAH, espera ser uma referência nas operações de paz. Isso nos remete às reflexões de Lagazzi (2015, p.89) sobre como o atravessamento das formações imaginárias pelo “já-dito” e pelo “já-ouvido” significa que as reconhecemos “como um espaço de interlocução marcado pelo movimento dos sentidos e por relações de força”.

Importa-nos observar que o sujeito do enunciado é interpelado pelo desejo de reconciliação política e desenvolvimento econômico e social no Haiti, fazendo valer a ordem da forma-sujeito capitalista. São representações de situações concretas no interior do discurso (PÊCHEUX, 2014a).

Ao dizer, o sujeito se encontra investido no papel institucional do presidente, na imagem do porta-voz $I_A (A)$ legitimamente autorizado – marcado no elíptico do sujeito “nós” em *temos, possamos, visamos e queremos*. As formações imaginárias marcam este lugar. Há uma contradição constitutiva na figura do porta-voz: enquanto processos discursivos de identificação reúnem o porta-voz e quem este representa, outros processos servem para distinguir e evidenciar o porta-voz do grupo por ele representado. Sobre esse duplo funcionamento da figura do porta-voz, Pêcheux (1990) diz que ele é ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento. Dito de outra forma, ao mesmo tempo que o porta-voz se configura como participante do coletivo (ator visível), se diferencia deste coletivo como observador da produção do acontecimento (testemunha ocular).

Vimos em Orlandi (1987) que, para ter sentido, qualquer discurso precisa pertencer a uma formação discursiva, a qual faz parte de uma formação ideológica determinada. É pelo discurso que se tem acesso à ideologia. O discurso do sujeito-Presidente, aqui representado por $I_A (A)$, produz ressonâncias político-ideológicas sobre as aspirações desse esforço conjunto, sobre o Haiti (de quem se fala); uma *terceira pessoa discursiva* (INDURSKY, 1992), que representa a alteridade, uma outra nação, localizada na exterioridade. Entendemos que $I_A (A)$ se utiliza da imagem desta alteridade na constituição de sua própria imagem. Esta imagem representa o modo como o sujeito $I_A (A)$ deseja que a nação brasileira seja vista por $I_A (B)$ – os participantes do colóquio na Universidade de Sorbonne: liderança nos esforços para a reconstrução do Haiti e que anseia pela criação de novos paradigmas para as operações de paz.

Há uma indeterminação referencial na formulação em *Queremos que no Haiti se criem* quando o sujeito trata da estabilização política-socioeconômica no país. Um efeito de sentido de indeterminação do agente (não se sabe quem irá criar) sugerindo que, possivelmente, não seria atribuição da nação brasileira representada por I_A (A). Não se trata, no entanto, de uma desincumbência do Brasil com os objetivos de estabilização, mas faz ressoar o que diz a Carta da ONU⁶⁵ sobre a ação coletiva internacional voltada para salvaguardar a paz e

[...] a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o **progresso social e melhores condições de vida** dentro de uma liberdade ampla [...] a empregar um mecanismo internacional para **promover o progresso econômico e social** de todos os povos (Preâmbulo da Carta da ONU, grifos nossos).

Há uma identificação da posição sujeito nas formações discursivas que dizem respeito à “segurança”, “estabilização”, “desenvolvimento econômico e social” que constituem o discurso das políticas públicas e, mais uma vez, produzem um efeito da ordem do consenso, do interesse coletivo na assistência aos mais necessitados. Discursivamente, a MINUSTAH faz um trabalho de reafirmação desse discurso desenvolvimentista (o capitalismo, pela ONU). Entendemos que o discurso produz também um silenciamento das relações de força mundiais e ainda um efeito de apagamento, no espaço discursivo, da condição estruturante da sociedade brasileira, haja vista a grande deficiência do Brasil, aqui na figura de enunciador I_A (A), nestas áreas específicas. Há, portanto, um apagamento do processo histórico de constituição desses sentidos, mas que é, ao mesmo tempo, constitutivo da significação discursiva.

Entendemos que, apesar da instabilidade das fronteiras das formações discursivas⁶⁶ em função das inquietações nas relações de força das formações sociais (PÊCHEUX, 2014a), o discurso projeta-se imaginariamente como homogeneidade, senso comum, nos processos de significação no que concerne à participação brasileira na missão, como se tentasse afastar os riscos que o novo e o desconhecido atraem, mantendo, assim, as relações de poder inalteradas.

⁶⁵ A Carta das Nações Unidas. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 06/10/2022.

⁶⁶ As formações discursivas são uma importante ferramenta analítica. O discurso é a produção de enunciado feita através das marcações das formações discursivas (o que se diz e pode ser dito/entendido). Estas emergem no interdiscurso, já que este dá condições para que elas existam.

Para avançar em nossa análise, selecionamos mais um recorte de discurso⁶⁷ do presidente Lula, na Abertura da 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações⁶⁸, que traz:

[SD25] Ao *chegarmos* de *cabeça erguida* nas negociações internacionais, *somos* mais respeitados. A presença significativa de países sul-americanos na missão das Nações Unidas no Haiti é exemplo da *contribuição* que *podemos* prestar para a *promoção da paz* e da *segurança* (BRASIL, 2008, p. 59, grifos nossos).

Há, sobre a representação política e o poder dos Estados participantes da MINUSTAH, uma projeção imaginária na qual se indica (ou se propõe) uma mudança de atitude dos países sul-americanos nas negociações internacionais, amparadas pela presença desses países na missão (uma posição de respeito), o que podemos interpretar como um apagamento de práticas políticas anteriores. O sujeito discursivo na SD25 se inscreve nessa formação ideológica, e sua representação discursiva se instala em termos linguísticos – *chegarmos*, *somos* e *podemos*. Estrategicamente, a partir das determinações que o constituem e que definem sua posição no discurso, o sujeito antecipa a representação política quando diz *Ao chegarmos de cabeça erguida nas negociações internacionais, somos mais respeitados* – a imagem que aquele que diz faz do objeto de discurso. O sujeito experimenta quanto ao lugar do ouvinte a partir do seu próprio lugar.

É importante observarmos as condições de produção no processo de identificação dos sujeitos/destinatário: uma reunião (a primeira, de uma comunidade recém-criada) de chefes de Estado da América do Sul, realizada em Brasília. O sujeito I_A (A) se encontra no interior da relação de forças (possivelmente exteriores à situação do discurso) do campo político, como possíveis elementos antagonistas, cujo discurso responde à outras condições de produção (PÊCHEUX, 2014a). Não obstante a hierarquia política e suas consequências jurídicas, a imagem do anfitrião, nas condições de produção do discurso, além de representar a posição social de onde o sujeito diz, produz efeitos de sentidos que permeiam em seu discurso, criando uma ilusão de igualdade com o destinatário I_A (B) ao usar a primeira pessoa do plural *chegarmos*, *somos*, *podemos* – o destinatário I_A (B) aqui funciona também como sujeito dessa

⁶⁷ Discurso do presidente Lula na Abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. Brasília, 29 de setembro de 2005.

⁶⁸ Criada em 2004, a Comunidade Sul-Americana de Nações foi uma integração econômica que visava à criação de uma extensa área de livre comércio. Passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, a qual teve sua extinção em 2018. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/unasul-uniao-das-nacoes-sul-americanas/>. Acesso em 24/03/2022.

prática dialógica. O sujeito I_A (A), pelo funcionamento da linguagem e de mecanismos imaginários de constituição de identidade, produz a representação imaginária de um sujeito coletivo: *cabeça erguida*, ativo, participante na promoção da paz e da segurança no Haiti.

Compreendemos que a formulação do presidente Lula se constitui a partir do funcionamento de um enunciado dividido, determinado por duas formações discursivas que o afetam. A primeira, pelo funcionamento das formas do *nós*, marcando o processo discursivo igualitário, e uma segunda que se configura a partir de um discurso colonialista que se reatualiza, em defesa da ordem capitalista, tendo o Brasil agora na posição de domínio, que diz a outros chefes de Estado, outros porta-vozes, como devem se portar para serem mais respeitados. Tudo em nome da paz.

O ideário da defesa da paz, da democracia, da justiça e da cooperação entre as nações – nos possibilita uma melhor compreensão do papel do imaginário na constituição (e sustentação) da identidade brasileira no discurso das relações internacionais. Na posição-sujeito que ocupa, o discurso do presidente assume uma sistemática injuntiva e assertiva, o que garante uma forma segura de expressar poder e autoridade, mas se serve de memoráveis de solidariedades (e.g., exemplo da contribuição, promoção da paz) para uma estabilização imaginária. Deste modo, apesar da qualidade inaugural da primeira reunião de chefes de Estado, seu discurso não é inédito, mas sim um processo de identificação pelo qual o sujeito é constituído em relação a outras posições de sujeito, estabelecidas em diferentes formações discursivas (identidades da colonialidade que se fundem às necessidades do capitalismo), que passam a intervir como interdiscurso.

Neste processo de identificação, que são processos que nos significam, assim a ideologia se caracteriza: pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade (ORLANDI, 2012, p. 22).

3.4. Relações de sentido na criação da diferença

Nesta parte, buscamos compreender a dimensão institucional que afeta a construção de imagens e representações do *outro* no discurso e suas diferentes configurações nas práticas discursivas que, sabe-se, não são meramente invenções arbitrárias. A constituição da identidade do sujeito supõe a construção da figura do *outro*, sobretudo no que diz respeito às diferenças.

Entendemos que, ao discutirmos a constituição discursiva da identidade brasileira no discurso da Missão de Paz é necessário que se discuta também aquilo que *não* a constitui. Na análise desses processos que apresentamos nesta seção, trabalhamos o discurso institucional sobre o Haiti e sua população, tal como ele se projeta, pelo discurso, na rede de formações imaginárias, como formula Pêcheux.

Para fins de análise, os recortes de discursos do presidente da República, embaixadores e também um comunicado conjunto que tratam tanto do Haiti quanto da presença brasileira naquele país. Os grifos em negrito são nossos:

[SD26] A paz e a **reconstrução** da economia e da sociedade no Haiti são um desafio para **os haitianos** e para **nossos países**. **Com espírito de solidariedade, comprometemo-nos** a contribuir decididamente, como vizinhos e irmãos, para a estabilização política e reconciliação da sociedade haitiana. Ademais, a situação desse **país irmão** tem sido agravada por sucessivas catástrofes naturais. Esse esforço de cooperação é um compromisso de curto, médio e longo prazo. (Comunicado Conjunto⁶⁹, 03/11/2004).

[SD27] **Nossa solidariedade regional** está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. **Com espírito de solidariedade, o Brasil** e outros países de **nossa região** têm oferecido apoio à missão da ONU nessa **nação amiga**. A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano. (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁷⁰, em 04/11/2004).

[SD28] **A solidariedade é real**, a posição política de estar presente é um sinal disso. O ministro Amorim usou da expressão “**dever de não-indiferença**” para responder às críticas de que **o Brasil** tinha abandonado sua posição de não-interferência. Dessa maneira, explica-se **nossa presença como solidário** no **país mais pobre do hemisfério**, também com os outros países da região, uma vez que a presença no Haiti reduz o alcance do foco de instabilidade. (Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto⁷¹, grifos nossos e também do autor).

Nas três sequências, as posições-sujeito dizem a partir de posições discursivas e condições de produção diversas, mas que convergem na projeção do imaginário da nação/povo haitiano e também na presença do Brasil no país.

⁶⁹ Declaração do Rio de Janeiro. Comunicado Conjunto - Reunião de Chanceleres do Sistema da Integração Centro-Americano (SICA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 2004, por ocasião da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.

⁷⁰ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 04 de novembro de 2004, na 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. (VALLER FILHO, 2007, p. 166-167).

⁷¹ Anexo IX – Questionários e respostas. (VALLER FILHO, 2007, p. 391)

Tomamos, simultaneamente, os funcionamentos discursivos nas SD26 e SD27, em condições de produção similares, mas não idênticas. A SD26 foi um Comunicado Conjunto de 03/11/2004, produzido em uma reunião do Sistema da Integração Centro-Americano (SICA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no Rio de Janeiro; SD27 foi produzido um dia depois pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos por ocasião da Cúpula Presidencial do Grupo do Rio.

As posições do sujeito são apresentadas de forma a provocar, pelo discurso, efeito de sentidos em relação ao Haiti *país irmão e nação amiga*. Ao mesmo tempo, efeitos outros são atribuídos para o Brasil, já que, ao significar o outro como *irmão e amigo*, o Brasil também é significado. A expressão *com espírito de solidariedade* se repete em ambos os discursos para reforçar o efeito de *irmão e amigo*. O termo *solidariedade*, como já vimos, é também frequente na construção do imaginário brasileiro. Compreendemos, portanto, que esses dois episódios colocam em funcionamento efeitos de sentidos parecidos que, por sua vez, se inscrevem em formações discursivas que, de certo modo, se repetem.

Em Orlandi (2012), vemos que a ideologia se realiza, entre outras coisas, pela fixação de um conteúdo. As repetições que encontramos nas SD26, SD27 e SD28 constituem um ritual discursivo pelo qual se estabelecem relações de continuidade de efeitos de sentido ao mesmo tempo que estabilizam os processos de produção destes sentidos. Sobre o gregarismo da repetição, o reconhecimento dos signos quando estes se repetem, Lagazzi (1988, p. 24) afirma que “essa necessidade de reconhecimento social dificulta o surgimento do novo, do revolucionário, e assim a ordem vigente se vê assegurada.” Cria-se, pelo discurso, um incessante vínculo com o passado, impulsos de repetição do imaginário que se conserva e se sedimenta no presente.

Nas SD26, SD27 e SD28, uma arbitrariedade se instala mais uma vez nas formulações, feitas do lugar de porta-vozes, ao incluir outros países da organização intergovernamental regional. As formulações representam um coletivo (*nossos países, comprometemo-nos, nossa solidariedade regional nossa região*), estas atestam os vestígios da memória discursiva não somente de um país solidário, mas de toda uma região (o MERCOSUL).

Na SD28, os termos *solidariedade* e *solidário* reaparecem para fazer significar a posição política do Brasil. O discurso foi publicado em um anexo de “Questionários e respostas” (VALLER FILHO, 2007) e trata-se da resposta do então embaixador do Brasil no Líbano, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, às seguintes perguntas:

O discurso oficial brasileiro, tanto do Presidente, quanto de autoridades do Itamaraty, menciona a “solidariedade” como elemento presente na decisão de cooperar com o Haiti. Como o senhor avalia a inclusão desse conceito em discursos oficiais? Seria mero recurso de retórica ou a cooperação técnica também o incorpora? (VALLER FILHO, 2007, p. 375, grifos do autor).

De forma análoga ao trabalho de Indursky (1992), excluiremos a alternância entre os sujeitos do discurso (locutor e interlocutor) do funcionamento discursivo nos textos que constituem nossa análise, mas observamos, pelos enunciados, que a inclusão do termo *solidariedade* nos discursos oficiais sobre a colaboração com o Haiti é colocada em xeque. Ao atribuir a designação *solidário* ao Brasil, o sujeito na SD6 se inscreve na formação discursiva da participação solidária, filiando-se a uma generalização em torno de algo que é heterogêneo, o sentido – dá-se ênfase a um sentido, apagando, assim, outras possibilidades.

Diante das condições de produção, o sujeito na SD28, interpelado ideologicamente, assume uma posição de defesa dos propósitos do governo brasileiro e cita uma expressão do ex-Ministro da Defesa Celso Amorim *dever de não-indiferença*, um deslocamento de *não-interferência*, ou *não-intervenção* no que diz respeito aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, no âmbito das relações internacionais, como preconizado no inciso IV do Art. 4º da Constituição Federal.

Ao significar o *outro* (o Haiti) como *país mais pobre do hemisfério*, o sujeito enuncia a partir de uma posição discursiva de representante do Brasil (embaixador) que, naquele mesmo ano (2007), entraria para o grupo dos países com mais alto Índice de Desenvolvimento Humano⁷² (IDH). Pode-se dizer que, ao significar o *outro*, o sujeito significa a si mesmo, ou seja, o Brasil (representado pelo sujeito): um país solidário e com as condições necessárias para ajudar o Haiti.

Nas SD26, SD27 e SD28, os sintagmas pronominais *nossa solidariedade*, *nossa região e nossa presença*, o sujeito elíptico *nós* em *comprometemo-nos* e as representações do *outro* na terceira pessoa constituem um processo identidades coletivas. Do mesmo modo acontece com o sintagma nominal *o Brasil*, que apesar de estar também na terceira pessoa do pronome pessoal *ele*, nas condições de produção é uma representação da coletividade pelo enunciador. Assim, compreendemos, pelo funcionamento da linguagem, que o sujeito assume a palavra em nome do *outro* para que possa, de certo modo, representá-lo, muitas vezes autorizado como seu porta-

⁷² Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/20078-hdr-portuguese.8-hdr-portuguese>. Acesso em: 24/03/2022.

voz, mas em outras como o “simulacro da voz do outro, construído pelo sujeito enquanto seu intermediador”, como nos mostra Indursky (1992, p. 132).

Na congregação dos diferentes discursos produzem-se efeitos de sentido distintos sobre o Haiti e seu povo. Nesse liame, vai-se constituindo, fechando e estabilizando efeitos de sentido em um processo de cristalização que produz o efeito de literalidade sobre o *outro*, de quem se fala, institucionalmente e publicamente. Notamos a existência de um *nós* em oposição a um *outro* que, aqui, é tratado como terceira pessoa em uma interlocução impessoalizada em que o interlocutor é representado por *ele(s)/ela(s)* (*o Haiti, nação amiga, povo haitiano, população haitiana, país mais pobre, os haitianos, sociedade haitiana*), portanto, sem a possibilidade de reversão ou interlocução.

Na historicidade, as denominações observadas sobre o *outro* produzem efeito de sentidos ora pela atualização da memória, ora por filiações com uma formação discursiva dominante (leia-se ONU). As denominações correlacionam, coexistem e significam por retomarem uma memória enquanto projetam um futuro – i.e., “cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário”, conforme prescreve o Artigo 1 da Carta da ONU.

3.5. O movimento do discurso das tradições pacíficas

O tratamento das tradições pacíficas e de seu lugar nos processos de construção identitária exige que reflitamos, inicialmente, no que vamos entender, nesta tese, como tradição. Uma possibilidade de compreensão seria a de que a tradição é uma tentativa de estruturar pelo menos alguns aspectos da nossa vida social dentro do imutável, do invariante, e que muitas vezes impõe uma repetição de práticas, regras e padrões que nos faz mobilizar a noção de *juridismo*, inicialmente proposta por Lagazzi (1988). Assim como as crenças e opiniões admitidas em determinada conjuntura, as tradições existem sem uma aparente tensão e não são reguladas explicitamente por leis. Lagazzi explica que estas manifestações, com seu caráter ideológico e histórico, carregam a ideia do horizonte regulador de maneira implícita, possibilitando inclusive a atribuição de direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas, derivando-os para o senso comum e permitindo assim uma certa mobilidade. Sobre isso, ela teoriza:

[...] Se essa mobilidade é anulada, a tensão, constitutiva das relações interpessoais, decorrente do embate entre direitos e deveres,

responsabilidades, cobranças e justificativas, pode tornar-se muito forte e desestabilizar as relações de poder. O conflito explícito requer a força explícita. A explicitação da força, da coerção, pode gerar a recusa da opressão, o que representa uma ameaça à ordem vigente. Ao poder não interessa nenhuma mudança, daí a tentativa constante de não desestruturar as relações. (LAGAZZI, 1988, p. 47).

Tradições não são construídas pela ordem do racional. Sua legitimação se dá pela ordem do simbólico. Em seus estudos sobre “A invenção da tradição”, o historiador marxista Hobsbawm (1983) defende que muitas das tradições que aparentam ou alegam ser velhas, na verdade, são relativamente recentes em origem e muitas vezes inventadas. Ao examiná-las, o autor priorizou mais o surgimento e estabelecimento das tradições do que suas chances de sobrevivência e as compreendeu como um conjunto de práticas, geralmente regidas por regras abertas ou tacitamente aceitas e de um ritual de natureza simbólica, que procuram impor determinados valores e normas de comportamento pela repetição, o que enreda uma continuidade com o passado – normalmente um passado histórico apropriado ou conveniente. Em síntese, consenso – a nosso ver, constitutivo do funcionamento jurídico.

Temos na *tradição* um dispositivo social e identitário, além de estruturar as relações sociais. É um método de governar e estabelecer laços de lealdade, empreendido por instituições com fins políticos em mente. Hobsbawm atribui o sucesso da invenção consciente da tradição, principalmente, à sua transmissão em uma frequência, “um comprimento de onda que o público estava pronto para sintonizar” (*ibid.*, p. 263). A exemplo disso, a diplomacia brasileira construiu ao longo dos anos um processo sócio-histórico e político, o qual permite que o Brasil mantenha uma *tradição*, e este será um ponto de fundamental importância em nosso trabalho.

Para fins de análise, trataremos a questão das *tradições pacíficas*, apresentadas nesta seção, como um domínio discursivo. Retornamos ao conceito de *memória* já visto nos capítulos anteriores para que possamos compreender a movimentação discursiva, no que diz respeito à MINUSTAH e a partir desse discurso, discutir o processo de constituição, manutenção e atualização identitária do Brasil nas práticas discursivas em suas relações internacionais.

Pela materialidade simbólica, o discurso do Barão do Rio Branco⁷³, apesar de não constituir o objeto de nosso estudo, é relevante por se tratar de uma das figuras emblemáticas

⁷³ Discurso pronunciado em 15 de outubro de 1911, na inauguração do retrato do Barão do Rio Branco no Clube Militar. Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos. – Brasília: FUNAG, 2012, p. 316-317.

das relações exteriores do Brasil, patrono e homem-símbolo da diplomacia⁷⁴ nacional até a atualidade. Ao se referir aos traços e características da nação e governos brasileiros, ele nos diz:

[SD29] Toda a *nossa vida* como Estado livre e soberano atesta a *nossa moderação* e os *sentimentos pacíficos* do governo brasileiro, em *perfeita consonância* com a *índole* e a *vontade da nação*. Durante muito tempo fomos *incontestavelmente* a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado *nunca um perigo* para os *nossos vizinhos* (BARÃO DO RIO BRANCO em 15/11/1911; FUNAG, 2012, grifos nossos).

Trata-se de um discurso do início do século XX, ou seja, 100 anos antes da MINUSTAH e três décadas da criação da ONU. Nele se produz uma legitimidade para o que se diz sobre uma *perfeita consonância* entre as qualidades e anseios da nação brasileira diante da natureza pacífica do governo. Neste funcionamento discursivo, os sintagmas *nossa vida*, *nossa moderação* e *nossos vizinhos* produzem uma ilusória relação de univocidade, homogeneidade entre o Estado brasileiro e seu povo como suporte simbólico da representação política. No mesmo gesto de identificação, institui-se a figura do porta-voz e constrói-se um *nós* que funciona como sujeito coletivo.

Na referencialidade discursiva (um efeito de sentido; o objeto imaginário do ponto de vista do sujeito), Rio Branco faz incidir, mesmo que implicitamente, uma memória discursiva, um interdiscurso (*Toda a nossa vida como Estado livre e soberano*) sobre o intradiscurso, em um processo de sustentação e articulação na produção de sentidos. A formulação se apoia em saberes anteriores – “a atualização, a textualização da memória” (ORLANDI, 2012) –, cuja interpretação só significa porque há intervenção da história. O dizer do Barão nos faz refletir sobre a estabilização imaginária, alimentada pelo discurso solidário/pacífico brasileiro que aflora ainda no discurso político do país. Como temos visto, ela atende à uma ordem político-ideológica que, nas últimas décadas, se serve dos pré-construídos da ONU: a sua noção de paz, progresso, racionalidade, desenvolvimento e cooperação, por exemplo. No entanto, vemos pelo discurso de 1911 que este lugar de construção e representação identitária nacional, afetado pela formação discursiva político-jurídica capitalista é uma injunção de longa data.

Vejamos outras ocorrências singulares referentes a este mesmo domínio discursivo, o da *tradição pacífica* na diplomacia brasileira nas sequências discursivas a seguir:

⁷⁴ Definiremos o discurso diplomático aqui como uma tática dos Estados para lidar, nem sempre de maneira conciliatória, com negociações e pressões, em concordância com as mudanças políticas e de pertencimento ideológico dos governos, o que dá margem para a ambiguidade e para autocontradição.

[SD30] O *engajamento* brasileiro nos esforços das Nações Unidas em favor da *estabilização* do Haiti está em consonância com a *tradição do país* de priorizar *soluções multilaterais* para os conflitos e com as disposições constitucionais sobre *a prevalência dos Direitos Humanos*, a soberania das nações e a *cooperação* entre os povos para o progresso da humanidade (Decreto Legislativo de 26 de fevereiro de 2008, grifos nossos).

[SD31] [...] todas essas dimensões da *cooperação* formam um componente expressivo de *nossa política de defesa* e condizem com *nossa identidade democrática* e com nossas *tradições pacíficas* [...] (Ministro Celso Amorim, 09/03/2012, grifos nossos)

[SD32] *Nossa política externa* estará baseada nos valores clássicos da *tradição diplomática* brasileira: *promoção da paz*, respeito ao princípio de *não-intervenção*, defesa dos *Direitos Humanos* e fortalecimento do *multilateralismo*. (Presidente Dilma Rousseff, discurso de posse em 01/01/2011).

[SD33] *Nossa participação* nas Forças da ONU – especialmente na Missão para a Estabilização do Haiti – é emblemática do nosso *compromisso com a paz* e a *estabilidade democrática*. (Presidente Dilma Rousseff, Congresso Nacional, 02/02/2011, grifos nossos).

[SD34] Um *país pacífico* como *o Brasil não pode ser confundido com um país desarmado e indefeso. Vivemos em paz com os nossos vizinhos*. Mas o Brasil é detentor de enormes riquezas e possuidor de infraestruturas de grandes dimensões. (ex-ministro Celso Amorim, 08/08/2011, grifos nossos)

[SD35] Apesar de possuir uma *tradição pacífica*, *o Brasil não pode ser visto como uma nação indefesa e desarmada*. A defesa nacional representa o “seguro” que o Estado brasileiro deve renovar permanentemente, com *estabilidade, regularidade e previsibilidade*, de forma a garantir um ambiente favorável ao pleno *desenvolvimento econômico e social* (LBDN, 2012, grifos dos autores e nossos).

O domínio discursivo verte sobre as denominações *paz, democracia, estabilidade, multilateralismo e não-intervenção* que fazem reverberar efeitos de sentido e assumem uma predominância no ideário histórico, preservando, imaginariamente, o fio de uma lógica narrativa que preserve a nostalgia de um passado de tradições, como se construísse uma matriz identitária que remetesse a uma imagem do passado para reinventar o presente e idealizar o futuro. Isso nos faz pensar no que diz Orlandi (2003) sobre os discursos fundadores, os quais atuam como referência básica de seu imaginário constitutivo em um funcionamento discursivo, marcado pelo trabalho da ideologia e do inconsciente.

Há, de certo modo, um sentido dominante sobre as *tradições pacíficas*, – bem como as paráfrases derivadas *promoção da paz, compromisso com a paz, país pacífico* – apoiado na cooperação no cenário internacional. É, portanto, um processo discursivo de relações parafrásticas interiores à matriz de sentido de uma formação discursiva político-jurídica de tradições pacíficas. Pode-se dizer que este efeito de sentido se torna o ponto de condensação

dos processos de interpelação produzidos nos recortes. Os sentidos de país pacífico/pacificador se constituem nessa rede de filiações da memória. Um “efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito”, conforme definido por Pêcheux (2020, p. 47).

As posições-sujeito das sequências acima tratam do mesmo assunto, mas de forma diferenciada pela inscrição no discurso. No fio do discurso, constrói-se uma história de sentidos em que a identidade nacional pode ser vista como um mecanismo de identificação predominante. Por se tratar de um efeito de discurso, os sentidos desta identidade vão sendo construídos por estes vários sujeitos, instaurando uma ilusão de unidade, pela ordem do imaginário.

Cabe aqui dizermos sobre as noções de *paráfrase* e *polissemia*, tão caras à Análise de Discurso, já que a produção da linguagem se faz na articulação desses dois processos (ORLANDI, 1987). A paráfrase indica um retorno a um mesmo dizer já sedimentado, ou seja, diferentes formulações desse mesmo dizer sedimentado – estabilização. A polissemia joga com o equívoco, pois é a tensão que leva ao rompimento de processos de significação. É a força de linguagem que desloca o sedimentado, como veremos mais adiante.

Observemos a linguagem em funcionamento nas sequências SD31, SD32, SD33, SD34. Primeiramente, é importante que se tragam as condições de produção de cada uma, para que se conheçam o sujeito e a situação destas condições, tanto em seu sentido estrito (o da enunciação) quanto seu sentido mais amplo (o sócio-histórico/ideológico). SD31 foi extraído de um texto de uma aula magna⁷⁵ para os cursos militares, ministrada pelo então Ministro da Defesa, Celso Amorim no Rio de Janeiro, em 09/03/2022; SD32 é de um recorte do discurso da ex-presidente Dilma Rousseff⁷⁶ no Congresso Nacional, em sua cerimônia de posse, no dia 01/01/2011; SD33 é um outro discurso⁷⁷ da ex-presidente Dilma Rousseff, durante a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em fevereiro de 2011; SD34 é de um recorte de outro

⁷⁵ “A política de defesa de um país pacífico”. Texto da aula magna para os cursos de Altos Estudos Militares das Forças Armadas e de Altos Estudos em Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 9 de março de 2012 (FUNAG, 2016).

⁷⁶ Discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse no Congresso Nacional, 01/01/2011. Disponível em Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 24/03/2022.

⁷⁷ Discurso da presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional em 02/02/2011. Disponível em: https://www.econeteditora.com.br/links_pagina_inicial/lista_noticias.php?opcao=noticia&id=2461. Acesso em 24/03/2022.

discurso⁷⁸ de Celso Amorim, na ocasião de sua posse para o cargo de Ministro de Estado da Defesa em Brasília, em 08/08/2011.

Temos nas sequências (SD31 – SD34) a construção de um corpo imaginário, assim como aconteceu no discurso do Barão do Rio Branco, em que se incorporam as posições do locutor e do destinatário, produzindo uma ilusão de univocidade em *nossa política de defesa, nossa política externa, nossa participação e vivemos em paz com os nossos vizinhos*. As sequências são de discursos institucionais onde há funcionamentos enunciativos nos quais os sujeitos, ao mesmo tempo que são reconhecidos pelos destinatários como “iguais” – uma identificação imaginária –, se destacam como pontos visíveis de um “nós” em formação que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (PÊCHEUX, 1990).

A rede de sentido vai se constituindo nos dizeres dos sujeitos a respeito da paz, significando por já-ditos que se atualizam. Nestas situações discursivas, os sujeitos também significam, afetados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico que nos permitem, como analistas, estabelecer as regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2007a). Notamos nas sequências uma consonância interdiscursiva entre os dizeres sobre a paz, democracia, desenvolvimento, estabilidade e defesa – o que pode e deve ser dito em uma formação discursiva. Trata-se de movimentos discursivos de repetições, de reiterações que provocam o efeito “universalizante” em um processo histórico que produz, de certo modo, o efeito de naturalização de sentidos. Um efeito ideológico, portanto, atuando continuamente na produção de sentidos sobre a identidade nacional, nos representando e interpelando – “celebração móvel” de que trata Hall (2006).

As sequências SD30, SD31, SD32, SD33 têm em comum pelo discurso: a política externa brasileira – seu engajamento, cooperação e participação, sobretudo nos esforços da ONU de estabilização do Haiti. Os excertos se encontram em concordância interdiscursiva com a Carta da Organização dos Estados Americanos⁷⁹, quando esta estabelece já, em seu Artigo 1, que

Os Estados americanos consagram nesta Carta a **organização internacional** que vêm desenvolvendo para conseguir **uma ordem de paz e de justiça**, para **promover sua solidariedade**, intensificar sua **colaboração** e **defender** sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações

⁷⁸ FUNAG, 2016, p.17.

⁷⁹ A Carta da Organização dos Estados Americanos é um tratado interamericano que cria a Organização dos Estados Americanos. Foi celebrada na IX Conferência Internacional Americana de 30/04/1948, em Bogotá. Entrou em vigência a 13/12/1951. Foi reformada pela última vez em 10/06/1993. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/q.carta.oea.htm>. Acesso em 16/08/2022.

Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional. (Carta da Organização dos Estados Americanos, 10/06/1993, grifos nossos).

A Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional dentro das Nações Unidas que busca reafirmar os princípios e propósitos desta última, se referindo ao que se prescreve na Carta da ONU. Remete, portanto, a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente (HENRY, 2013). O mesmo acontece com a Carta Democrática Interamericana⁸⁰, mais recente, e que, por sua vez, encontra nos princípios das Cartas da ONU e OEA, matéria prima para se constituir:

Artigo 8: Os Estados membros reafirmam sua intenção de fortalecer o sistema interamericano de *proteção dos Direitos Humanos*, para a *consolidação da democracia* no Hemisfério.

Artigo 13: A *promoção* e observância dos direitos econômicos, sociais e culturais são inerentes ao *desenvolvimento integral*, ao *crescimento econômico* com equidade e à *consolidação da democracia* dos Estados do Hemisfério.

Artigo 14: Os Estados acordam examinar periodicamente as ações adotadas e executadas pela Organização destinadas a *fomentar o diálogo*, a cooperação para o desenvolvimento integral e o *combate à pobreza* no Hemisfério, e tomar as medidas oportunas para promover esses objetivos.

Nas Cartas, pelas formulações, há um eco da ética ocidental dos direitos humanos, que incorporam a distinção entre o *Bem e o Mal*, e servem como um ponto estabilizado da produção de sentidos: O *Bem* é representado pela paz, a justiça, a democracia, o crescimento econômico, o diálogo etc. e o *Mal* representado pelo conflito, a pobreza e a injustiça. É esta dicotomia que pavimenta o caminho de contradições que é a construção identitária brasileira – a ilusão de uma postura unificante na busca pela paz, justiça, crescimento econômico e o diálogo no mundo, enquanto que a nação é consumida pela violência, o conflito, a pobreza e a mais variadas formas de injustiça.

Na perspectiva pècheutiana, a memória não é linear, mas seu efeito permite apresentar sentidos unívocos e estabilizados no fio do discurso, como encontramos na SD30, um Decreto Legislativo⁸¹ assinado pelo ex-ministro Celso Amorim e do então presidente do Supremo

⁸⁰ A Carta Democrática Interamericana foi aprovada em 11/09/2001 em sessão especial da Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Lima, Peru, como instrumento cujo objetivo principal é o fortalecimento e preservação da institucionalidade democrática. Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm. Acesso em 20/12/2022.

⁸¹ Decreto Legislativo nº 189 com Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das

Tribunal Federal, Nelson Jobim, em 26/02/2008. Enquanto o interdiscurso (e.g. o *engajamento*, a *cooperação*, a *prevalência dos Direitos Humanos* etc.) fornece a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, o intradiscurso atua no fio do discurso, como efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade determinada do exterior (PÊCHEUX, 2014b). Observa-se na SD30, mas também nas SD31, SD32, SD33 uma identificação plena do *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal* da formação discursiva, o que Pêcheux (*idem*, p.199) denomina o discurso do *bom sujeito*, no qual o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito se identifica, sendo que este sujeito “sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’”.

Os discursos nas sequências SD34 (discurso de posse do ex-Ministro da Defesa, Celso Amorim) e SD35 (uma publicação oficial do governo brasileiro, de competência do Ministério da Defesa, criado para tratar de assuntos referentes a defesa nacional) estão inscritos na formação discursiva da política externa brasileira. O sujeito insere seus dizeres nesse domínio de saberes e se identifica, mostrando o atravessamento da memória nas discursividades que surgem. Notamos um efeito perifrástico na SD34 em *o Brasil não pode ser confundido com um país desarmado e indefeso* e na SD35 em *o Brasil não pode ser visto como uma nação indefesa e desarmada*. Nestas sequências, assim como aconteceu nas SD27 e SD28, o sintagma nominal *o Brasil*, dentro das condições de produção, se torna uma representação coletiva.

De acordo com Orlandi (2001), no encontro da história e da memória, uma imagem é esculpida e a formação do país passa a associar-se à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade. O sentido (de “*tradição pacífica*”) se institucionaliza como produto da história em uma literalidade que o torna oficial, garantido pelo prestígio da legitimidade, isto é, pela autoridade projetada nos discursos. É, portanto, um “efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2001, p. 13).

Podemos sintetizar que os sentidos produzidos nos excertos SD30 a SD35 são de que os objetivos diplomáticos brasileiros são fiéis à reconhecida *tradição* de respeito aos princípios da boa convivência, bem como da realização dos anseios nacionais voltados para um projeto coletivo de construção de um país e um mundo mais democrático, desenvolvido e justo. São dizeres que movimentam discursivamente o ponto de encontro entre uma atualidade e a

memória e nos concebem um passado inequívoco, atributos de um discurso formador, de acordo com Orlandi (2003).

Tem-se assim, dizeres institucionalizados, repetidos em documentos oficiais, que remetem a discursos já cristalizados, “fixando” tanto o “dizer” quanto a “história”. Isso faz eco ao conceito de discurso fundador, de memória temporalizada, proposto por Orlandi (2003) que nos ajuda na compreensão das dimensões do trabalho de memória e nos permite refletir sobre o papel da ideologia em produzir um efeito de naturalização, de homogeneidade, do discurso sustentando-se sobre o que já foi dito e institucionalizando os sentidos como se estes fossem “naturais”.

Vemos no/pelo efeito de naturalização de um sentido comum ao público uma ressonância com a noção de *memória histórica oficial*, resultante de uma certa hegemonia de sentidos que atua na manutenção de uma narrativa⁸² linear para uma formação social. É disso que trataremos a seguir.

3.6. A memória oficial no discurso de paz

A memória discursiva (o interdiscurso, inerente à linguagem) é o que torna possível todo dizer, sob a forma do pré-construído. A memória discursiva tem, portanto, um papel constitutivo na produção do discurso, juntamente com as condições de produção. Deste modo, os processos discursivos fazem emergir o que é próprio de um determinado processo histórico, em uma memória coletiva.

Entendemos por *memória oficial* uma memória que projeta sentidos hegemônicos que se encarregam de excluir tudo aquilo que possa escapar ao exercício desta hegemonia enquanto preserva a nostalgia de um passado ‘bom e verdadeiro’, como explicita Mariani (1998). Para a autora,

a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de um outro passado mais recente e melhor, infância provável de um futuro promissor. Para a memória oficial se impor, é necessário o esquecimento, mas, paradoxalmente, também é necessário esquecer para o surgimento de outros sentidos (*op.cit.* p. 36).

⁸² Compreendemos por narrativa o funcionamento do interdiscurso (memória discursiva), considerando a historicidade, materialidade do discurso, enquanto estrutura e acontecimento, como teoriza Orlandi (2017, p. 30-31).

Há, segundo a autora, o predomínio de uma interpretação que se projeta em imagens aparentemente livres de contradições, permitindo a fixação desta interpretação sobre as demais. Para que isso aconteça, é necessário que outras interpretações sejam esquecidas, e que o acontecimento venha à tona, não indiferente e tampouco ausente daquilo que significa.

Para fins de análise, consideraremos memória oficial a memória nacional, institucionalizada, no discurso de paz no âmbito da MINUSTAH. Para investigarmos o seu funcionamento, vejamos o excerto de uma entrevista⁸³ cedida pelo então Ministro da Defesa José Viegas à Folha de São Paulo, em 2004, logo que o Brasil assumiu o comando da força de paz no Haiti:

[SD36] O Brasil é membro da ONU e tem responsabilidades na garantia da paz e da segurança internacionais, que são *ainda mais notórias* quando se trata de América Latina [...] pela primeira vez, a América do Sul tem a maioria da tropa e o Brasil tem o comando de uma força de paz internacional. *É um marco, numa ação absolutamente legítima [...] não é agressiva, é afirmativa, a favor da paz, da estabilidade.* Nosso esforço no Haiti é de ajuda, de cooperação para o desenvolvimento econômico e social. *O Brasil não está buscando liderança mundial.* Nos últimos 20 meses, o que há é entusiasmo internacional pelo Brasil. (grifos nossos)

Observemos como o Brasil está circunscrito no discurso. A formulação filia-se à rede de sentidos em que se constrói uma representação do Brasil, o *objeto* desta representação, em seu processo histórico de participação nas missões da ONU.

Recuperamos aqui a noção de *formações imaginárias* (PÊCHEUX, 2014a) que traz a figura da posição-sujeito enunciador $I_A (A)$ e do destinatário $I_A (B)$ na estrutura discursiva por meio das imagens que eles se atribuem. O conceito nos traz também a projeção do *referente* (R), cujo funcionamento concerne ao *objeto* da representação e pode ser investigado se formularmos as seguintes perguntas:

$I_A (R)$ (Ponto de vista de A sobre R): “*De que lhe falo assim?*”

$I_B (R)$ (Ponto de vista de B sobre R): “*De que ele me fala assim?*”

Incorpora-se, portanto, o elemento de que trata o *objeto* do discurso (o Brasil) e de que enunciam os interlocutores conforme suas posições, demonstrando assim o alcance das formações imaginárias. Diante deste quadro, Pêcheux (2014a, p. 83, grifo do autor) destaca a

⁸³ Entrevista à Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/08/2004. Caderno Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63358.shtml>. Acesso dia 24/03/2022.

importância das condições de produção e sublinha que “se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” e o efeito de sentido produzido sobre este objeto condiz com o lugar discursivo, designado na formação imaginária, que os interlocutores assumem.

Cabe apontar que tais representações imaginárias, escreve Pêcheux (*idem*), resultam de processos discursivos anteriores, oriundos de outras condições de produção que deixaram de funcionar para dar lugar a posicionamentos implícitos que possibilitam o processo discursivo em foco, no qual a percepção é atravessada pelo “já dito” e o “já ouvido”, por meio dos quais a substância das formações imaginárias é constituída.

Na situação de discurso, há um efeito de continuidade entre as missões com a formulação *ainda mais notórias*, o que pressupõe a notabilidade e reputação do Brasil em outras missões e seu compromisso com a *garantia da paz e da segurança internacionais*. Há, no modo de funcionamento da expressão, um jogo de linguagem entre o *explícito* e o *implícito* que, para Orlandi (1987, p. 138) “instaura aquilo que se pode considerar como conhecimento atribuído por um ou outros interlocutores”. Para Orlandi, o implícito não é um dado e sim uma construção. A formulação *ainda mais notórias* sugere, portanto, que a garantia (pelo Brasil) da paz e da segurança internacionais, sobretudo ao que diz respeito à América Latina, é perceptível e já conhecida de todos.

No sintagma *ação absolutamente legítima* podemos depreender que as outras ações não eram legítimas em sua plenitude, assim como na expressão *não é agressiva* (as demais ações eram agressivas?). Ainda, na formulação *O Brasil não está buscando liderança mundial* há uma retomada de um imaginário que o representa enquanto que o discurso busca a (re)construção deste implícito, sem que possamos atestar que ele já tenha existido como discurso autônomo em outro lugar. Neste movimento, o enunciador $I_A (A)$ empresta ao seu destinatário $I_A (B)$ certos conhecimentos, ao passo que busca envolvê-lo nas malhas do seu discurso, em que pressupostos são dados como evidências. Logo, uma reafirmação ideológica.

A multiplicidade de sentidos (própria da linguagem) implica compreender que não estamos restritos à informação factual, mensurável e gramaticalmente explícita (ORLANDI, 1987). A autora explicita que é preciso pensar o sentido em sua pluralidade:

Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O sentido literal é um efeito discursivo. (ORLANDI, 1987, p. 144).

A ilusão de literalidade, assim como a de completude, associadas a processos ideológicos, se sustentam sobre o que já foi dito, sentidos institucionalizados e admitidos como naturais. Neste cenário, palavras mudam de sentido de acordo com as posições de quem as empregam e, do mesmo modo, adquirem sentido da formação discursiva em que são produzidas. Deste modo, os sentidos são “trajetos simbólicos e históricos não determinados” (ORLANDI, 2012, p.93). Pela incompletude, outros sentidos podem ser ditos e outras filiações são possíveis. Mariani (1998) nos lembra que se a memória fosse completa, absoluta e homogênea, os sentidos seriam imutáveis, repetidos de maneira infundável.

Retomando a SD36, quando o ex-ministro José Viegas diz *É um marco, numa ação absolutamente legítima*, revela-se este acontecimento histórico, instaurador. Para Pêcheux (2000, p. 45), este acontecimento já está absorvido na memória, que pode vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço próprio a uma memória. Em Halbwachs (1950, p. 26), vemos que “o acontecimento, como acontecimento, ‘memorizado’ poderá entrar na história, a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento”. O autor acrescenta que

[...] a memória se caracteriza como o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade. Lembrar um acontecimento é torná-lo vivo, reconstruído a partir de dados e subjetividades comuns aos sujeitos da comunidade social (*op.cit.*)

Ou seja, a memória coletiva só preservará do passado o que estiver vivo na consciência do grupo que a mantém.

Para finalizar esta parte, não podemos deixar de pontuar que para que haja, nas práticas sociais, a fixação de uma memória ou de uma interpretação sobre as demais, é preciso considerar também o que foi esquecido ou denegado entre os elementos de saber da formação discursiva. No jogo das relações de força e na disputa de interpretações, “não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória ‘oficial’” (MARIANI, 1998, p.37).

CAPÍTULO IV – IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo refletimos sobre a constituição da identidade brasileira e sua representação política no cenário mundial, de modo a analisar o funcionamento do discurso do/sobre a nação brasileira através do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso. Temos observado o funcionamento dos discursos que se produzem em torno de determinados lugares sociais, cuja presença-ausência ecoam ao longo do tempo, sendo para designar a si mesmo, sendo para (des)identificar-se ao outro. Esses lugares sociais apresentam funcionamentos discursivos diversos, mas que convergem para construção e cristalização de um imaginário do que é ser brasileiro, associados geralmente à uma figura pacífica, solícita e fraternal.

Orlandi (2012), observa as relações de sujeitos e sentidos nas quais as identidades sociais são constituídas. A autora também afirma que identidades estão em fluxo constante e são heterogêneas, fragmentadas e contraditórias. Construções identitárias não estão livres de conflitos, diferenças e tensões. São sempre contestadas, visto que estão em jogo relações de poder e de grupos dominantes, como afirma Benites (2007). Ele explica que a questão da identidade é, necessariamente, posta pelo jogo entre as relações de diferenças, não obstante as políticas que buscam fixar identidades.

Os sociólogos Hall (2011) e Woodward (2011) concordam ao afirmar que as identidades (processos de identificação) refletem as características das condições nas quais se constituem – interações simbólicas subjetivas, afetadas pelo sócio-histórico. Woodward (2011) destaca ainda o processo relacional da identidade, marcado pela diferença. A autora explica que a existência de uma identidade é garantida pela sua relação de diferença com outras identidades. Dito de outra forma, uma identidade só existe em decorrência de uma outra que ela não é, se caracteriza por um não ser.

Pode-se afirmar, portanto, que as identidades, constituídas socialmente e subjetivamente, são também construções discursivas. Benites (2017, p. 286) se inscreve na perspectiva pêncheutiana quando observa que a identidade é produzida pela linguagem e seu efeito sustentado pelo/no discurso, que lhe garante um efeito de completude. O autor acrescenta que a identidade, nunca acabada e sempre em construção, é “uma ficção de si mesmo, pois há apenas uma ilusão de unidade”, já que o dizer dos sujeitos nos mostra apenas alguns pontos de identificação. Ao usarmos a linguagem, (re)construímos simbolicamente identidades sociais

por meio de representações materializadas no discurso. Discursos e identidades, portanto, se imbricam na produção de um efeito de evidência, homogeneidade e estabilidade. Os discursos são formas de representação e construção da realidade e das identidades.

Os discursos que analisaremos nesta parte incidem sobre uma representação do imaginário político-social brasileiro funcionando no interior das práticas discursivas, contribuindo para a cristalização e/ou deslocamento de determinados lugares sociais, ocupados pelos sujeitos em uma formação social e moldados em função de condições histórico-ideológicas específicas, como veremos.

4.1. O discurso na marcação de um lugar identitário

Na sequência de excertos que apresentamos a seguir, examinamos o discurso de portavozes da República. As sequências discursivas foram extraídas de discursos proferidos em distintas condições de produção, dentro do nosso escopo temporal (2004-2017). São discursos proferidos em diversos países, por diferentes sujeitos, mas que trazem uma representação da identidade brasileira que se cristalizou no imaginário social e passou a figurar entre as ideias que definem o Brasil como um país solidário e fraternal. Selecionamos algumas formulações que fazem funcionar os sentidos próprios à relação “fraternal” que Brasil tem com outros países. Apesar de não estarem inseridas no domínio discursivo da MINUSTAH, consideramos importante trazê-las, pois são discursos que circulavam na arena internacional, durante o período da missão no Haiti (2004-2017).

Para iniciarmos, trazemos as condições de produção de cada uma das sequências, para entendermos os lugares de discursos o espaço sócio-histórico/ideológico. SD37 é o discurso do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de formatura das tropas brasileiras da Missão da ONU, Porto Príncipe-Haiti, em 25/02/2010; SD38 é de um recorte do que discursou o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, em uma reunião com ministros da defesa de países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, 28/11/2011; na SD39, temos outro discurso de Celso Amorim em uma conferência de ministros da defesa das Américas em 08/10/2012; e na SD40 é de um recorte do discurso da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de comemoração do Cinquentenário da União Africana, na Etiópia, 25/05/2013.

[SD37] *Vim ao Haiti para expressar a solidariedade brasileira* com esse sofrido *povo irmão*. Quero reafirmar *nosso* compromisso em ajudar na

reconstrução deste país, que tem dado provas de grande coragem e muita vontade de viver (Presidente Lula⁸⁴, no Haiti, em 25/02/2010).

[SD38] *Cabe a nós*, inclusive em função das várias organizações de que *fazemos* parte, contribuir para quebrar o círculo vicioso perverso que tem impedido o *desenvolvimento pleno* e a *paz* nesse *país irmão*. (Ex-ministro da Defesa, Celso Amorim⁸⁵, em Cabo Verde, 28/11/2011).

[SD39] *Acompanhamos* hoje, com extraordinária satisfação, o *processo de paz* interno em *outro país irmão, a Colômbia* (Celso Amorim⁸⁶, em Punta del Leste, Uruguai, em 08/10/2012).

[SD40] *O Brasil vê o continente africano como irmão* e vizinho próximo. Temos *semelhanças* e *afinidades profundas* (Presidente Dilma Rousseff⁸⁷, em Adis Abeba-Etiópia, em 25/05/2013).

Observamos, primeiramente, a importante relação entre os discursos e seus lugares em um mecanismo institucional que contribui para a constituição da legitimidade de sua posição de sujeito por um lugar institucional. Há uma construção simbólica de um lugar no discurso em que o porta-voz da nação, ao dizer, constrói uma projeção imaginária de proximidade *vizinho próximo* e fraternidade *irmão*, com esses países – identificações imaginárias, que se observa pelo discurso, na relação com o outro, reconhecido como semelhante. É o que acontece na SD40, em que o sujeito-Presidente acentua essas proximidades com o sintagma *semelhanças e afinidades profundas*.

No gesto de identificação na SD37, o pronome *nosso* representa um sujeito que funciona discursivamente com um efeito de coletividade entre as partes envolvidas: o presidente e o povo brasileiro, agora uma figura instituída em um só sujeito; e o povo haitiano – $I_A (R)$, de quem se fala – se encontra aí referido como *povo irmão*. O gesto de identificação de coletividade é também possível na formulação *Vim ao Haiti para expressar a solidariedade brasileira*, na qual a posição sujeito, sujeito-Presidente, ao mesmo tempo, se posiciona como porta-voz e anuncia este posicionamento.

⁸⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de formatura das tropas brasileiras da Missão da ONU, Porto Príncipe-Haiti, 25 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

⁸⁵ “A cooperação de defesa na CPLP”. Discurso do ex-ministro Celso Amorim. Intervenção na sessão de abertura oficial da XIII Reunião de Ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Santa Maria, Cabo Verde, 28 de novembro de 2011. FUNAG: A grande estratégia do Brasil (2016).

⁸⁶ X Conferência dos Ministros de Defesa das Américas. Discurso do ex-ministro Celso Amorim. Intervenção na X Conferência dos Ministros de Defesa das Américas. Punta Del Este, Uruguai, em 8 de outubro de 2012. FUNAG (2016).

⁸⁷ Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de comemoração do Cinquentenário da União Africana. Adis Abeba-Etiópia, 25 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-comemoracao-do-cinquentenario-da-uniao-africana>. Acesso em 24/03/2022.

Na SD38, a posição-sujeito-Ministro, ao dizer *Cabe a nós e fazemos*, diz não somente da posição de porta-voz do povo brasileiro, mas dos presentes, ministros da defesa de diversos países, seus pares. Pela linguagem, analisamos um modo de funcionamento discursivo similar ao que acontece na SD39, quando o sujeito mobiliza o coletivo no sujeito elíptico (nós) em *Acompanhamos*. Observamos ainda que, na SD40, há uma representação coletiva pela formulação *O Brasil vê o continente africano como irmão*, em que o sujeito utiliza a terceira pessoa *O Brasil* para assumir a palavra em nome do país. Encontramos o funcionamento do implícito em: *outro país irmão, a Colômbia* na SD39, o que só foi possível por conhecermos as condições de produção do discurso, já que este foi proferido do Uruguai. Ao dizer *outro*, o sujeito significa que o Uruguai, anfitrião da conferência, também é um país irmão.

A arbitrariedade da qual tratamos, pelo discurso, no capítulo III se instala também nas SD38 e SD39, quando os sujeitos incluem outros países no coletivo, com o emprego do pronome pessoal *nós* e suas formas de representação na desinência verbal da primeira pessoa do plural *fazemos* e *Acompanhamos*. Mesmo que esta “associação” talvez não atenda aos interesses de todos os países representados ali, entendemos, pelas nossas análises, que este funcionamento discursivo é recorrente nos discursos institucionais do Brasil.

Nas formulações discursivas que interpretam os lugares sociais dos porta-vozes há uma confluência dos diferentes discursos sobre o *outro*, que vai fechando e estabilizando um sítio de significância (ORLANDI, 2003) para os países considerados “*nossos irmãos*”. Entre os excertos há um processo de cristalização em que sentidos se formam e se filiam, adquirem densidade por meio da regularidade e da repetição. É um jogo de força caracterizado pelo *efeito de repetição* – regularização – do mesmo significante (ACHARD, 2020), *irmão* que desencadeia um efeito de sentido da construção discursiva de uma identidade ficcional. As posições-sujeito instauram uma ilusão de ser unificado em identificações imaginárias, porém interpretadas como verdade.

Destacamos *o papel da memória* na produção destes enunciados, seu eixo vertical (interdiscurso), o que já foi dito/feito, e que retornam nas formulações (intradiscurso). Compreendemos que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Em outras palavras, um movimento de linguagem no discurso que produz a ilusão de que esse dizer é novo – efeito de sentido. O que está em questão, portanto, são as relações de sentido, na mobilidade do discurso. O modo como as palavras tomam o sentido em distintas condições de produção.

Pêcheux (2014b) teoriza que o efeito de encaixe do pré-construído e o efeito de articulação dos enunciados são determinados materialmente na própria estrutura do

interdiscurso, o que indica o primado do *interdiscurso* sobre o *intradiscurso*. Verificamos a estrutura do interdiscurso na correlação nominal das sequências SD37, SD38, SD39 e SD14 com discursos analisados no capítulo anterior (Cf. SD26, SD33, SD35) mantida pela formação discursiva político-jurídica capitalista nos itens *compromisso*, *reconstrução*, *desenvolvimento* e *processo de paz* – em diferentes temporalidades e condições de produção, portanto –, que garante uma regularização que se dá pelo reconhecimento do que é repetido pela projeção e reprodução do sentido “hegemônico” (ACHARD, 2020). Nesse jogo de força simbólico, deriva-se um efeito de homogeneidade no espaço discursivo, o qual Indursky (1992) denomina *coerência discursiva*.

As repetições e reiteraões estão tomadas por uma regularidade, um efeito pendular por vários registros discursivos articulados. Recobramos as reflexões de Courtine ([1981], 2009, p.100-101) sobre o repetível em uma distinta formulação. Assim,

[...] a forma geral, ‘indefinidamente repetível’, a partir da qual se pode descrever a constituição em uma rede de um conjunto de formulações dispersas e desniveladas no seio da formação discursiva.

Essa reflexão encontra ressonância em Pêcheux, quando ele explana sobre a repetição, na qualidade de

um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço da estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material (PÊCHEUX, 2020, p. 49-50).

Depreendemos um deslocamento importante na questão do discurso da fraternidade, que deixa de ser colocado no plano fraternal para ser considerado na ordem político-institucional. Ou seja, o item *irmão* sai de um efeito de literalidade (uma determinada interpretação é apagada) para cair em outro. Os efeitos de sentidos produzidos se sustentam em um imaginário do qual *país irmão* é constitutivo em decorrência desse deslocamento, dessa ressignificação sobre a noção de *irmão*.

Um deslizamento entre saberes e sentidos é produzido a partir das diferentes posições-sujeito, indicando uma mobilidade de linguagem, de inscrições de posições sujeitos em distintas formações discursivas. Estas, porém, se imbricam ideologicamente no que concerne à posição solidária e fraternal do Brasil nas relações internacionais, que se repete em distintos dizeres.

Trata-se de uma retomada metafórica⁸⁸ que, para Achard (2020), repousa sobre uma suposta regularização do funcionamento da palavra no registro fonte (no nosso caso, *irmão*). Isto é, para funcionar e produzir efeito, a metáfora precisa do interdiscurso. Para Motta (2009, p. 111), a metáfora é compreendida “como transferência, retratando como as palavras significam e constroem o sentido, não preso à literalidade, mas no funcionamento da palavra, por seus deslizamentos de sentidos.”

No conflito pela hegemonia e regularização dos sentidos, faz-se necessário observar esses deslizamentos e retomadas pelo funcionamento da memória discursiva. Pêcheux (2020) vê a possibilidade de articulação discursiva no jogo das metáforas – um retorno da memória a si mesma em uma repetição vertical, antes de se desdobrar em paráfrase. Tal articulação pode ser explorada no excerto do discurso do embaixador do Brasil no Haiti, Igor Kipman⁸⁹:

[SD41] Tendo em vista as raízes comuns entre os dois países, o Brasil é visto no Haiti como o *irmão maior que deu certo*, e que os haitianos almejam imitar. O futebol é a bandeira do Brasil no Haiti, mas em geral *o haitiano tem uma noção bastante clara do que é o Brasil*. Temos religião em comum. Há um elemento de *solidariedade*, que se manifesta em especial no Haiti, onde as raízes culturais comuns são importantes (grifos nossos).

O termo altivo *irmão maior que deu certo* apresenta um componente semântico que é puramente interpretativo e se inscreve em um funcionamento discursivo em que o determinante *que deu certo* marca o efeito ideológico de um olhar sobre o Brasil. Inscreve-o em uma superioridade cultural, sociopolítica e econômica. Ao significar o Brasil como o *irmão maior que deu certo*, significa também o Haiti como o irmão que *não* deu certo – ou que não deu certo “ainda”, visto que o Brasil teria se colocado ali para “fazer dar certo”. Constitui-se em uma rede de filiações da memória, em que a oposição “quem deu certo” vs. “quem não deu certo” significa quem é o Brasil e quem é o seu oposto.

É, portanto, um efeito de sentido de hegemonia e superioridade que ressoa neste segmento e busca uma regularização dos sentidos. Somos *irmãos* porque temos a *religião*, a *solidariedade*, e as *raízes culturais* em comum, mas o Brasil é maior que *deu certo*. Entendemos ser esta a memória discursiva que o Haiti tem sobre o Brasil. Importante retomar Pêcheux (2014b, p. 160) aqui, que nos diz que “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo

⁸⁸ Pêcheux (2014b, p. 96) denomina *efeito metafórico* como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo de x e y”. Para teorizá-lo, parte do questionamento: “existe pelo menos um discurso no interior do qual x e y possam ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso?” (*idem*, p. 94).

⁸⁹ Anexo IX – Questionários e respostas. (VALLER FILHO, 2007, p. 387)

mundo sabe””. Desse modo, observamos no/pelo discurso a inscrição da posição-sujeito, neste caso, em análise, pela formulação com o artigo definido “o” na expressão *o irmão que deu certo*, a qual sugere que os demais irmãos não deram certo, inclusive o Haiti.

As sequências, aqui, estudadas estão parafrasticamente relacionadas com as ocorrências que dizem sobre *irmão*. Podemos mobilizar as seguintes paráfrases: *povo irmão*, *país irmão*, *outro país irmão* e *irmão e vizinho*. O efeito de paráfrase discursiva, construída pelas repetições, permite deslocamentos, ressignificações dos sentidos, e que variações ocorram e se instalem no processo discursivo, resultando na regularização do sentido (estabilização de processos de produção de sentidos).

Pontos de estabilização são encontrados em articulações nas práticas discursivas. Esse funcionamento discursivo, como nos mostra Mariani (1998) é marcado pelas paráfrases. Para ela, a força da repetição parafrástica (como vimos em: *país irmão*, *povo irmão* e *irmão que deu certo*) impede a reconfiguração dos processos de significação e impõe um mesmo sentido no discurso.

Os excertos apresentados nesta seção são de discursos produzidos em diferentes condições de produção, isto é, em épocas, lugares e por sujeitos diferentes na (re)produção de uma imagem da nossa formação e identidade nacional. São sentidos pré-construídos que dão vida a novos possíveis discursos que, à luz da nossa posição teórica, configuram uma ilusão referencial (MARIANI, 1998).

4.2. *Pax brasiliensis*: representações de um imaginário político

Buscamos mostrar até aqui como a regularidade e o efeito de homogeneidade se fazem presentes no espaço discursivo da MINUSTAH para (re)produzir uma imagem da nossa formação e identidade, além de constituir um imaginário político. Nossa análise nos tem permitido tornar visíveis alguns processos que fazem o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Temos observado, por exemplo, como a memória se faz presente neste espaço discursivo, estabelecendo uma relação de um discurso com outros discursos existentes ou possíveis. São processos discursivos que são determinados pela formação discursiva em que o sujeito se inscreve.

Temos visto ainda que os diferentes discursos trabalham por diferentes processos discursivos, no sentido de construção e de representá-lo como um espaço discursivo de uma

homogeneidade imaginária, mas que resulta no apagamento/ocultamento de uma heterogeneidade de discursos. Afetados pela ilusão de subjetividade, estes processos produzem efeitos de sentido de uma representação pacifista e solidário sob um efeito de memória, do discurso já constituído, neste caso, sobre o Brasil, em relação a sua participação em missão no Haiti.

Em termos discursivos, o dizer político se insere em uma luta ideológica pela estabilização de sentidos, buscando validar, sustentar ou afirmar posições à medida que nega posições adversas e (re)atualiza ou apaga acontecimentos. Em nosso caso, no tecer da trama do discurso político, o processo de constituição da identidade nacional tem se realizado por representações do Brasil/seu povo que o ligam a uma figura pacifista e solidária – a *pax brasiliensis*⁹⁰ – por meio da repetição presente no intradiscurso, produzindo e cristalizando sentidos de um imaginário social sobre o que é ser brasileiro.

Parece-nos que o imaginário de *tradição pacífica* funciona, ideologicamente, por uma busca contínua por valores passados, além de promover, dentro do coletivo, o compromisso com a (re)integração de uma suposta origem identitária, como podemos observar no excerto do discurso⁹¹ do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 59ª Sessão Ordinária da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, Nova York, em 21/09/2004:

[SD42] *Sempre que chamado*, e na medida de *nossas possibilidades*, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos. *Não acreditamos na interferência em assuntos internos* de outros países, mas *tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas* que afetam nossos vizinhos (LULA, 21/09/2008, grifos nossos).

Temos, novamente, um sujeito que diz na posição de porta-voz e o faz pelo pronome possessivo em *nossas possibilidades*, também pela desinência verbal da primeira pessoa do plural em *Não acreditamos e tampouco nos refugiamos*, além da terceira pessoa *o Brasil*, para uma representação coletiva; todos atuando na formação imaginária desse sujeito enunciador e seus destinatários, os representantes mundiais ali presentes.

Há um funcionamento ideológico da linguagem no dizer *Sempre que chamado... o Brasil tem contribuído*, que produz pela linguagem efeitos de transparência como se o sentido

⁹⁰ Trata-se de um processo de afirmação diplomática do Brasil em que a noção de solidariedade pode ser incorporada ao interesse nacional. Isto é, o exercício de solidariedade passa a integrar o interesse nacional e servir de instrumento para a projeção de poder nas relações internacionais (NASSER, 2012).

⁹¹ BRASIL, 2008, p.38.

estivesse à literalidade. É uma determinação ideológica que afeta tanto o sentido do enunciado quanto o próprio sujeito, este institucional, que nessa perspectiva, articula discursivamente nas relações humanas e impõe modelos de normatização social e também de sentidos. São funcionamentos que nos levam a refletir sobre como a relação do sujeito com o mundo (a materialidade simbólica e discursiva) se abre a gestos de interpretação, como observa Motta (2009).

Pela formulação, o efeito de naturalização do sentido está também fortemente presente em *Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença*. Ou seja, há uma exterioridade que intervém materialmente como interdiscurso, fornecendo ao sujeito seu sistema de evidências e significações já experimentadas e aceitas (ORLANDI, 1987).

Um sentido dominante se inscreve na formação discursiva da colaboração brasileira no cenário internacional, um sentido institucionalizado pela história que se reposiciona nos processos parafrásticos “*superação de crises*”, “*ordem constitucional*”, “*estabilidade de países amigos*” e “*(não) indiferença diante de problemas*”, retornando, portanto, aos mesmos espaços do dizer (a memória), como vimos no capítulo anterior.

Um discurso, portanto, não deve ser analisado de modo isolado, já que este vai estar relacionado interdiscursivamente, a todo momento, com outro discurso (heterogeneidade) e que o sujeito, ao construir seu discurso, incorpora enunciados pré-construídos que se inserem no intradiscurso (na formulação).

A partir da mobilização das teorias, continuamos a examinar como os efeitos de unidade e transparência se realizam e se revigoram, bem como regularidades presentes no nosso *corpus*. Observemos outras sequências discursivas, recortadas do discurso da imprensa e de outras fontes que tratam da participação brasileira na MINUSTAH. Destacamos, primeiramente, um excerto da revista inglesa *The Economist*, que diz sobre o maior destacamento militar estrangeiro do Brasil desde a segunda guerra mundial⁹²:

[SD43] É uma força pequena, mas de enorme significado simbólico [...] isso marca uma nova partida. O Brasil tem sido um *gigante gentil e introvertido*, contente em ser um *espectador* no cenário mundial. Agora isso está mudando (THE ECONOMIST, 10/06/2004, tradução livre; grifos nossos).

⁹² “A giant stirs - Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be?” 10/06/2004. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2004/06/10/a-giant-stirs>. Acesso em 24/03/2022.

A formulação da revista *The Economist* se movimenta para produzir a notícia ao mesmo tempo em que age na construção do imaginário social. Os adjetivos “*gentil*” e “*introvertido*” para “*gigante*” vão reforçando os efeitos de sentido, o modo como o Brasil é significado em termos geopolíticos. Ao fazê-lo, a revista inscreve seu leitor em uma rede de formações imaginárias constitutivas de sua formação social. A revista coloca em ação sua força ideológica para manter a ilusão de transparência no registro de um mundo objetivo (MARIANI, 1998).

Remetemos às reflexões de Foucault (1996) sobre a ordem do discurso, em que observa como o discurso jornalístico, em sua dimensão institucional, se sujeita ao controle, seleção, organização e redistribuição da produção dos discursos. São procedimentos internos e externos que, para a Análise de Discurso, determinam as condições de possibilidade e de circulação desses discursos.

Em um movimento polissêmico, notamos ruptura de processos de significação: *gigante* em seu tamanho, porém *gentil* e *introvertido*, (ou mero *espectador*) em suas ações, mas que algo estaria mudando com o Brasil, dentro das condições de produção. O irrealizado surge no já estabelecido. Neste processo, constrói-se novamente, desta vez pela imprensa, uma representação imagética, um simulacro de porta-voz da opinião pública sobre uma outra imagem, a do Brasil na esfera internacional. O excerto nos traz uma memória discursiva que produz um efeito imaginário de continuidade ao dizer entre diferentes lugares e épocas (*o Brasil tem sido ... agora isso está mudando*). O processo interpretativo se filia a sentidos já existentes ao relacionar um acontecimento a outros. No processo histórico de constituição do discurso institucional se inscrevem elementos *força pequena, mas de enorme significado simbólico, uma nova partida, gigante gentil e introvertido* que lhe garantem uma identidade estável à medida que mobilizam uma memória.

Continuamos a nossa reflexão sobre o funcionamento da linguagem no domínio da imprensa com a sequência:

[SD44] Assim que os militares brasileiros entram na favela de Cité Soleil, na capital haitiana, Porto Príncipe, os moradores os saúdam com o termo no dialeto créole *bon bagay*, que, em tradução livre, significa “gente boa” (Bruno Garcez⁹³, 10/09/2007)

⁹³ Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070910_haitisoldadosbrasil_bg_cg. Acesso em 25/09/2022.

Trata-se de um discurso sobre a presença brasileira no Haiti, em que o sujeito diz, de uma posição jornalística, mas que se apresenta na forma de testemunho – um relato de si, em que transmite algo que aconteceu, que presenciou. O sujeito enuncia a partir de uma posição discursiva (um enviado da BBC ao Haiti) e sob determinadas condições de produção. Para Orlandi (2017), no testemunho se formula na forma de narratividade, pela qual a memória se diz no sujeito. Pela opacidade da linguagem, observa-se um jogo de imagens produzidas em relação aos militares brasileiros na capital haitiana, pelo atravessamento da memória discursiva constitutiva de imaginário social – o *bon bagay*, fazendo significar todo um contingente militar brasileiro naquelas condições de produção.

Em uma relação com a SD44, segue um outro discurso/testemunho que, adiantamos, se inscreve na mesma formação discursiva da participação solidária, pacífica e benquista do Brasil na MINUSTAH. Trata-se de um discurso⁹⁴ do ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann em uma cerimônia de encerramento da participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, em 21/10/2017:

[SD45] Em 2010, *eu estive* no Haiti em uma missão do Congresso Nacional. *Pude* ver o grau de destruição e de sofrimento daquele *povo irmão*. Lá *atuamos* em termos humanitários, de socorro às vítimas, de saúde, em termos praticamente de tudo que nos era demandado, com competência e profissionalismo. Tanto é verdade isso, que no idioma dos *irmãos haitianos* os brasileiros são conhecidos como *bon bagay*, que quer dizer “boa gente”. Brasileiros no Haiti, *hoje, são sinônimo de “boa gente”*. (Ex-ministro Raul Jungmann, em 21/10/2017, grifos nossos)

No discurso, o sujeito se apresenta como fonte do dizer (*eu estive, pude*) em uma formação discursiva que traz novamente os haitianos como *povo irmão*, que o faz se inscrever no fio do discurso fraternal visto anteriormente nas SD37, SD38, SD39 e SD40. O sujeito se identifica com um imaginário, que se materializa no fio do discurso, do brasileiro como *bon bagay*. O sujeito se inscreve na discursividade para dizer do brasileiro, ao mesmo tempo em que se diz um deles, produzindo um importante espaço de identificação. É, portanto, um processo ilusório que se sustenta nas experiências sociais que se inscrevem na língua e na história.

O processo discursivo, em análise, delinea recortes que se remete a processos históricos em que se configura um processo de identificação entre os distintos países. No dizer

⁹⁴ Ministro da Defesa.

de Raul Jungmann, movido pela formação discursiva dominante, e presentifica-se o imaginário do brasileiro solidário e, ao fazê-lo, assume, discursivamente, o papel de relator e defensor da MINUSTAH. Este posicionamento toma corporeidade em termos como: *boa gente, povo irmão, termos humanitários, socorro às vítimas e irmãos haitianos*. Remete ao que diz o relato do jornalista da BBC, analisado anteriormente. A figura do *bon bagay* passa a funcionar como uma ancoragem de dizer, representação material de um lugar social que reverbera como espaço de identificação para o contingente brasileiro.

Investiguemos uma outra sequência discursiva⁹⁵ feita em um misto de discursos direto e indireto por uma jornalista enviada a Porto Príncipe a convite do Ministério da Defesa, a qual relatou:

[SD46] Em Bel Air, o líder comunitário Romeu René, 52 anos, parece grato aos brasileiros. Ele explica que há dois tipos de pessoas no Haiti, “as que querem matar e as que querem viver”. Segundo ele, os brasileiros conseguiram *unir a população*, não só *combatendo o crime*, mas *distribuindo ajuda e dando carinho e atenção*. “Eles são diferentes dos outros. Eu sinto que eles entendem nossos corações. Eles querem a paz para o país”, afirma (TAHIANE STOCHERO, 17/05/2007).

Temos no discurso um modo de dizer, da redatora, em que o sujeito tenta imprimir sentidos positivos ao relatar o que ouviu de um líder comunitário. No/pelo discurso, depreendemos a densidade ideológica daquele que diz e que se significa no processo de constituição da imagem brasileira. A nosso ver, cristaliza sentidos que versam sobre o processo de constituição da identidade nacional e joga, pela linguagem, com o sujeito-leitor. É a constituição da materialidade de uma certa memória social. Mariani (1998) pontua que é uma característica do discurso jornalístico atuar na institucionalização social de sentidos.

Lembremos que o discurso jornalístico funciona, ideologicamente, na construção de uma realidade, fazendo circular os sentidos de interesse das instâncias que os dominam. Aqui, é possível depreender a filiação a um sentido comum e dominante, não surpreendentemente, já que a jornalista foi ao Haiti a convite do Ministério da Defesa. O consenso discursivo se confirma por meio de sintagmas verbais *unir a população, combatendo o crime, distribuindo ajuda dando carinho e atenção*. Isso faz ressoar nas declarações do general Heleno (SD16) quando perguntado sobre a receita do sucesso brasileiro no Haiti: *o segredo é respeito e carinho. O segredo é ser brasileiro*. Aqui, questionamos, pela materialidade simbólica, o efeito de

⁹⁵ Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazHaitiReportAmissaoDePazNoHaiti.htm>. Acesso em 24/09/2022.

evidência, do sentido, do ordinário neste processo de silenciamento do outro por uma adesão ideológica explícita, tanto da jornalista quanto do líder comunitário. É um processo que faz com que outras manifestações, reivindicações da maioria, das massas, da população haitiana sejam apagadas e sobrepostas a outros sentidos – a manifestação se ressignifica como um sentimento de gratidão pela unificação do povo haitiano, pelo combate ao crime e pela distribuição de carinho. Algo, no entanto, ainda inédito em terras brasileiras.

Pode-se observar, portanto, o papel fundamental da memória nas filiações de sentido que reafirma, repete e reitera uma identidade brasileira ao filiar-se ao imaginário do país fraternal e solidário, colaborando no fortalecimento da homogeneidade imaginária do discurso institucional/político *do e sobre* o Brasil.

4.3. Contraposição: a constituição dos sentidos nas relações de força

Discursos políticos hegemônicos estão sempre em busca da confirmação de suas posições ao passo que promovem a negação das ideias de opositores. No jogo de interesses políticos que surgem de acordo com determinadas condições de produção, diferentes denominações flutuam, o que afirma a ambivalência, contradição e diversidade na forma como essas imagens são construídas e seus sentidos produzidos.

Pelo discurso, nos processos de identificação, certezas legitimadas se estremecem e é justamente aí, no “não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio” (PÊCHEUX, 1990, p.17) que surgem os gestos de resistência. Lagazzi (2012) explica que a resistência está no cruzamento entre incompletude e contradição, como maneira de o sujeito significar e ser significado em novas identificações. No processo de identificação, a fundação dos sentidos só é possível via memória discursiva, a qual remete a um acontecimento para produzir novos enunciados.

Nesta parte, investigamos discursos situados em outros lugares, que se inscrevem em outras formações discursivas e condições de produção, e exibem um confronto que atravessa o funcionamento da linguagem, causando a descontinuidade de um discurso fundador.

Vejamos, primeiramente, um discurso que não se opõe à participação do Brasil na missão, mas que aponta algumas críticas e incertezas que se direciona à desconfiança e apreensão. Há um uma projeção imaginária que configura conspiração:

[SD47] Não sei se o governo brasileiro terá a visão, a lucidez suficiente para driblar essa *máquina burocrática* das Nações Unidas que sempre esteve ligada às multinacionais, aos Estados Unidos, e que, de fato, *não constrói nada em uma perspectiva de solidariedade com os povos. Nós, sociedade civil e organizações populares, estamos dispostos a dialogar*, a informar e a fazer todo o possível, em colaboração com as organizações da sociedade brasileira, para transmitir *informações corretas* sobre o que *realmente* está acontecendo no Haiti e sobre quais são as *reais necessidades* do povo haitiano. (CAMILLE CHALMERS⁹⁶, 12/09/2004, grifos nossos).

No funcionamento discursivo, a formulação diz sobre a posição do governo brasileiro. Constrói efeito de sentidos que se significa sobre a *máquina burocrática* da ONU, esta como uma aliada às multinacionais e aos Estados Unidos, que *não constrói nada em uma perspectiva de solidariedade com os povos*. Há, pela linguagem, efeitos de um pré-construído na representação do *outro* (o governo brasileiro, as multinacionais, as Nações Unidas e os Estados Unidos – congregados em MINUSTAH). De outro lado, o sujeito pluraliza pelo dizer, nas formulações *Nós, sociedade civil e organizações populares, estamos dispostos a dialogar* e propõe, discursivamente, uma colaboração, em tom de cumplicidade, com o governo e as organizações brasileiras, para juntos construírem algo com o diálogo e a informação, sob *uma perspectiva de solidariedade com os povos*. Há uma movimentação visível entre as expectativas quanto a essa suposta colaboração com o Brasil e quanto ao papel da *máquina burocrática*, a qual se espera que *o Brasil tenha a lucidez suficiente para driblar*, possivelmente com o auxílio das *informações corretas sobre o que realmente está acontecendo e reais necessidades* do povo haitiano – formulações que funcionam como um pressuposto para a ilusão de não se sabe o que está acontecendo e tampouco das verdadeiras necessidades dos haitianos.

Analisemos outro discurso⁹⁷:

[SD48] *Por onde passávamos, víamos reações* contra a MINUSTAH. *Os soldados brasileiros não são bem vistos por lá*, ao contrário do que mostra a imprensa brasileira. *Eles andam armados e apontam suas armas para as pessoas*. Em um dos acampamentos, cinco haitianos gritaram “Fora MINUSTAH” quando chegamos [...] Enquanto *a ONU gasta 800 milhões de dólares por ano* para manter os soldados no Haiti, o povo continua morrendo de fome e por falta de serviços básicos. Nós, dirigentes e trabalhadores da América Latina, *temos de nos solidarizar com o povo haitiano* e intensificar

⁹⁶ Entrevista cedida em 12 de setembro de 2004 pelo economista e professor Camille Chalmers, da Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo (PAPDA). Jornal *AlterPresse*. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1673#.X3JeoWhKjiU>. Acesso em 24/05/2022.

⁹⁷ Relato do dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antônio Ferreira de Barros, que visitou o Haiti em 2011, na ocasião de um evento na República Dominicana, país vizinho do Haiti. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/434/dirigente-sindical-presencia-no-haiti-repudio-a-minustah>. Acesso em 24/03/2022.

nossa luta pela retirada das tropas da ONU (BARROS, 30/11/2011, grifos nossos).

Notemos que, embora o sujeito em SD48 se identifique com uma mesma formação ideológica em *Nós, da América Latina, temos que nos solidarizar com o povo haitiano*, portanto, mobilizando o mesmo argumento em favor da solidariedade, ele não se inscreve na mesma formação discursiva de ordem jurídico-capitalista, da busca pela paz, progresso etc.

Observemos ainda que, em seu relato, o sujeito se utiliza do que Zoppi-Fontana (2014, p. 85) descreve como um movimento pendular de inclusão (como ator participante): *Por onde passávamos, víamos reações, temos de nos solidarizar*; e exclusão (como testemunha do acontecimento): *Os soldados brasileiros não são bem vistos por lá, Eles andam armados e apontam suas armas para as pessoas, a ONU gasta 800 milhões de dólares por ano*.

Neste movimento, atentamo-nos para uma tensão entre diferentes posições do sujeito no interior de distintas formações discursivas contraditórias. Ele se inscreve, identifica com a formação discursiva dominante *temos de nos solidarizar com o povo haitiano*, ao mesmo tempo que se posiciona em uma formação adversa que ora expõe a imagem negativa dos soldados brasileiros no Haiti, ora responsabiliza a MINUSTAH e a ONU como um todo pela fome e a violência sofridas pela população haitiana. A tensão se dá por meio de um outro funcionamento discursivo importante da sequência: o de oposição, desvelando a presença do discurso-outro, ideologicamente antagônico e externo à formação discursiva dominante – sem esta construção prévia imperante, a negação não seria possível.

Há, no discurso, um modo de dizer que retrata a violência e intimidação com que foi tratada a população e a missão é avaliada com demérito. Surge uma resistência aos sentidos de hegemonia e regularização que se construía nas sequências que examinamos até o momento. A ruptura com a formação discursiva político-jurídica capitalista, faz vir à tona outra formação discursiva, com a qual o sujeito se contra identifica. Tal posicionamento nos remete ao discurso do “mal sujeito” de Pêcheux, no qual:

[...] o *sujeito da enunciação* “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, constatação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 2014b, p.199, grifos do autor).

Pêcheux nos faz lembrar que as interpelações ideológicas não estão livres de falhas ou enfraquecimentos. Os processos de assujeitamento não são completos ou imutáveis, já que, no todo social, o sujeito não ocupa apenas uma posição (MARIANI, 1998). Sendo assim, resistências e rupturas são igualmente constitutivas do assujeitamento.

No confronto ideológico, as posições-sujeito constroem imagens divergentes a partir do lugar social que ocupam, conforme demonstraremos nas três sequências discursivas a seguir. Ressaltamos que estes são excertos de discursos de parlamentares (dois deputados e uma senadora) que discursaram sobre a presença do Brasil no Haiti em plenário – portanto, de condições de produção distintas que versam sobre o Haiti.

[SD49] *Quero* apenas registrar que está surgindo outra oposição no Brasil, uma oposição que ***não é de bom moço***. Essa foi uma demonstração de que, quando se trata de questão nacional, de remessa de tropas brasileiras para outro país para fazer a ***paz americana, existe brasileiro que se coloca contra***. A política externa do Brasil ***não se faz*** por telefonema de ***presidente que ignora o Haiti***, que ignora a situação interna. Isso é um ***grande absurdo nacional***. (Deputado Fernando Gabeira⁹⁸, 13/05/2004, grifos nossos).

[SD50] *Quero fazer minha declaração de voto contrário* à posição encaminhada pelo partido. ***Entendo que não deveríamos ter aceito*** a lógica de que o Haiti está numa situação caótica e que ***nós temos responsabilidade*** nisso. O maior responsável pelo caos no Haiti chama-se Estados Unidos da América. Não se trata de recursos nem de colocar tropa para perseguir traficante, mas de definir a hora e o lugar. ***Não é hora nem lugar*** (Deputado Ivan Valente⁹⁹, 13/05/2004, grifos nossos).

[SD51] ***Trabalhadores, democratas, as mulheres e os homens de bem do Brasil, as organizações de afrodescendentes, todos nós, devemos*** cerrar fileiras na luta pelo respeito pleno e incondicional do ***direito de soberania e autodeterminação dos povos e contra qualquer participação brasileira na intervenção militar imperialista*** no Haiti. Somente o povo haitiano tem o ***direito de decidir*** quem deve governá-lo. ***Confiamos*** plenamente que o povo do Haiti, com base nas ***suas velhas tradições de luta anticolonial***, desde o seu nascimento como nação até a luta contra a sanguinária dinastia Duvalier, saberá forjar com liberdade e responsabilidade o seu futuro. Este Senado Federal, o Congresso Nacional, não se pode calar diante de fatos como esse. (Senadora Serys Slhessarenko¹⁰⁰, 12/05/2022, grifos nossos).

⁹⁸ Discurso do deputado Fernando Gabeira (sem partido) durante a sessão para a autorização do envio de contingente brasileiro para a MINUSTAH. Publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 2004. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI2004.pdf#page=175>. Acesso em 11/11/2022.

⁹⁹ Discurso do deputado Ivan Valente (PT-SP) durante a sessão para a autorização do envio de contingente brasileiro para a MINUSTAH. Publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 2004. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI2004.pdf#page=175>. Acesso em 11/11/2022.

¹⁰⁰ Discurso da senadora Serys Slhessarenko (Bloco/PT-MT) em 12 de maio de 2004. Publicado na Ata da 54ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de maio de 2004. Senado Federal (2004). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/>. Acesso em 25/03/2022.

Há, na materialidade linguística acima, irrupções de/sobre um acontecimento que produzem um deslocamento na regularização discursiva sobre a MINUSTAH que vimos até aqui. Para Mariani (1998), essas incursões delineiam uma série de implícitos que ocasionam a desautorização de um sentido já produzido. Nessa articulação de sentidos, estes adquirem legitimidade no imaginário de seus destinatários, podendo inclusive mobilizar a opinião pública. São espaços de fissuras que se materializam em resistência.

No discurso (SD49) do deputado Fernando Gabeira (na época, sem partido), se inicia na primeira pessoa *Quero apenas registrar* para depois migrar para a impessoalidade gramatical *quando se trata, existe brasileiro que se coloca contra, não se faz*, deixando a entender, pelo discurso, ao modo como diz, pela formulação, que se trata de um desagrado que se opõem à MINUSTAH, que o sujeito cognomina de maneira irônica *paz americana*. Formulado nestas condições de produções o sintagma *paz americana* se insere em uma formação ideológica que se opõe não só à MINUSTAH, mas na intervenção colonialista e imperialista dos Estados Unidos na soberania de outros países. Este posicionamento ocorrerá também nas SD50 e SD51, como veremos.

O deputado Gabeira se coloca, pela formulação, em um tom irônico ao dizer *A política externa do Brasil não se faz por telefonema de presidente que ignora o Haiti, que ignora a situação interna* como se dirigisse, com o mesmo enunciado, a dois destinatários: ao governo brasileiro, ironizando-o ao desqualificá-lo em sua política externa; e ao demais destinatários (fora da política externa), em que o caráter irônico do discurso faz surgir um efeito que torna “verossímil” o fato de o presidente tentar fazer política externa por telefone.

Pode-se dizer que há uma oposição – não declarada, mas que recai sobre um não-dito –, que se pressupõe através de marcadores tais como *–não é de bom moço*. Isto remete a discursos outros que se diziam ser o Brasil como *gente boa*. Há formulações antagônicas mais incisivas como *existe brasileiro que se coloca contra, presidente que ignora o Haiti e grande absurdo nacional*.

Diferentemente do primeiro excerto, o sujeito na SD50 (deputado Ivan Valente, do PT-SP) se inscreve, pelo dizer, na primeira pessoa do singular *quero fazer minha declaração, Entendo que não deveríamos ter aceito*, contrário ao envio de tropas. Em um mesmo gesto de identificação, a figura do porta-voz se instaura e se constrói um sujeito coletivo (*não deveríamos, nós temos responsabilidade*). O sujeito também se representa como fonte do seu dizer ao atribuir aos Estados Unidos a crise humanitária no Haiti, portanto, sob um viés anticolonialista e contrário à posição de seu partido (Partido dos Trabalhadores, o mesmo do

ex-presidente Lula). Encontramos, pelo funcionamento da linguagem, o marcador de negação em expressões como *não deveríamos ter aceito* e *Não é hora nem lugar*, se referindo à MINUSTAH.

Destacamos a interpelação ideológica/jurídica do sujeito na SD51, quando este formula sobre o *direito de soberania e autodeterminação dos povos* e *direito de decidir* dos haitianos sobre quem os governa. O discurso anticolonialista também vem à tona na mesma sequência discursiva em *contra qualquer participação brasileira na intervenção militar imperialista no Haiti, suas velhas tradições de luta anticolonial*. Em um tom de convocação (ou apelo), o sujeito enunciador (a senadora Serys Slhessarenko, do PT-MT) identifica o campo referencial da primeira pessoa do plural (*todos nós*) com uma classe mais ampla, que inclui trabalhadores, democratas, as mulheres e os homens de bem do Brasil, bem como as organizações de afrodescendentes. Essa posição do sujeito, no/pelo discurso, é também apontado pelas desinências verbais *devemos* e *Confiemos* como um modo de representação pessoal ao mesmo tempo que cria uma ilusão de consenso. As distintas posições-sujeito são, de certo modo, consubstanciadas em um todo coletivo.

Observamos, nos três excertos, a construção de uma relação imaginária de interlocução da qual o sujeito que diz e seu destinatário são representados como participantes ativos. Essas forças políticas se convergem, pelo discurso, em face a construção de uma imagem contrária ao discurso pró-MINUSTAH, uma oposição, portanto, entre discursos ideologicamente antagônicos.

Na relação de força, mobiliza-se a memória social, capitalizando o momento para proveitos políticos próprios, da mesma forma que fazem as correntes políticas hegemônicas. Há também uma convergência interdiscursiva nas três sequências sobre a responsabilidade dos Estados Unidos na crise no Haiti e sua solução. Sob uma nova formação discursiva anti-MINUSTAH, é o povo haitiano quem decide quem o governa. Ou seja, os sujeitos buscam selar o seu destino da mesma forma.

Vejamos outro discurso. Trata-se de um trecho de uma carta aberta¹⁰¹ publicada no jornal haitiano *AlterPresse*:

[SD52] O Brasil pode querer construir uma certa liderança no Terceiro Mundo, isso é legítimo, mas escolheu um *caminho que não honra em nada*

¹⁰¹ “*Lettre ouverte à l’Ambassadeur du Brésil en Haïiti*”. Trecho da carta aberta do *Mouvement Démocratique Populaire* (MODEP) ao Embaixador do Brasil no Haiti publicada em 15 de maio de 2004. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1413#.X3JRTWhKjIU>. Acesso em 24/05/2022.

sua diplomacia. Se ele (*o Brasil*) pretende usar a paixão do povo haitiano por seu *futebol como moeda de troca para sua intervenção em nossos assuntos internos*, isso poderá, se necessário, fazer a diferença entre a admiração por alguns virtuosos da bola redonda e o apego à soberania nacional (MODEP, 15/05/2004, tradução livre, grifos nossos).

Ao tomarmos esta sequência e observarmos as formações discursivas que afetam o sujeito, verificamos novamente uma relação de antagonismo ao discurso predominante positivo sobre a presença do Brasil na MINUSTAH. No processo de produção dos sentidos, o sujeito se apresenta e se representa como porta-voz da opinião pública em um discurso não *do Brasil*, mas *sobre o Brasil* – i.e., um olhar de fora – para questionar a projeção internacional do Brasil, por um viés diplomático, ao sugerir que o Brasil estaria se utilizando do futebol como moeda de troca para a intervenção.

Entendemos que há um deslocamento de sentido de “*diplomacia*”: de instrumento da política externa para um sentido mais amplo que remete a imagem historicamente construída do Brasil nas relações internacionais de um pacifismo idealista, ancorados na moralidade e na justiça, (re)significando esta imagem. As incursões na sequência discursiva atualizam a memória, que converge, ideologicamente, para projetar uma imagem negativa sobre a participação brasileira na missão, instauradas pela articulação da formulação “*caminho que não honra em nada sua diplomacia*”.

Para dizer sobre a representação que tem do *outro* (*o Brasil*), o sujeito se utiliza da terceira pessoa para dizer de um lugar social afetado por acontecimentos históricos que o atingem. Explorando o conceito benvenistiano de subjetividade, temos que o fato de o sujeito se utilizar da terceira pessoa no discurso não deixa marcas de uma enunciação subjetiva, pois trata de um objeto externo, “*não-pessoa*”. Para Benveniste

É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da locução. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “*não-pessoa*” Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “*eu*”. (BENVENISTE, 1991, p. 292, grifos do autor).

Mariani (1998) assume, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso, diferente perspectiva ao levantar a possibilidade de um “*eu*” enunciativo histórico que se assujeita às formas socioinstitucionais de dizer e, portanto, não se reduz ao vínculo que o “*ego discursivo*”

vai estabelecer com a língua, ou ao “ele” do mundo externo. Pactuamos com essa posição. Consideramos, seguindo Mariani (*idem*), que os enunciados apresentados se convergem, dentro da formação discursiva, dada a instauração e sustentação de sentidos pelas irrupções que intervêm e modificam um já-dito.

É importante dizer que, no decorrer desta tese, temos examinado os elementos que determinam o sujeito do discurso e como este se apoia no imaginário e mobiliza a memória discursiva, no intradiscurso, aflorando pela formulação questões do social. Trata-se de um movimento de linguagem para se inserir e andarilhar por redes discursivas diversas, correntes políticas hegemônicas e espaços discursivos marcados por confrontos. Observaremos a seguir de que maneira o silêncio e o apagamento operam na constituição da memória.

Retomemos nossas observações das relações de antagonismo pelo viés do discurso-*outro* no interior do discurso hegemônico trazendo para a análise dois outros discursos de parlamentares:

[SD53] Eu fui contra. Eu acho que o *nosso Haiti é aqui*. Nós temos que cuidar primeiro do *nosso país*. Quando se gastou muito dinheiro, quando se gasta mais dinheiro lá fora do que se investe aqui dentro, *a gente* sabe que isso é para apenas beneficiar mil militares. Esse dinheiro poderia ser utilizado para investimento, para benefício do próprio efetivo no Brasil. (Deputado Alberto Fraga, 02/04/2006, grifos nossos).

[SD54] *O Haiti está no Vidigal, na Rocinha, no Complexo do Alemão*. Pegue os US\$100 milhões e equipe a Polícia Federal. Faça uma operação-limpeza no Rio de Janeiro. Não é mandando os tanques do Exército, não! O Rio de Janeiro, Senhor Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a mui gloriosa e amada São Sebastião do Rio de Janeiro, pede socorro. Vá ao socorro dela! Deixe o Haiti para outros (Senado Federal, 2004).

A SD53 é um discurso¹⁰² do deputado (PFL-DF) e coronel da reserva da Polícia Militar Alberto Fraga sobre o envio das tropas ao Haiti, e SD54 se refere ao pronunciamento¹⁰³ do Senador Jefferson Péres (PDT-AM) em sessão deliberativa no Senado.

A materialidade simbólica em *nosso Haiti* (SD53) é possível pelo viés do interdiscurso e se une à materialidade linguística para desenhar-se na temporalidade e no espaço – *já temos um Haiti e ele é aqui* – o que permite deslocamentos nas fronteiras da formação discursiva da MINUSTAH, bem como a ressignificação dos sujeitos sobre o que já foi dito e a mobilização

¹⁰² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/269561-especial-forcas-armadas-missao-de-estabilizacao-do-haiti-a-minustah-05-23/>. Acesso em 24/03/2022.

¹⁰³ Ata da 54ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de maio de 2004. Senado Federal (2004). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/>>. Acesso em 25/03/2022.

dos sentidos já produzidos para se projetarem no sintagma *nosso Haiti*. A formulação fornece uma nova “realidade” ao sujeito, que passam a se assujeitar em uma nova formação discursiva: a inviabilidade, sobretudo ao que concerne alto custo da operação e às prioridades nacionais.

Na SD54 ocorre o mesmo posicionamento discursivo em relação a SD53. A mobilização da memória coletiva pelos sujeitos encontra-se registrada em *nosso Haiti, nosso país*, mas também em processos parafrásticos *O Haiti está no Vidigal, na Rocinha, no Complexo do Alemão*. Para que se produza tal deslocamento de sentidos é preciso que haja, nos diz Orlandi (2001), um outro lugar de sentidos que estabelece uma região para o repetível (a memória do dizer), aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos”. A formação discursiva política em SD53 e SD54 se atualiza com a incorporação de novos saberes. Sua constituição é possível a partir de uma memória social presente na trama de discursos outros, historicamente produzidos, cujo efeito se projeta na língua, em uma nova materialidade simbólica.

Pêcheux (2015b) afirma que todo sentido se encontra suscetível de tornar-se outro ou se deslocar discursivamente de seu sentido para um outro, o equívoco, os pontos de deriva de sentido. E é pelo equívoco que a ideologia funciona, na abertura da língua para este equívoco. Se a ideologia é falha, equívoca, podemos dizer o mesmo do sujeito e do sentido, já que a constituição do sentido se junta à constituição do sujeito (PÊCHEUX, 2014b). Apesar dessa abertura no processo de significação, este não está livre de regras – a abertura também permite sua determinação, institucionalização, estabilização e cristalização. Nesta relação tensa entre jogo e regra, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam (ORLANDI, 2007a).

Deslocamentos, ressignificações de sentidos, resultam em gestos de resistência do sujeito no discurso. Observamos processos de (re)significação à medida que outros/novos sentidos aparecem, desestabilizando a significação institucionalizada. A resistência se manifesta discursivamente na nova formulação, no *desvio* da repetição, nas falhas na interpelação do sujeito.

4.4. A questão do silêncio e do apagamento

Entendemos que o efeito da repetição/reiteração (o grande funcionamento do discurso da MINUSTAH) incide sobre o imaginário de um Brasil solidário que está arraigado no processo da ingerência brasileira no Haiti – como se fosse, de fato, uma relação fraterna. Nesse percurso pela linguagem, há, a nosso ver, o silenciamento. Explico. Consideramos importante

refletir sobre as lacunas e ausências no processo de constituição da memória histórica, as quais nos instigam, pelas análises, a encontrar sentidos outros no discurso da MINUSTAH: o discurso dos omitidos e dos excluídos; as vozes silenciadas. Em nossas análises, o silenciamento acompanha a configuração da constituição da identidade nacional no cenário da MINUSTAH.

Temos visto como as regularidades e as repetições percorrem os discursos oficiais sobre a intervenção da MINUSTAH no Haiti e assumem uma postura sobre o que se quer, pode ou deve tornar visível. É um processo que acaba por silenciar outros personagens que não aparecem no fio do discurso. Como bem explicita Orlandi (2008, p. 24), o silenciamento é “uma das formas eficazes da prática da violência simbólica, no confronto das relações de força, no jogo de poder que sustenta os efeitos de sentido.”

Como vimos, ao examinarmos a constituição do *outro*, no fio condutor hegemônico do discurso da/sobre a MINUSTAH, denominações se juntam à memória discursiva para descrever e classificar os haitianos. Mas o silêncio também diz como as formações discursivas se comportam diante do *outro*, do diferente, mais pobre, do irmão que *não* deu certo. O silêncio tem a sua participação na no processo de constituição da nossa identidade nacional.

Importa salientar as diferentes formas de silêncio, explorando as inquietações formuladas por Orlandi (2008; 2012). A autora distingue as formas de silêncio, nas quais o *fundador* é aquele sem o qual não há sentido, que significa o não-dito e produz condições para significar, “a respiração da significação para que o sentido faça sentido” (2012, p. 128). Há o *Silêncio Constitutivo*, que nos mostra que para dizer é preciso não dizer, já que o dizer apaga outras palavras e produz um silêncio sobre outros sentidos. E ainda, o *Silêncio Local, ou Censura*, que concerne a interdição, apagamento de sentidos possíveis, porém proibidos. Orlandi (2012) observa que os processos de produção de sentidos são acompanhados pelas formas descritas. Deste modo, usaremos apenas a denominação *silêncio* neste estudo.

Nos textos que lemos para a construção do nosso *corpus*, os discursos são articulados em tom heroico, no caminho exitoso percorrido pela MINUSTAH, com personagens enaltecidos que aparecem como mensageiros da paz, solidários e bem preparados. No entanto, podemos indagar, por exemplo, se o recurso discursivo à solidariedade pode também ter sido um expediente utilizado pela política externa brasileira para atingir fins fundamentalmente egoístas. E ainda, ao buscar justificativas teóricas e políticas para suas ações militares, o Brasil adentra um embate diplomático, legal e moral com a permissividade de intervir em assuntos internos de um outro Estado para fazer cessar abusos de direitos humanos.

Com base nas reflexões de Pêcheux (2014b) sobre os esquecimentos, temos na construção da identidade a contradição, a heterogeneidade, além das marcas do jogo do mesmo e do diferente. Características que se enredam nos silêncios do interdiscurso constitutivo da identidade brasileira no âmbito da MINUSTAH. Para Orlandi (2008), o silêncio possibilita ao sujeito trabalhar sua contradição constitutiva, o que indica que para dizer é preciso não-dizer.

Orlandi (2008) considera o silêncio a garantia do movimento de sentidos (ao contrário da linguagem, que o estabiliza), um não-dito que é história, visto do interior da linguagem e que, como temos visto em nossa análise, se soma ao interdiscurso para (re)produzir um efeito de sentido único e literal.

Se incorporarmos a relação sócio-histórica do que se quer, pode ou deve ser dito ao silêncio compreendemos como este poder-dizer se constrói historicamente. E ainda, como esta relação do poder-dizer expressa que tentamos apagar determinados sentidos possíveis, mas indesejáveis ou proibidos, em determinadas conjunturas (ORLANDI, 2008).

Vimos em Althusser (1970) como os aparelhos ideológicos do Estado se desdobram para sedimentar as possibilidades significantes, criando assim um apagamento de ordem histórico-político. É neste apagamento ou reatualização de determinados acontecimentos, no confronto entre formações discursivas, que a direção da trama dos sentidos é tecida (MARIANI, 1998). Os processos de apagamento, de naturalização, do já-lá são, portanto, responsáveis por organizar essa trama de filiações dos sentidos em seu efeito de homogeneidade e estabilidade.

Sabemos por Courtine e Marandin (2016) que o saber de uma formação discursiva se dá em função das posições ideológicas que ela representa em determinada condição de produção. Ao incorporar pré-construídos em seu exterior, essas posições são redefinidas e redirecionadas, e elementos próprios, repetições, negações ou o esquecimento são mobilizados.

Orlandi (2012) trata da predominância de uma interpretação e o aparente esquecimento (é necessário esquecer para que surjam outros sentidos) das demais:

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação de redes de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós” (ORLANDI, 2012, p. 28).

Quando tratamos da constituição do *outro* anteriormente, trouxemos uma lista de denominações que indicavam uma recorrência do apagamento da nação e do povo haitiano

como sujeito do discurso, mas também de sua condição de objeto no discurso institucional. Compreendemos que essa articulação resulta na produção interpretativa de um efeito de sentido. Com o processo de apagamento, o sentido produzido nessas condições de produção aparece como o único sentido possível. Da mesma forma que esta produção de sentidos se dá por meio das palavras, ela também se dá através do silêncio.

No espaço político que examinamos nesta tese, sujeito e sentido disputam um espaço de significação no processo histórico de constituição de identidades. Trouxemos algumas críticas e posicionamentos feitos sobre a relação jurídica do governo brasileiro com o que foi denominado *cooperação e busca da paz* no Haiti, seu pertencimento ideológico de submissão ao sistema burocrático da ONU, e a reflexão de que a MINUSTAH nada mais era que um plano imperialista, que propunha reformas sob uma ótica colonialista, capitalista, neoliberal, que pela ingerência se fez solidária. Um fazer político coletivo que levou à subjugação do Haiti e o seu povo.

Entre outros acontecimentos “adormecidos”, apagados, silenciados, está o fato de que, antes da missão, o então presidente Jean-Bertrand Aristide teria sido deposto ilegalmente e era, portanto, o presidente legítimo do Haiti. Logo, a MINUSTAH teria coonestado um golpe de Estado, sob a coordenação técnica de exército brasileiro¹⁰⁴. Além disso, a luta contra a pobreza e a violência, bem como a racionalidade no trato da coisa pública e o combate a corrupção eram questões incorporadas no discurso oficial brasileiro como os objetivos basilares da cooperação internacional no Haiti. Parece-nos pertinente apontar que os mesmos problemas eram e continuam sendo os maiores desafios domésticos para o século XXI no Brasil.

O discurso fraternal predominante apaga e mascara os problemas que a nação brasileira compartilha com a nação haitiana: a concentração do poder, a primazia de clãs e/ou famílias na oligarquia política, bens públicos visto como patrimônio pessoal etc. Silenciamentos e apagamentos são reforçados pelo efeito de naturalização e da unidade – de distintos discursos – produtos da ideologia, sustentando-se sobre o já-dito –, que organizam, portanto, a movimentação e o percurso de sentidos institucionalizados, compreendido como “naturais”.

¹⁰⁴ Relatório da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Projeto de Decreto Legislativo nº 1.997, de 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn>. Acesso em 17/10/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese surge de uma inquietação acerca do funcionamento do discurso, no âmbito da missão de paz no Haiti, no processo de constituição/manutenção da identidade brasileira. São discursos em que alguns elementos linguísticos, de signos de identificação, vão se cristalizando ao longo do tempo, produzidos de determinados lugares sociais, que fazem ecoar e que, de certa forma, caracterizam o povo brasileiro. Não pretendemos lançar conclusões definitivas sobre estas questões. Aprendemos, pela Análise de Discurso, que toda conclusão é ilusória e incompleta. Porém, acreditamos ser possível uma reflexão dentro do escopo que buscamos examinar.

Em nosso estudo, buscamos observar, pelo funcionamento da linguagem, a projeção imaginária do Brasil como um país pacífico, solidário e fraternal, entre outros adjetivos. Essas atribuições muitas vezes partem de nós mesmos, como modo de nos designarmos, mas também como forma de (des)identificar-mos ao outro. Outras vezes, as atribuições são também compartilhadas com/por outras nações, a respeito de quem somos, quem podemos ou desejamos ser.

Acreditamos que, em muitos casos, a própria formação de nossa sociedade nos ensina a lidar com a complexidade e a traduzi-la em posições menos díspares. No que se refere à identidade brasileira, nossa compreensão é a de que esta se constitui, essencialmente, de um abundante legado de memórias, usos e dizeres do passado que se valem da história para a sua atualização, constituição, (re)afirmação e manutenção. Dizemos *constitui*, no presente, por entendermos que a identidade nunca é concluída, acabada, mas continuamente em transformação, sempre repleta de discursos que carregam formas de identificação em um espaço reconhecível e compartilhado. Nossa compreensão é a de que identidades são construções discursivas, representações de quem somos. Neste processo de construção, alguns significados acabam prevalecendo sobre outras fontes de significado, espaço em que as relações de poder têm um importante papel.

Desse modo, buscamos compreender o modo de funcionamento da linguagem no processo de constituição identitária nacional sobre a presença do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), entre os anos de 2004 e 2017. Devemos dizer que foi a primeira vez que o Brasil coordenou, como protagonista, uma missão de paz, e por isso achamos propício investigar o processo de constituição identitária dentro destas condições, considerando a importância das relações de poder.

Em nosso entendimento, a MINUSTAH foi, sobretudo, uma tentativa do Brasil de fortalecer a multipolaridade na disputa hegemônica mundial. Foi também uma possibilidade de exercer seu “soft power” em uma maior seletividade das áreas de atuação, a saber: atividades de cooperação técnica, ao exportar tecnologia social produzida no âmbito doméstico, além de vantagens comparativas nas áreas da saúde, formação profissional e agricultura tropical, como nos mostram Kenkel e Moraes (2012). Tal dimensão pragmática da política externa brasileira, nos fez refletir sobre a disposição real do Brasil em prestar solidariedade a um país “irmão”, sobre a possibilidade de conciliar esta solidariedade com a projeção de poder, ou seja, conciliar o altruísmo e o egoísmo estatal, habilidade esta possível principalmente nas relações internacionais através do “soft power”.

Delimitamos nosso *corpus* a partir de recortes de discursos (institucionais ou não) que circularam entre os anos de 2004 e 2017 – período de duração da missão –, disponíveis em publicações do governo brasileiro (impresas e *online*), bem como recortes jornalísticos de textos da imprensa nacional e internacional sobre a presença brasileira no Haiti. Neste sentido, o discurso pró-MINUSTAH esteve em nosso foco devido à sua primazia no espaço político e midiático do enunciável.

Em nosso movimento analítico, nos sustentamos na Análise de Discurso de linha francesa pelo viés da voz teórica de Michel Pêcheux. Observamos a posição-sujeito e como ela se inscreve pelo/no discurso e se significa na historicidade. Nossa investigação buscou avançar sobre o que se caracteriza inicialmente como uma formação dos sentidos daquilo que constitui a historicidade brasileira, bem como sua cristalização na memória do país.

Nos debruçamos na análise dos múltiplos sentidos instaurados em torno das discursividades, que apontou que os sentidos que atravessam o imaginário sobre a identidade brasileira são identificados, ideologicamente, aos saberes que atravessam as distintas formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos – i.e., o aparato jurídico, burocrático, capitalista e colonialista das Nações Unidas.

É importante destacar que esses sujeitos se dividem entre os que reproduzem o discurso pró-MINUSTAH (na sua maioria, em nosso recorte), mobilizando, portanto, os sentidos de legitimação da cooperação internacional em busca de uma paz universal, das liberdades individuais e da igualdade soberana entre as nações; mas há também os pontos de resistência, aqui, compreendidos a partir da formulação de Pêcheux de que em todos os processos de lutas de classe “[...] não há dominação sem resistência [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 281).

Nos pontos de resistência que observamos, os sujeitos não se assujeitaram às ideologias dominantes e buscaram, discursivamente, modificar tais condições, o que demonstrou como as formações discursivas não são homogêneas e o quão instáveis são suas fronteiras. Pelo discurso, as forças políticas se convergiram na construção de uma imagem contrária ao discurso pró-MINUSTAH, para construir uma oposição, portanto, entre discursos ideologicamente antagônicos.

Nossas análises do *corpus* mostraram que os discursos se constroem e/ou se mantêm na (re)afirmação, pela repetição e continua reiteração, de uma identidade brasileira ao filiar-se ao imaginário de um país pacífico e solidário, produzido a partir do apagamento da contradição, resultando em uma homogeneidade imaginária do discurso. Ao percorrermos pelo tempo e espaço do sentido da identidade nacional, nos deparamos com um processo social de produção de sentidos estabelecido por falas sedimentadas sobre quem somos enquanto nação. Buscamos apreender, por meio dos textos que tomamos como materialidade discursiva, o lugar desta constituição de identidade, na relação dos sentidos historicamente construídos. Entendemos que sem a historicidade do discurso, esta apreensão não seria possível.

Em nossa conjectura, não podemos deixar de evocar a questão da identificação imaginária, que é “dependente da questão da identidade” (PÊCHEXU, 2014b, p. 243) e surge da necessidade do sujeito se ajustar ao *outro*, bem como de se significar e ser significado em novas identificações. Consideramos a identificação imaginária uma constituinte importante no imbricamento de processos simultâneos de interpelação, identificação e produção de sentidos, a qual demonstrou que a interpelação do sujeito é de natureza, ao mesmo tempo, ideológica e jurídica.

Desse modo, por ocupar uma formação social, o sujeito é moldado em função das condições sócio-histórico e ideológicas específicas. Assim, ao dizer, inscreve-se num determinado discurso, carrega traços deste lugar que ocupa socialmente e acaba se inscrevendo como o responsável. Nesse liame, refletimos sobre a projeção imaginária do Brasil de país pacífico, solidário e fraternal em relação à sua presença brasileira no Haiti – pela construção, (re)afirmação e/ou manutenção do/pelo discurso.

Nossas análises apontam para múltiplos efeitos de sentido mobilizados em torno de formulações como *país irmão, solidariedade, sociedade fraterna, tradição/solução pacífica, manutenção da paz, segurança, justiça, cooperação internacional*, entre muitas outras, que se inscrevem em uma formação discursiva dominante e se traduz em uma injunção na ordem

jurídico-capitalista, atravessando documentos e publicações na esfera nacional e internacional para se referir à presença do Brasil no Haiti. Os diferentes efeitos de sentido, que ressoam e dão a ilusão de que são mobilizados de maneira indistinta, são, de fato, determinados pelo lugar discursivo a partir do qual o sujeito enuncia. A identidade, uma ficção construída, mas inacabada, pode ser vista como um processo de identificação social que ocorre em práticas discursivas, ora construindo representações, ora reduzindo contradições e diferenças.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Nº 19, Campinas, SP, jul./dez. 1990, p. 25-42.
- ACHARD, P. **Memória e produção discursiva do sentido**. In: ACHARD, Pierre *et al.* Papel da memória. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas-SP: Pontes, 2020. p. 13-21.
- AMORIM, C. *et al.* (editores) **A grande estratégia do Brasil**: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014) Brasília: FUNAG; São Paulo: UNESP, 2016.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- ALTHUSSER, L. **Marxismo Segundo Althusser**. Editora: Sinal. 1967.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, I. O. *et al.* **Participação do Brasil nas operações de paz das nações unidas**: evolução, desafios e oportunidades. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- BARTHES, R. **Aula**. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. São Paulo, Cultrix, 1977.
- BENHABIB, S. **Democracy and Difference**: Contesting the Boundaries of the Political. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1996.
- BENITES, F.R.G. O rasqueado mato-grossense: prática identitária e memória social. In: **III Simpósio Internacional Cultura e Identidades**, 2007, Goiânia. v.1. p.1-9.
- BENITES, F.R.G. Eufemismos e representações identitárias em fronteiras migratórias. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 283-296, ago./dez. 2017.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3ª ed. Campinas: Pontes – Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/10/2022.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa**: posições do Brasil. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 80p. (Documentos da Presidência da República)
- BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional**. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2011. 412p. (Documentos da Presidência da República)
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília: 2012.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano 59, Nº 079 – 14/05/2004, Brasília-DF.

- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad.: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHATTERJEE, P. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COURTINE, J., MARANDIN, J. Que objeto para a análise de discurso? In: Conein, B. *et al* (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2016.
- COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos (1981). Trad.: Cristina de Campos Velho Birk *et al*. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2009.
- CORRÊA, L. F. de S. **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. Luiz Felipe de Seixas Corrêa (Org.); apresentação à 3ª ed. de Antônio de Aguiar Patriota. 3ª ed. rev. e ampl. – Brasília: FUNAG, 2012.
- DESCH, M. **Civilian Control of the Military: The Changing Security Environment**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.
- DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). **UN Peacekeeping**. 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/>>. Acesso em: 02/03/2022.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível** [entrevista]. Em: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 93-106.
- HALL, S. The Question of Cultural identity. **Modernity: An introduction to modern societies**, edited by Stuart Hall, David Held, Don Hubert, and Kenneth Thompson, 1st Edition, Blackwell Publishers, 1996, pp. 595-634.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? Em: SILVA, T.T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HAROCHE, C. Fazer dizer, querer dizer. Trad.: Eni P. Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso**. Trad.: Maria Fausta P. de Castro. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.
- HOBSBAWM, E.J. **The invention of tradition**. Cambridge: University Press, 1983.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)**. Tese de Doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP, dez. 1992.

INDURSKY, F. **Lula Lá: estrutura e acontecimento**. In: *Organon* 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

KENKEL, K.M., MORAES, R.F. (Orgs.) **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília-DF: IPEA, 2012.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes. 1988.

LAGAZZI, S. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas – a fabricação do consenso**. Campinas: RG, 2010.

LAGAZZI, S. O discurso em diferentes territórios: o vermelho entre todas as cores. IN O. Maluf-Souza, V. Silva, E. de Almeida, L. S. J. Bisinoto (Orgs.). **Discurso, Sujeito e Memória**, p. 133-146. Campinas: Pontes. 2012.

LAGAZZI, S. Em torno da prática discursiva materialista. **Organon**, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 85-100, jul/dez. 2015.

LUNDGREN, M. **Backdoor peacekeeping: Does participation in UN peacekeeping reduce coups at home?** *Journal of Peace Research*, 55(4), 508–523. 2018.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.

MALDIDIER, D. (1994). **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. IN: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Editoria da Unicamp, 2014, p. 17-30.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano - São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSMANN D., O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências. **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Eni P. Orlandi, Débora Massmann e Andrea Silva Domingues (Org.) Pouso Alegre: Univás, Coleção Linguagem & Sociedade. 2018.

MASSMANN D., MACHADO I., LOPES M. O nordestino segundo um presidente da República: imaginário, trabalho e disputa de sentidos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 25, n. 50, p. 123-144, jul./dez., 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de Operação de Paz**. 3ª ed. 2013.

MITTMAN, S. Nem lá, nem aqui. o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M.C.L (Org.) **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1999.

MOTTA, A. L. A. R. da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no estado de Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

MOTTA, A. L. A. R. da, DI RENZO A.M., Escrita, sujeito leitor e escola: relações de poder. **Revista da Anpoll** nº 37, p. 80-93, Florianópolis, Jul./Dez. 2014.

NASSER, F. Pax brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das nações unidas. In: **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado**: entre a tradição e a inovação / organizadores: Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes; prefácio: Antônio de Aguiar Patriota – Brasília: IPEA, 2012.

NYE, Jr., J. S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

ORLANDI, Eni P. “Segmentar ou recortar”. In **Linguística**: questões e controvérsias, publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos – 10, 1984, pp. 9-26

ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Do sujeito na história**. Escritos: contextos epistemológicos da análise do discurso, Campinas, n. 4, 1999. Texto sem paginação.

ORLANDI, E.P. **Discurso Fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 7ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2007a.

ORLANDI, E.P. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2007b.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: Discurso do confronto. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008a.

ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura**. 8ª ed. São Paulo: Cortez. 2008b.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. In: **Cadernos de Linguística**. V.2. N.1. p.01-15. 2021.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de ação. Programa, Manifesto, Estatuto**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, (19), p.1-179. jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). da história no discurso. 3ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010, p.49-59.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux / Organizadores GADET, F.; HAK, T; Trad. MARIANI, B. S. [et. al.] - 5ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Orlandi. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. Trad.: Eni Orlandi. 7ª ed. São Paulo: Pontes, 2015a.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos selecionados: Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015b.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre *et al.* Papel da memória. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas-SP: Pontes, 2020. p 45-53.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso**: atualização e perspectivas (1975). In: Gadet, Françoise & Hak, Tony (Orgs.) Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

RESENHA de Política Exterior do Brasil. a. 31, n. 94 – jan.-jul. 2004,

RESENHA de Política Exterior do Brasil, a. 31, n. 95, 2º semestre de 2004.

RIO BRANCO, Barão do. Discurso pronunciado aos 10 de novembro de 1906, no Palácio do Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional. In: **Ministério das Relações Exteriores**. Obras do Barão do Rio-Branco: IX Discursos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOTOMAYOR, A. C. **The Myth of Democratic Peacekeeper**: Civil-Military Relations and United Nations. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

STOCHERO, T. Na ‘cozinha do inferno’ brasileiro comanda a festa. O Estado de São Paulo, 9 mai. 2007, p. C4, 2007.

UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. 2ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS: **Principles and Guidelines**. Nova York: DPKO, 2008, p. 31-35.

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática – Brasília: FUNAG, 2007.

VASCONCELLOS, D. W. **Esporte, poder e relações internacionais** – 3ª ed. Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

WODAK, R., CILLIA, R., REISIGL, M., LIEBHART K. **The Discursive Construction of National Identity**. 2nd ed. Edinburgh-UK: University Press, 2009.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. Em: SILVA, T.T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-72.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**: Discursos e representação política. 2^a ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2014.